

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**OS DESAFIOS DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIEDADE
(Em diálogo com Gramsci)**

Ivandro da Costa Sales

Recife, dezembro de 2003

Ivandro da Costa Sales

**OS DESAFIOS DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIEDADE
(Em diálogo com Gramsci)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Doutorando: Ivandro da Costa Sales

Orientadora: Professora Doutora Anita Aline Albuquerque Costa

Recife, dezembro de 2003

SALES, Ivandro da Costa.

**Os desafios da Gestão Democrática da sociedade
(Em diálogo com Gramsci)**

Ivandro da Costa Sales – Pernambuco, UFPE, 2003.
161 p.

Doutorado – (Título de Doutor em Serviço Social) –
Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas.

Palavras chaves: Sociedade Civil, Hegemonia,
Democracia, Participação, Conselhos de Gestão,
Estratégias, Pedagogia.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**OS DESAFIOS DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIEDADE
(Em diálogo com Gramsci)**

Ivandro da Costa Sales

Tese defendida e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos (as)
seguintes professores (as):

BANCA EXAMINADORA

Dra. Anita Aline Albuquerque Costa
Orientadora

Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Dr. Jean Robert Weisshaupt

Dr Alder Júlio Ferreira Calado

Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde

Tese aprovada no dia 19 de dezembro de 2003.

DEDICATÓRIA

A MELINDA, que em situação muito difícil, em 1948, assumiu a criação de dez filhos de sua irmã Ivete, minha mãe, e que, em 2002, partiu tranquila, dizendo que seu tempo na terra entre nós tinha chegado ao fim e que considerava ter cumprido sua missão.

A IVANILDO, primeiro dos dez irmãos a partir deste mundo, vítima das ilusões e maldades do capitalismo, deixando um vazio e reforçando em mim o propósito de tentar vivenciar e ajudar a criar relações mais bonitas com as pessoas e com todos os outros elementos da natureza.

Aos amigos, que vibraram com minha decisão de fazer o doutorado e que me acompanharam, torcendo, estimulando, me protegendo e prestando solidariedade.

A quem chegar a ter acesso a este trabalho, desejando que o enorme esforço físico, intelectual e afetivo investido na sua elaboração, seja útil na batalha por uma sociedade em que o poder, o saber e também os serviços de reposição física, biológica, intelectual e afetiva, frutos da cooperação, mas apropriados de modo privativo e indevido nas sociedades capitalistas, sejam resgatados para o uso e bem de quem coopera e para a sociedade.

A GRAMSCI, bom companheiro.

AGRADECIMENTOS

Tenho certeza de que nossos conhecimentos são resultado da cooperação de muita gente, muitas gerações e muitas circunstâncias. Por isso, em minhas publicações, até hoje, não fiz citações de nenhum autor específico, evitando assim o sentimento de injustiça com todos os que colaboraram para minha forma específica de organizar o meu pensamento.

É o mesmo sentimento que me perpassa, neste momento em que decidi preencher a página dedicada aos agradecimentos. E se o faço, é pensando que cada pessoa anunciada está representando muitas outras, que, durante séculos, vêm colaborando na construção de meu modo atual de sentir, pensar, querer, me expressar e lutar.

Agradeço, então, a todas as pessoas que, em Camaragibe, dedicaram tanto tempo para conversar comigo sobre a experiência de Gestão Democrática do Município: as equipes das Secretarias Municipais, a Diretoria da Associação dos Micro e Pequenos Empresários, a Comissão Regional e Comissão de Ética do Conselho de Delegados da Administração Participativa, Vera Galvão, Flávio Eduardo dos Santos, os vereadores João Francisco e Messias Lima.

A José Eduardo de Moura, Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Camaragibe, pelo apoio e confiança na elaboração do Plano Diretor e pelas valiosas informações e sugestões nas pesquisas de 1999, 2000 e 2003.

Aos amigos e amigas da OFICINA DO SABER que estão em Recife, João Pessoa, Campina Grande, Maceió, Fortaleza (Sílvia, Lourdinha, Lourdeca, Maria Luiza, Simão, Arlindo, Lenira, Valdemar, Mila, Enilda, Yaponira, Socorro Vilar, Dulce, Dirce, Nelly, Helena, Graça Oliveira, Graça Correia,

Tonico, Marinalva, Bernadete, Flora, Gema). Vocês estiverem presentes em todo o meu percurso e são destinatários privilegiados desta “carta a amigos”.

A Anita Aline, minha grande amiga e orientadora competente. A você, Anita, agradeço a “ordem” para fazer o Doutorado, o acompanhamento próximo e atento, o incentivo para que eu ousasse fazer minha própria tese. Uma vez Antônio Jorge me disse: “Com Anita, tudo fica mais fácil”.

A Antônio Jorge, amigo de muitos tempos, que acompanhou solidário todo o trabalho da tese, dando sugestões decisivas para a organização do meu pensamento.

É difícil dizer algo que traduza minha amizade e agradecimento a Jean-Robert, querido Bob, meu irmão, junto a quem vivi tantos momentos importantes, desde 1966, em Louvain, Aracaju, João Pessoa e Rio de Janeiro. E na nossa relação ainda existe Beca de quem sinto forte presença espiritual e muita saudade. Até a vejo se divertindo e fazendo festa com o nosso doutorado. Nossa relação ainda está povoada por Mariza e toda a família Menezes. Belas recordações.

Não sei se Ana Arcoverde se lembra de que, já na seleção para o Doutorado, ela fazia sugestões de como articular o estudo de Camaragibe com as reflexões que eu desejava fazer sobre Gestão Democrática. Foi também na longa viagem, durante sua Disciplina, estudando autores de várias correntes teóricas e ideológicas, que se solidificou minha decisão de dialogar mais profundamente com Gramsci. A Ana meu agradecimento por todas as contribuições e admiração pela sua responsabilidade profissional.

Como fiquei feliz quando Alder aceitou o convite para participar da “defesa” da tese! Como tenho boas recordações do nosso trabalho conjunto na Universidade Federal da Paraíba! Um parecer de Alder sobre o meu trabalho

dará a medida da capacidade que tive de expressar e organizar interesses de grupos por quem quero estar na sociedade.

Roberto Machado, fiquei “ancho” com toda a sua correspondência, incentivando meu trabalho, e com a atenção e elogios ao texto da tese submetido à aprovação acadêmica.

Professor José Francisco de Melo Neto, nos intervalos do trabalho que fizemos na Universidade Estadual de Santa Cruz – Bahia, leu esta tese com muita atenção e fez sugestões, que se não foram todas incorporadas à sua redação final, serão seguramente consideradas nos trabalhos que farei daqui para a frente. Muito obrigado, Zé Neto.

Eu sempre me achei bem-vindo, acolhido e bem tratado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, o que me fez bastante bem e ao que só tenho a agradecer.

A bolsa da CAPES, foi necessária para todo o período do Doutorado e útil para várias dimensões da minha vida. Meu reconhecimento.

Agradeço aos novos e igualmente bons amigos da Escola de Saúde da Família, em Sobral, solidários e estimulantes, como sabem ser meus amigos, por este mundo a fora.

Ao Reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Professor José Teodoro Soares pela amizade, confiança e apoio em todos os momentos de minha rica experiência em Sobral.

Para Júnior, que tem bastante cuidado comigo e com a boa apresentação da tese e que suportou muito bem o roubo que o doutorado fez do tempo da nossa convivência, um terno agradecimento.

RESUMO

Trata-se de uma reflexão sobre a importância teórica e política deste novo ator social a que se dá o nome de sociedade civil. Tenta-se, em diálogo com Gramsci, Maquiavel e Marx, definir o que se estende por Sociedade Civil e como sua presença e atuação, na busca de realizar os seus desejos, interesses e direitos, redefinem os conceitos de Estado, Hegemonia e Democracia. A participação social é estudada como sendo estratégia e conteúdo da Democracia. Levanta-se uma hipótese de que a participação da Sociedade Civil na gestão da sociedade gera uma tensão entre a Democracia Representativa e um outro regime político, que nesta tese se denomina Gestão Democrática, tensão que um estudo sobre os atuais Conselhos de Gestão pretende ilustrar. A partir de um estudo sobre a proposta de Gestão Democrática tentada em Camaragibe - Pernambuco, são elaboradas algumas considerações sobre o lugar que tem a economia em qualquer modelo de gestão da sociedade e também sobre a contribuição que o governo, numa Democracia Representativa, pode dar para a construção de uma Gestão Democrática. Termina-se o trabalho sugerindo estratégias e pedagogia para a construção da Hegemonia e Democracia das classes subalternas, nas atuais sociedades complexas em que classes, categorias e grupos sociais os mais diversos convivem e se confrontam quotidianamente.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une réflexion qui porte sur l'importance théorique et politique de ce nouvel acteur social intitulé société civile. Dans un dialogue avec Gramsci, Maquiavel et Marx nous avons tenté de définir la présence et l'action de la société civile, qui à partir de ses désirs, intérêts et droits les plus divers, redéfinit les concepts d'Etat, d'Hégémonie et de Démocratie. La participation sociale est étudiée à la fois comme stratégie et comme contenu de la Démocratie. Nous avançons l'idée que la participation de la Société Civile dans la gestion de la société gère une tension entre la Démocratie Représentative et un autre régime politique, que nous intitulons ici de Gestion Démocratique, tension qu'une étude sur les actuels Conseils de Gestion prétend illustrer. A partir de l'expérience de la gestion Démocratique mise en place dans la ville de Camaragibe - Pernambuco, nous mettons en évidence la place de l'économie dans la gestion de la société ainsi que l'appui que le gouvernement, tout en étant à l'intérieur d'une Démocratie Représentative, peut apporter à la construction d'une Gestion Démocratique. Nous terminons notre travail en proposant des stratégies et une pédagogie capables de favoriser l'Hégémonie et la Démocratie des classes subalternes. Et ce, au niveau des classes, des catégories et des groupes les plus divers qui cohabitent dans la complexité des sociétés actuelles.

SUMÁRIO

RESUMO

RÉSUMÉ

INTRODUÇÃO

A gestação de um objeto de estudo.....	13
A interlocução com Gramsci.....	14
A interlocução com Maquiavel e Marx.....	15
Metodologia/processo de trabalho	22

CAPÍTULO 1

CAMARAGIBE

1. Sua inserção no contexto de interesses internacionais e nacionais.....	26
2. algumas informações.....	29
3. Um perfil político.....	34
4. Um modelo de gestão.....	38
5. Uma concepção de gestão	
5.1. A própria concepção de gestão.....	40
5.2. A participação da sociedade civil.....	44
5.3. Os formatos de gestão democrática.....	46
5.4. O processo de capacitação técnica e política dos representantes governamentais e civis	48
5.5. Relações entre os diferentes formatos institucionais de gestão.....	51

CAPÍTULO 2

A SOCIEDADE CIVIL REDEFINE OS CONCEITOS DE ESTADO, HEGEMONIA E DEMOCRACIA

1. Sociedade civil	57
2. Sociedade civil e Estado	61
3. Sociedade civil e Hegemonia.....	71
4. Sociedade civil e Democracia	
4.1. A concepção de Gramsci e de Maquiavel	78
4.2. Outros clássicos.....	83

5. Participação política: o próprio conteúdo da Democracia	87
5.1. A fala e as reuniões como instrumentos e ocasião de negação/afirmação da participação	89
5.2. Em que as consultas comunitárias, planejamentos participativos e estratégicos podem afirmar ou negar a participação?	91
5.3. O voto como estratégia de negação/afirmação da participação	93
5.4. A participação, enfim	94

CAPÍTULO 3

A SOCIEDADE CIVIL CRIA UMA TENSÃO ENTRE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. Surgimento e crise da Democracia Representativa.....	97
2. Os atuais Conselhos de Gestão: um exemplo de tensão entre Democracia Representativa e Gestão Democrática.....	100
3. Democracia Representativa e Gestão Democrática: convivência ou rompimento imediato?	109

CAPÍTULO 4

A SOCIEDADE CIVIL REDEFINE INSTRUMENTOS, ESTRATÉGIAS E PEDAGOGIA DA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA E DA DEMOCRACIA

1. O lugar da economia	117
2. A função do governo, braço governamental do Estado	122
3. Tomar o poder ou exercer poderes?.....	126
4. Uma pedagogia para a Hegemonia e para a Democracia.....	134

CONCLUSÕES	139
------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
----------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

A gestão de um objeto de estudo

Desde 1996 venho acompanhando e estudando experiências de gestão municipal compartilhada por representantes de organizações governamentais e por representantes de organizações da sociedade civil, nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Cabo de Santo Agostinho, todos no Estado de Pernambuco¹. E sempre me perguntava qual seria a novidade e os desafios desse tipo de gestão com relação aos modos de gestão tradicionais centrados no poder executivo e na máquina administrativa das prefeituras municipais.

Quando em 1999, fui convidado para participar de um programa de formação de Conselhos e capacitação de conselheiros, e também para coordenar a elaboração do Plano Diretor da Cidade em Camaragibe, município que fica na Região Metropolitana de Recife, senti que era chegado o momento de identificar as novidades e os desafios teóricos e políticos decorrentes da participação da sociedade civil na gestão de interesses das várias classes e grupos sociais.

Eu admitia que o estudo de uma experiência concreta de gestão democrática apontaria as novidades e os desafios a partir dos quais eu pretendia tecer algumas considerações teóricas a respeito da gestão da própria sociedade, ressaltando, entretanto, que tais considerações não seriam nem um diagnóstico da situação que estava sendo estudada e nem também generalizações das conclusões de Camaragibe para outros contextos. Seriam, sim, elaborações teóricas sobre Gestão Democrática da sociedade a partir de alguns desafios enfrentados naquela experiência concreta de Camaragibe.

¹ Gestão é aqui entendida como o exercício do poder em nível da definição de políticas, encaminhamento de decisões para instâncias de execução e fiscalização da execução das decisões encaminhadas.

Camaragibe me parecia o lugar apropriado para o estudo, pois se tratava de um município administrado por uma coligação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que tinha como uma das decisões políticas, a de vivenciar uma gestão compartilhada por representantes governamentais e representantes da sociedade civil.

Estava então definido meu objeto de estudo: As atualizações, ampliações e consequentes redefinições dos conceitos de Estado, Hegemonia e Democracia; as articulações e tensões entre a Democracia Representativa Parlamentar² e a Gestão Democrática; estratégias e pedagogia para a construção da Hegemonia e poder real das classes, categorias ou grupos sociais.

A interlocução com Gramsci

Por ter vivenciado, refletido e sofrido a experiência fascista da Itália e todas as vicissitudes da implantação da experiência que se pretendia socialista e comunista na Rússia e, por isso mesmo, ter tratado, de modo que me parece bastante adequado, de questões tão atuais, Gramsci, que já me acompanhava nas atividades profissionais e no planejamento e execução das pesquisas sobre a experiência de gestão de Camaragibe, parecia ter contribuições indispensáveis para o esclarecimento dos desafios teóricos e políticos que eu queria enfrentar.³

² Democracia Parlamentar Representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. Um estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc.”(BOBBIO, 1986, p.44). Na gestão que se pretende democrática, as deliberações coletivas seriam tomadas por representantes governamentais e representantes das organizações da sociedade civil, em proporções definidas pelos estatutos e regimentos internos de cada política que esteja sendo definida e/ou implementada.

³ As citações de Gramsci em sua grande maioria são retirados dos Cadernos do Cárcere, edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2000-1, 2000-2, 2001, 2002-1 e 2000-2. Considera-se importante indicar se a citação foi retirada de um Caderno Especial ou de um Caderno Miscelâneo, tendo em vista que os Cadernos Especiais tratam sempre de um

Com ele dialoguei sobre função econômica e política da sociedade civil na construção da Hegemonia e Democratização Radical da sociedade, Estado Restrito, Estado Ampliado, Hegemonia, Democracia, Estratégias de luta e Pedagogia para a construção da hegemonia das classes subalternas nas sociedades capitalistas ocidentais. Gramsci, portanto, mesmo quando não esteja citado, está presente em todas as questões discutidas nesta tese.

Do método da pesquisa, retive de Gramsci a seguinte orientação:

Deve-se deixar estabelecido que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente com o desenvolvimento e a elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único. Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicado-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao qual estava relacionado, é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência. (GRAMSCI, 1999, C 11 vol.1, p. 122, Especial).

A interlocução com Maquiavel e Marx

Maquiavel e Marx com quem Gramsci tem profunda afinidade e de quem ele se considera continuador teórico e político, marcam forte presença em toda a tese, mesmo quando não estejam sendo citados.

A diferença e até antagonismo entre o processo de trabalho e o processo de produção de mais valia, bem como a necessidade de resgatar o produtor que está aprisionado na forma de Força de Trabalho para o Capital, temas tão presentes

tema específico e de forma mais elaborada, muitas vezes retomando e reelaborando notas dos Cadernos Miscelâneos, que, como o próprio nome diz, são notas esparsas sobre temas os mais variados e em sua grande maioria não retrabalhados por Gramsci. São especiais os seguintes Cadernos: 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. Miscelâneos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15 e 17. Como na edição de Carlos Nelson Coutinho as anotações dos cadernos Miscelâneos foram reagrupadas por temas tratados nos cadernos especiais, estando, por isso mesmo dispersos em sua edição, algumas citações desses cadernos são retiradas do original, editado na íntegra por Valentino Gerratana em três volumes sob o título de Quaderni del Carcere, Edizione critica dell'Istituto Gramsci, Torino: Einaudi Editore.

nas obras de Marx e teorizados nos capítulos V e XIV (MARX, 2002), estão supostos em toda a atuação de Gramsci, sobretudo no período de organização dos Conselhos de Fábrica em Turim. Explícitos, e várias vezes repetidos, em vários de seus Cadernos do Cárcere, estão, os princípios metodológicos de Marx, assim formulados no Prefácio da contribuição à crítica da Economia Política, (MARX, 1977, 1, p.25):

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.⁽³⁾

E assim lembrados por Gramsci, que na prisão não dispunha do texto de Marx:

É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (verificar a exata enunciação destes princípios). (GRAMSCI, C. 13, vol. 3, p. 36. Especial).

Gramsci lembra várias vezes esses princípios de Marx para que se evitem as posturas mecanicistas, segundo as quais bastariam as condições materiais para que as mudanças aconteçam e igualmente para que se evitem as posturas voluntaristas para as quais o que conta mesmo para realização das mudanças é uma vontade firme e decidida. Interpretando Marx, Gramsci diz que as condições objetivas indicam o que é possível querer em cada momento da conjuntura. É a famosa relação entre estrutura e superestrutura, entre a realidade

⁽³⁾ Marx, Karl, Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo: Martins Fontes, 1977. Prefácio, p. 25.

objetiva e a sua subjetivação, a partir de que ele elabora o conceito de Bloco Histórico.

A proximidade teórica e prática entre Gramsci e Maquiavel, no campo político, é tão grande, tão explicitada e tão assumida por Gramsci, que vale aqui, para entender o próprio Gramsci, tentar resgatá-la⁴.

Maquiavel não é para Gramsci uma simples lembrança ou uma referência literária. É, de fato, uma grande inspiração. É até interessante notar como eles andam bem juntos em questão de objeto de estudo, metodologia, e postura pessoal e política.

Admitem ambos o caráter histórico de tudo, inclusive dos conceitos e das teorias e, por isso mesmo, não aceitam que se fixem as categorias em algo que pareça uma verdade. Gramsci, por exemplo, no Caderno 11, intitulado *Introdução ao estudo da Filosofia*, (GRAMSCI, 1999, vol. 1, p 114 a 168. Especial) faz severas críticas ao tratado de um pretenso materialismo histórico de N. Bukharin (Bukharin, 1927). E Maquiavel, apesar de toda a censura na sua época, em Florença, rompe com toda a metafísica dos gregos clássicos sobre a natureza política e social dos homens. Rompe, sobretudo, com as concepções teológicas medievais e renascentistas sobre a origem divina do poder.

Não são autores acadêmicos, no sentido tradicional de fazer estudos sem vinculação imediata com a transformação da realidade. Gramsci é, fundamentalmente, um militante da Hegemonia e do governo dos trabalhadores e das classes subalternas. Sua prática intelectual é uma fundamentação de sua atuação política. Ao falar, por exemplo, em hegemonia e democracia, ele estará falando dos processos de construção da hegemonia, do governo dos produtores,

⁴ Dois dos vinte e nove Cadernos do Cárcere, o 13 e o 18, são anotações a respeito de Maquiavel e suas concepções. Ao caderno treze, com quarenta subtítulos, Gramsci dá o título de *Noterelle sulla politica del Machiavelli* e o caderno 18, bem menos extenso, tem como título *Niccolò Machavelli, II*.

das classes subalternas e também dos representantes do capital, em sua época, na Itália, na Rússia, na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Por sua vez, Maquiavel, em *O Príncipe*, dá conselhos a quem pretenda unificar a Itália no início do século XVI e nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, ele dirige seus conselhos ao processo de restauração da república popular em Florença, também no século XVI.

Ambos, insatisfeitos com as teorias e práticas políticas de seu tempo, pretendem elaborar uma teoria e estratégias que dêem conta de dimensões novas da época em que os dois estavam vivendo, na qual exerciam uma militância política. Conhecedor que era das teorias políticas dos antepassados ocidentais, desde a Grécia clássica, Maquiavel percebeu que nem as teorias políticas de Platão e Aristóteles, nem as teorias renascentistas, ambas baseadas em princípios abstratos de natureza humana e, muito menos, as medievais que pregavam a origem divina do poder, davam conta da gestão dos conflitos de interesses dos novos grupos que as mudanças econômicas na Itália e na Europa no século XVI e XVII fizeram aparecer.⁵

Quando Gramsci fala do Moderno Príncipe ele está se referindo a uma forma de governo apropriada às sociedades formadas por uma grande variedade de grupos que exercem funções econômicas, políticas e culturais e também de outros grupos de defesa de interesses econômicos, políticos, culturais, étnicos, de gênero, de orientação religiosa, opção sexual e de vários outros interesses. O termo Príncipe é uma referência explícita ao *Príncipe* de Maquiavel, livro que

5 Marilena Chauí (1995, p.399) assim descreve a conjuntura da época de Maquiavel: "O desenvolvimento econômico das cidades, o surgimento da burguesia comerciante ou mercantil, o crescimento da classe dos trabalhadores pobres, mas livres (isto é, sem laços de servidão com os senhores feudais), a Reforma Protestante que questionara o poder econômico e político da Igreja, as revoltas populares, as guerras entre potências pelo domínio dos mares e dos novos territórios descobertos, a queda de reis e de famílias da nobreza, a ascensão de famílias comerciantes e de novos reis que as favoreciam contra os nobres, todos esses fatos evidenciavam que a idéia cristã, herdada do Império Romano e consolidada pela Igreja

foi escrito em função da criação de uma forma de governo apropriada ao contexto social e político da Itália no início do século XVI.

Para Gramsci *O Príncipe* de Maquiavel é um símbolo de um líder que “atua sobre um povo para organizar sua vontade coletiva (GRAMSCI, 2000, C. 13, vol. 3, p. 14. Especial)⁶ É bom, entretanto, destacar que para ambos, tanto o Príncipe, como o Moderno Príncipe, são criadores de um projeto político novo, radicalmente diferente do modelo existente. Estão, portanto, fora de uma perspectiva reformista, restauradora de uma velha ordem. Se Maquiavel fala em restauração e não na criação da República de Florença, ele está usando um artifício de linguagem para não se chocar com a filosofia política medieval e renascentista, pretendendo, assim, que sua obra, por conta de um estilo contundente, não deixasse de ser lida pelos seus contemporâneos⁷. Para ambos, Príncipe é também uma metáfora e está substituindo o termo Governo ou a categoria regime político.

À semelhança de Maquiavel, que fundamenta o seu estudo sobre o Estado e a luta para conseguir ou assegurar o poder já conquistado no que ele chama de realidade efetiva das coisas e não em princípios abstratos, Gramsci vinha constatando que os intelectuais e políticos socialistas não estavam conseguindo incorporar, em suas concepções e estratégias, o surgimento de novas dimensões, novos atores e novas formas de lutas que começaram a ficar claras a partir das revoluções na Europa e, sobretudo, na França, no século XIX.

Romana, de um mundo constituído naturalmente por hierarquias era uma idéia que não correspondia à realidade”.

⁶ Para um estudo mais aprofundado do pensamento e estilo de Maquiavel, bem como das metáforas por ele utilizadas, não podem deixar de ser consultadas as seguintes obras: Claude Lefort, (1972), *Le Travail de l'oeuvre*, Machiavel. Paris: Gallimard; Bignotto, Newton, (1991), *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Edições Loyola e Aron, Raymond, *Maquiavel e Marx*, (1969), In: *Nicolau Maquiavel*, (1998). *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes. Apêndice.

⁷ Essa é a opinião de Lefort (1972) e Bignotto (1991) e de muitos autores que insistem no caráter “maquiavélico”, estilo sinuoso e sedução das obras de Maquiavel.

Se Gramsci não deixa dúvidas sobre sua opção pelo poder dos trabalhadores e das classes subalternas, até hoje se discute a respeito da opção política de Maquiavel. Autores importantes como Rousseau (1955), Lefort (1972) e Bignotto (1991) o definem como republicano. Outros como Chevallier (1993) o consideram teórico do absolutismo. Em contraposição a esses dois pontos de vista excludentes, pode-se, então, perguntar: se ele é republicano, por que, então, escreve sua primeira grande obra, *O Príncipe*, para dar conselhos aos tiranos? E se ele é um teórico do absolutismo, como explicar toda a defesa que ele já em *O Príncipe*, Capítulo 9 e, sobretudo, em *As Primeiras Décadas de Tito Lívio* faz da República, entendida como governo das leis e da participação do povo no governo da sociedade? Para sair deste sofrido dilema, os autores que o consideram republicano interpretam *O Príncipe* como um manual técnico de política, válido para um governo autoritário ou democrático. E até dizem que ele, disfarçadamente, está dizendo ao povo o que se deve fazer para conseguir e manter o poder.

Outra interpretação, defendida também por Gramsci, aceita nesta tese, é a de que Maquiavel não tem uma visão abstrata ou metafísica sobre os regimes políticos, como tinham Platão, Aristóteles e os filósofos medievais e renascentistas de quem ele, neste ponto, discorda profundamente. Gramsci sustenta que, para Maquiavel, o melhor regime é o possível na perspectiva da democratização da sociedade. Assim, para a Itália de sua época, dilacerada internamente pelas lutas entre os vários principados e ameaçada externamente pela Espanha, França e Inglaterra, a monarquia poderia ser o regime que unificaria a Itália e criaria as condições para a atuação da nova classe progressista que era a burguesia comercial emergente. Já para Florença, que tinha nostalgia da República de Roma e uma tradição de participação das diferentes facções das aristocracias e das diferentes camadas populares no governo da sociedade através das “Pratiche” e do “Consiglio Maggiore”,

mecanismos de consulta aos diferentes grupos de interesse, sobre os destinos da cidade e sobre as medidas governamentais adotadas ou a adotar em situações específicas, a República, sem dúvida, seria a forma de governo mais apropriada.

Sua preferência pela república fica bem clara já no capítulo V de *O Príncipe*, livro dedicado a dar conselhos a um governo despótico:

... *Nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança. Ali, a recordação da antiga liberdade não as deixa, não as pode deixar em paz e, por isso, o meio seguro para possuí-las é ou destruí-las ou ir habitá-las.* (MAQUIAVEL, 1998).

Acrescente-se que todo o livro *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* é como se fosse uma pregação sobre as vantagens da participação de todo o povo, em contraposição à participação das aristocracias para construir e conservar uma grande república.

O parentesco intelectual e político entre Gramsci e Maquiavel é tão próximo que tudo o que Gramsci diz de Maquiavel nos *Cadernos do Cárcere*, em termos de postura política e teórica, pode-se a ele próprio ser aplicado. Só alguns exemplos: Maquiavel examina, sobretudo, questões da grande política da criação de novos Estados, (GRAMSCI, 2000, C. 13, Vol. 3, p. 22. Especial); Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado, (ibid., p. 14); Maquiavel propôs-se a educar o povo, (GRAMSCI, 2000, C. 14, Vol. 3, p. 307. Miscelâneo); Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, (GRAMSCI, 2000, C. 13, Vol. 3, p. 35. Especial); Maquiavel supera a experiência italiana com a experiência europeia (internacional naquela época): sua “vontade” seria utópica sem a experiência europeia, (GRAMSCI, 2000, C. 6, vol. 3, p. 241. Miscelâneo).

Metodologia/processo de trabalho

Atento a identificar as novidades e desafios da gestão democrática, realizei uma primeira pesquisa em fins de 1999 e início de 2000 e uma segunda pesquisa em 2003. Em ambas, tentava identificar a concepção de gestão dos agentes do processo; a participação efetiva da sociedade civil na gestão do município; o processo de capacitação dos representantes governamentais e civis para implementar a proposta de gestão; as tentativas de definir uma política de desenvolvimento econômico para o município e, por fim, as relações entre as diferentes formas institucionais de poder no município. Estas eram dimensões centrais da proposta de gestão anunciada desde 1996 e reafirmadas em praticamente todos os documentos oficiais da coligação de partidos políticos eleitos para gerir o município.

Foi, ainda, muito importante para o aprofundamento da experiência de Camaragibe o conhecimento adquirido na convivência durante os treze meses de elaboração do Plano Diretor da Cidade e na assessoria à formação do Conselho de Educação, além da análise documental obtida com a leitura dos relatórios dos diversos eventos em que a sociedade toma parte como co-gestora e com as várias Monografias de Especialização e Dissertações de Mestrado feitas por estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de Pernambuco sobre a democratização da gestão de algumas políticas setoriais⁸.

⁸Especificamente sobre Camaragibe encontram-se as seguintes publicações: VIANA, Valdineide Pereira. (1995). **Democratização e participação**: O controle social na política municipal de Saúde. UFPE. CCSA, SERVIÇO SOCIAL.(Dissertação de Mestrado); NICHEL Simonela. (2001). **Os infortúnios da virtude**: desafios para a implementação dos princípios da LOAS no município de Camaragibe – PE. UFPE. CCSA. Serviço social (Dissertação de Mestrado); MOURA, José Eduardo de. (2001). **Democratização**: Uma possibilidade de requalificação da gestão pública local. Reflexões sobre a experiência de Camaragibe. Instituto Universitário de Administração de Empresas da Universidade Autônoma de Madri e Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado); OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. (2003). **Cidadania e cultura política no poder local**: O Conselho da Administração Participativa de Camaragibe – PE UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em Ciência Política. (Dissertação de Mestrado).

Participaram da primeira pesquisa: representantes de todas as secretarias municipais, delegados civis da Administração Participativa, órgão criado em 1997 para compartilhar com o poder executivo municipal a gestão do município, diretoria de uma Associação de Pequenos e Micros Empresários (AMICAM).

Nas Secretarias Municipais e na Associação de Pequenos e Micros empresários (AMICAM) foi utilizada a seguinte metodologia: em algumas secretarias realizou-se uma entrevista com duração de três a quatro horas com todos os componentes da secretaria. Nas outras, a entrevista foi realizada com o secretário e as chefias dos diversos departamentos e diretorias. Na AMICAM só a diretoria participou da entrevista.

Supõe-se que as afirmações e citações expressam o pensamento de todos os participantes das reuniões das quais as afirmações e citações foram retiradas, já que o relatório da pesquisa foi devolvido a cada grupo para que os participantes conferissem e confirmassem o grau de fidedignidade do relator.⁹

Da segunda pesquisa, em março de 2003, participaram os seguintes representantes governamentais e civis de Camaragibe: um vereador do Partido dos Trabalhadores, partido a que pertence o Prefeito Municipal; um vereador do Partido da Frente Liberal, de oposição ao Prefeito; o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente desde a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores, em 1997, e a quem a partir de minha vivência em Camaragibe nos anos de 1999 e 2000 considero como principal formulador e implementador da proposta de

⁹ Data das entrevistas: Secretaria Municipal de Planejamento, 15/09/1999; Secretaria de Governo, 6/10/1999; Procuradoria Jurídica do Município, 08/11/1999; Secretaria Municipal de Saúde, 09/11/1999; Secretaria Municipal de Educação, 23/11/1999; Secretaria Municipal de Administração, 02/12/1999; Fundação Municipal da Cultura, Turismo e Lazer, 06/12/1999; Secretaria Municipal de Imprensa, 06/12/1999; Secretaria Municipal de Finanças, 17/12/1999; Secretaria Municipal de Ação Social, 22/12/1999; Conselho de Delegados da Administração Participativa, 13/01/2000; Associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe, 20/01/2000. Cada equipe entrevistada recebeu um relatório-síntese de suas contribuições. Os relatórios de todas as entrevistas foram entregues à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

gestão democrática do município; uma assessora parlamentar da Câmara de Vereadores, pertencente aos quadros do Partido dos Trabalhadores, fundadora e ex-dirigente de vários Conselhos e que também já exerceu cargo de confiança na administração municipal; um representante da sociedade civil, ativo militante desde 1993 e também fundador e ex-dirigente de vários Conselhos setoriais.

As informações mais objetivas sobre criação, modo de funcionamento, estrutura de gestão, recursos e deliberações dos formatos institucionais de gestão compartilhada por representantes governamentais e civis foram coletadas nas atas, relatórios e outros documentos existentes na Prefeitura e em outros locais.

Não há na pesquisa uma preocupação com representatividade numérica, já que a pesquisa é fundamentalmente qualitativa e a amostra é intencional e, por isso mesmo, os informantes foram escolhidos pela sua qualidade de participante do processo de gestão e por se dispor a participar dos debates e oficinas. Sua representatividade é mais intelectual e política. (THIOLLENT, 1985, p. 65 a 69). Eles seriam o que em Antropologia se chamaria de “testemunhas privilegiadas”.

Não houve, também, preocupação com a veracidade do que foi dito no debate. A minha intervenção e o meu poder se realizaram ao organizar as informações, identificar o contexto em que as afirmações foram feitas e ao dar também o meu depoimento, já que tive alguma participação no processo sobre o qual acumulei um certo conhecimento.

As considerações teóricas que farei sobre a gestão da sociedade, a partir das conclusões do estudo da gestão de Camaragibe, parecem ter respaldo nos dois principais interlocutores deste trabalho: Maquiavel e Gramsci. Em Maquiavel, quando ele estuda as relações de poder em Roma antiga para entender e ajudar a construir a República de Florença no século XV, (MAQUIAVEL, 1952), em Gramsci, quando ao tratar da tradutibilidade da linguagem científica, ele afirma

que “estruturas fundamentalmente similares têm superestruturas equivalentes”. (GRAMSCI, 1999, p.190. Especial)¹ Está também fundamentada em praticamente todos os manuais que tratam de Estudos de Caso e Pesquisas Qualitativas.

Um perfil sócio-econômico e político de Camaragibe, o modelo de gestão que se tenta implementar no município e uma síntese dos depoimentos das pessoas e equipes entrevistadas em 1999, 2000 e 2003 compõem o primeiro capítulo deste trabalho.

As novas dimensões que a existência e o modo atual de atuação política da sociedade civil acrescentam ao conceito de Estado, Hegemonia e Democracia, bem como às estratégias de construção de Hegemonia e da Democracia se encontram no segundo capítulo. É ainda neste capítulo que se tenta um aprofundamento do conceito de participação.

No terceiro capítulo estão registradas as tensões que este novo ator social, a sociedade civil, provoca entre a Democracia Representativa Parlamentar e a Gestão Democrática da sociedade. Estão também nele registradas tentativas e sugestões de superação das tensões entre os dois modelos de gestão.

O quarto e último capítulo contém reflexões e sugestões a respeito de estratégia e pedagogia de construção da Hegemonia e aumento do poder das classes exploradas e dominadas.

Nos capítulos teóricos foram retomados depoimentos de Camaragibe que suscitaram e alimentaram as reflexões deste trabalho.

CAPÍTULO 1

CAMARAGIBE

1. Sua inserção no contexto de interesses internacionais e nacionais

Na concepção gramsciana, adotada nesta tese, um estudo de conjuntura é bem mais do que um amontoado de dados, índices, comparações entre países considerados “subdesenvolvidos”, ou “em desenvolvimento”, buscando um dia alcançar, ao nível de consumo, os ditos “países desenvolvidos”. Na concepção de Gramsci, conhecer a conjuntura quem conseguisse dar conta do jogo de interesses que define a sociedade, e das diferentes estratégias e táticas utilizadas pelas diversas classes, categorias e grupos sociais para afirmar os seus interesses, direitos, desejos, privilégios etc..

Os elementos de observação empírica que habitualmente são apresentados nos tratados de ciência política (pode-se tomar como exemplar a obra de G. Mosca: Elementi di scienza politica) deveriam, na medida em que não são questões abstratas ou sem fundamento, ser situados nos vários níveis de relações de forças, a começar pela relação de forças internacionais (onde se localizam as notas escritas sobre o que é uma grande potência, sobre os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos e, por conseguinte, sobre o conceito de independência e soberania no que se refere às pequenas e médias potências), passando em seguida às relações objetivas sociais, ou seja, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e às relações políticas imediatas (ou seja, potencialmente militares. (GRAMSCI, 2000 –1, C. 13, vol. 3, p.19-20. Especial).

Supõe-se no pequeno esboço de análise de conjuntura que se fará, ou mais precisamente, nos elementos metodológicos para análise da inserção de Camaragibe no contexto internacional e nacional de interesses, que o processo social fundamental das sociedades capitalistas é a parceria/aliança/oposição/confronto de grupos com interesses

iguais/diferentes/contrários/contraditórios/antagônicos, todos lutando com as armas materiais e simbólicas que lhes são possíveis, para afirmar seus interesses/direitos/privilégios.

O que se poderia dizer, então, da inserção de Camaragibe no contexto internacional de interesses, quando se sabe que os grupos capitalistas internacionais, com vistas a assegurar e aumentar seus lucros, investem, sobretudo, em empréstimos a juros altos e no aperfeiçoamento dos instrumentos de produção? A História já não ensinou que devedores são permanentes candidatos a escravos? E já não se sabe que as inovações tecnológicas geram desemprego no mundo todo e permitem aos capitalistas investir só em lugares e setores que lhes dêem lucro grande e imediato?

Para se ter uma aproximação da situação objetiva de Camaragibe, poder-se-ia tentar comparar a situação dos direitos de seus moradores com a situação dos direitos das classes médias, bem como com os privilégios dos capitalistas no Brasil e nos países ricos com relação às seguintes dimensões:

- aproveitamento de suas capacidades físicas, biológicas, intelectuais e afetivas na produção de bens e serviços para eles e para a sociedade;
- reposição das energias gastas no trabalho, no desemprego, na busca de trabalho, na falta de perspectiva de um dia vir a encontrar um trabalho, reposição que é feita pelos serviços saúde, alimentação, segurança, lazer, educação, etc.;
- participação no destino do país e em tudo que lhes diz respeito;
- consideração e aprofundamento de seus modos de sentir, pensar, querer agir;
- cuidados e beleza.

Tendo conseguido o resultado da comparação sugerida, pode-se continuar perguntando: Como, numa perspectiva de realizar os direitos acima citados, gerir um município no nordeste do Brasil, país que se considera devedor aos grupos capitalistas internacionais e nacionais, que retira grande soma de recursos que seriam investidos na produção de bens e serviços de saúde, educação, habitação, segurança, lazer e ainda outros serviços essenciais, para pagar, nada mais que só juros da dívida, (e ainda dá a esses recursos retirados um nome que parece uma coisa boa: superavit primário!) e que considera que a solução é se endividar sempre mais?

Supõe-se, entretanto que o mundo não se acabou e que as classes, categorias, grupos e pessoas continuam sonhando e lutando por seus sonhos, desejos e direitos negados. No Brasil, vale lembrar toda a movimentação política, no início dos anos sessenta do século passado, bem como, também na segunda metade do século XX, os movimentos sociais, o surgimento das organizações ditas não governamentais, as tentativas de gestão democrática em municípios, estados e na própria administração do país. E já no atual século, a administração do Partido dos Trabalhadores em 187 municípios, incluindo aí municípios da estatura de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Aracaju e Goiânia, sem falar em administrações de outros partidos que se proclamam democráticos e defensores dos interesses populares.

Numa análise de conjuntura, entendida como estudo do jogo de forças e busca de realização de interesses e direitos, ainda se fariam as seguintes questões: As classes subalternas e seus representantes acreditam que a afirmação de seus interesses e direitos pode se realizar num sistema capitalista? Estão as classes e grupos subalternos usando meios simbólicos e materiais adequados ao contexto de interesses? Sabem essas classes e grupos quais são suas forças e fraquezas, bem como as forças e fraquezas dos adversários? Não estariam caindo nas armadilhas ideológicas dos adversários? Não estariam usando armas

que já foram muitas boas e agora estão sendo abandonadas pelos adversários, como é, por exemplo, o caso da Democracia Representativa Parlamentar?

2. Algumas informações

Para se conhecer as novidades e desafios da distribuição de poderes entre o governo e a sociedade civil, em Camaragibe, julga-se ser suficiente conhecer, do município, seu perfil político, seu modelo de gestão e, sobretudo, as análises que atores governamentais e civis fazem a respeito da experiência de gestão democrática tentada no município. Por isso, neste perfil sócio-econômico não se teve preocupação em coletar informações mais completas sobre as dimensões da realidade sócio-econômica do município e, nem mesmo, em se coletar as informações mais atualizadas. Julgou-se, entretanto, ser conveniente registrar os problemas para os quais a gestão deve procurar uma solução.

O Município de Camaragibe faz parte da Região Metropolitana de Recife e se limita com os municípios de Recife, Paudalho, Paulista e São Lourenço da Mata. Segundo o Censo IBGE/2000 tem uma população de 128.627 habitantes e é totalmente urbano. Tem 52,9 km² e uma densidade populacional de 2522,1 habitantes por quilômetro quadrado.

LOCALIZAÇÃO DE CAMARAGIBE NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE



A população de Camaragibe é composta por pessoas que, em sua maioria, vivem de comércio e de prestações de serviços em pequenos empreendimentos informais ou que trabalham no setor formal e informal de Recife e de outros municípios da Região Metropolitana. (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 2001)¹⁰.

Segundo esta mesma fonte, o acréscimo populacional (111.119 habitantes em 1996 e 128.702 em 2003), se deve ao afluxo de trabalhadores que, expulsos de suas terras e de suas cidades por falta de trabalho e atraídos pela Região Metropolitana do Recife, só conseguiram lugar economicamente acessível para morar nos alagados, encostas e tabuleiros de Camaragibe.

Segundo José Eduardo Moura, (2001), 2/3 da população se encontra em áreas de morros e baixios alagáveis e destes, a metade vive em áreas de risco permanente nos períodos de chuva.

A tabela abaixo reproduz os problemas de Camaragibe, definidos em 2002, no Fórum da Cidade em que participou a quase totalidade dos dirigentes das organizações governamentais e civis do município:

¹⁰ Uma pesquisa realizada em 1996 pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco, em parceria com a Prefeitura Municipal de Camaragibe, cujas informações não devem ter mudado substancialmente, faz uma análise da estrutura econômica do município, procurando identificar os problemas e as alternativas de solução. Observa-se, a partir dos dados da pesquisa, que as atividades empresariais oficializadas cresceram 59% de 1995 a 1997. Estima-se, entretanto que 81% dos estabelecimentos de produção, comercialização e prestação de serviços estão na informalidade; o destino da produção é o próprio município; 93% produzem para população de baixa renda; 39% são empresas familiares.

Problemas de Camaragibe em todas as áreas de atuação da Gestão Democrática

Fortalecimento dos Instrumentos Democráticos de Gestão	Dificuldade de articulação do movimento popular devido ao seu despreparo e falta de representatividade do movimento popular; dificuldade de comunicação entre o governo e os Conselhos, e entre os próprios Conselhos setoriais; consolidação lenta do modelo de gestão.
Desenvolvimento Urbano Ambiental	Indefinição dos limites municipais; precariedade de dados sobre a realidade local; indefinição dos limites de bairros, nomes dos logradouros e numeração das edificações; déficit habitacional e ocupação desordenada das áreas de risco; invasões e loteamentos clandestinos; precariedade da infra-estrutura urbana em especial no sistema de circulação; deficiência de áreas de lazer no município; inadequação do espaço urbano para pessoas portadoras de deficiência; deficiência da iluminação dos logradouros públicos, problemas no funcionamento de energia elétrica, correios e gás; <u>interferência não planejada de projetos metropolitanos no município.</u>
Transportes	Excesso de buracos e falta de sinalização; falta de transportes em algumas localidades e nos finais de semana; congestionamentos e falta de locais para estacionamento; desorganização do transporte alternativo; centralização das decisões.
Meio Ambiente e Saneamento	Falta de conscientização e mobilização das comunidades, associações, escolas e prefeitura para as questões ambientais; falta de informações específicas e falta de exploração do turismo nas áreas de preservação ambiental do município; atendimento reduzido na limpeza de espaços públicos; desperdício no trato de materiais recicláveis; forma inadequada para destinação de resíduos sólidos (lixão); precariedade no sistema de abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário.
Desenvolvimento Econômico Social	Alto índice de desemprego; baixo desenvolvimento tecnológico e baixa qualidade dos produtos e serviços ofertados; pouca articulação entre programas e projetos das instituições públicas e ong's; pouco acesso a financiamentos de bancos públicos e privados; falta de espaços para o desenvolvimento da economia popular (ambulantes, feirantes, grupos produtivos); pouco controle social dos recursos, através da Comissão Municipal de Emprego; fragilidade na organização associativa; resistência dos empreendedores locais à formação de redes de negócios e à organização auto-gestionária; falta de cultura de planejamento; falta de visão empreendedora; pouca compreensão e visão de desenvolvimento sustentável; pouca qualificação profissional; infra-estrutura precária; pouca divulgação das áreas identificadas como território de oportunidades para atividades econômicas.
Defesa Civil	Ocupação inadequada das áreas de morros; poucas informações sobre a segurança para as comunidades; precariedade de acesso às áreas de risco; indefinição de linguagem e de critérios por parte dos técnicos; insuficiência de infra-estrutura.
Educação	Permanência do turno intermediário; inexistência de creche pública atendendo em tempo integral; precariedade dos prédios escolares; inexistência de merenda escolar para os alunos jovens e adultos; carência de pessoal de apoio; distorção entre idade e série cursada; alto índice de reprovação e evasão escolar; falta de infra-estrutura para os Conselhos escolares; frequência irregular dos conselheiros; desarticulação e inexistência dos Conselhos escolares; ausência de eleições diretas para diretor das escolas; fragilidade das organizações estudantis.
Saúde	Estrangulamento do modelo de atenção à saúde; baixa resolutividade da rede de serviços especializados; falta de organização no atendimento à tuberculose, DST/AIDS; frágil integração entre o Programa de Saúde da Família e outros níveis de atenção à saúde; incipiente qualificação do processo de trabalho; insuficientes recursos financeiros; descontinuidade no abastecimento de remédios e insumos; incipiente controle social; insuficiente integração entre as secretarias municipais.

Assistência Social	Dificuldade na atenção à criança e ao/à adolescente e na construção do programa de atenção à pessoa portadora de deficiência; falta de participação popular; falta de fomento e oxigenação do fundo Municipal de Assistência Social; ausência de programa de atenção à pessoa idosa; ausência de uma política de segurança.
Cultura	Pouca valorização das tradições culturais, cívicas e religiosas; fragilidade política dos setores de cultura; insuficiência de espaços para escoamento da produção cultural; isolamento; dificuldade de apoio aos setores que trabalham com a cultura; baixa qualidade do produto; história do município não consolidada; difícil articulação entre os setores, desaquecimento do turismo; fragilidade do artesanato.
Esportes	Insuficiência, insegurança e deterioração dos espaços para esporte e lazer; dificuldade de atendimento ao portador de deficiência física; dificuldade de articulação do movimento esportivo.
Comunicação Social	Falta de articulação e de normatização entre os responsáveis pela comunicação na cidade.
Desenvolvimento Institucional	Desmotivação dos servidores municipais; condições precárias de trabalho; dificuldade de manutenção dos bens móveis e imóveis; falta de conhecimento dos direitos por parte dos moradores; morosidade dos processos da assistência judicial; precariedade do cadastro municipal.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Camaragibe – PE, 2000.

Acrescente-se que desde 1996, a política de Desenvolvimento Econômico vem merecendo atenção especial no conjunto das políticas de Desenvolvimento Local do município. Além da pesquisa realizada em 1996 em parceria entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foram detalhadamente definidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico as potencialidades e vocação de nove áreas do município, num trabalho que ficou sendo denominado “Territórios de Oportunidades”. É ainda em função do desenvolvimento econômico do município que se realizam anualmente os Seminários de Desenvolvimento Sustentável e que são firmados os convênios com diversos órgãos governamentais e civis para capacitação de empreendedores, pequenos empresários e trabalhadores. É na mesma perspectiva de desenvolvimento econômico que existe uma política de captação de recursos, financiamentos de iniciativas de produção, comercialização e turismo. Foi também para a implementação da política econômica que foram criados o SINE (Sistema Nacional de Empregos), a Comissão de Emprego e Renda, o Núcleo de Desenvolvimento Local, os Pólos de Desenvolvimento

Econômico e está instalada no município uma comissão encarregada de criar um Conselho de Desenvolvimento Sustentável.

3. Um perfil político

Até 1982, Camaragibe era um distrito do município de São Lourenço da Mata, que era governado por duas famílias que se revezavam no poder. Depois da sua emancipação, ainda foi governado durante seis anos por representante das famílias tradicionais de São Lourenço da Mata. Em 1992 o Partido Democrático Trabalhista, (PDT) ganhou as eleições municipais e assumiu, segundo vários depoimentos das pessoas entrevistadas nas pesquisas realizadas pelo autor da tese em 2000 e 2003, uma postura bem mais aberta à participação da sociedade civil. O atual Prefeito de Camaragibe, naquela época foi designado Secretário de Saúde e em sua gestão foi criado o Conselho de Saúde, até hoje considerado bem estruturado e combativo.

Em 1966, o Partido dos Trabalhadores, em aliança com o Partido Socialista Brasileiro, disputou e ganhou a eleição municipal, elegendo o atual Prefeito, que baseou toda a sua campanha na promessa de construção de um modelo de gestão do município compartilhada por representantes governamentais e civis.

A atual gestão de Camaragibe vem oficialmente tentando, desde 1997, início do mandato do atual Prefeito, do Partido dos Trabalhadores (PT), um modelo de Gestão Participativa, ou Gestão Democrática ou Administração Participativa. Aliás, durante alguns anos se discutia sobre a melhor designação para o modelo de gestão que se pretendia para o município. Os documentos oficiais estão timbrados com o nome de Camaragibe - Governo Popular.

O poder governamental em nível municipal em Camaragibe é composto pelo Prefeito, Vice-Prefeita, onze Secretarias e a Câmara Municipal, composta por 15 Vereadores, dos quais só três dizem fazer oposição ao poder executivo.¹¹

Representantes da sociedade civil, no município, são, contínua e sistematicamente, convidados pelo Poder Executivo Municipal para discutir, deliberar e encaminhar as decisões tomadas para as instâncias responsáveis pela sua implementação. São também estimulados a fiscalizar o cumprimento do que se decidiu nas instâncias deliberativas.¹² É assim que acontecem as Pré-Conferências e Conferências de Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social, Direitos das Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente, Direitos da Mulher. Anualmente, os Delegados da Administração Participativa preparam e realizam eleições diretas por regiões, para elaboração do Plano de Obras. Todos os anos se realizam os Fóruns da Cidade para discutir e deliberar sobre problemas gerais e setoriais do município. Por sua vez, os Seminários anuais de Desenvolvimento Sustentável vão além do simples debate, chegando até a fazer recomendações e proposições de política para as instâncias de definição e implementação da política de Desenvolvimento Econômico.

Em Camaragibe estão criados e em funcionamento os seguintes Conselhos: Saúde (criado em 1991); Segurança (1994); Direitos da Criança e do Adolescente (1997); Assistência Social (1997); Delegados da Administração Municipal (1997); Tutelar (1998); Alimentação (1998); Educação (2001). Está

¹¹ O atual Prefeito de Camaragibe é Paulo Santana, do Partido dos Trabalhadores e tem como Vice-Prefeita a Senhora Nadegi Queiroz, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹² Em função dessa gestão compartilhada por representantes governamentais e civis, alguns programas da Prefeitura de Camaragibe mereceram em 1999/2000 vários destaques e ganharam alguns prêmios. Eis alguns dos programas, prêmios e destaques: O Programa Administração Participativa foi considerado pela Fundação Getúlio Vargas (SP) e pelo Banco Mundial como uma das dez melhores experiências de redução da pobreza, num universo de 31 experiências analisadas, passando a Prefeitura, por isso mesmo, a integrar o Projeto Parcerias, Pobreza e Cidadania; o Programa de Saúde da Família foi considerado pelo Ministério da Saúde o melhor do Brasil, em 1999; O prefeito de Camaragibe foi considerado Prefeito Criança por dois anos consecutivos (1999 e 2000), pela Fundação Abrinq e pelo UNICEF; O Programa Administração Participativa, no ano de 2000, esteve entre os cinco destaques do Ciclo Gestão Pública e Cidadania, de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford.

em processo a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, o Conselho de Cultura e já funciona desde 1997 a Comissão de Emprego e Renda.

Existe e é bastante atuante em Camaragibe o que se denomina de Administração Participativa (AP), uma espécie de Conselho, com poder de definir políticas públicas e fiscalizar a sua implementação em nível municipal. No seu início em 1997, a AP era composta por 120 Delegados, cada um representando 1000 moradores do município, eleitos diretamente em seu local de residência. A partir de janeiro de 2002, depois de uma avaliação feita pelos Delegados e representantes governamentais, reduziu-se para 60 o número de Delegados.

Em Camaragibe atuam, atualmente, 27 associações de moradores de bairros, 03 associações de mulheres, 09 conselhos comunitários de moradores, 01 cooperativa, 03 sindicatos de trabalhadores, 02 clubes de mães, 01 grupo de jovens, 04 centros culturais e esportivos, 01 associação de agricultores, 04 associações de geração de renda, 01 associação de deficientes e 01 federação de associações de moradores. (MESQUITA, 2003, p. 50-51). Segundo esse autor, “considerando as características de Camaragibe, é bem relevante o universo desses sujeitos sociais para a cidade”. (Ibid, p. 51).

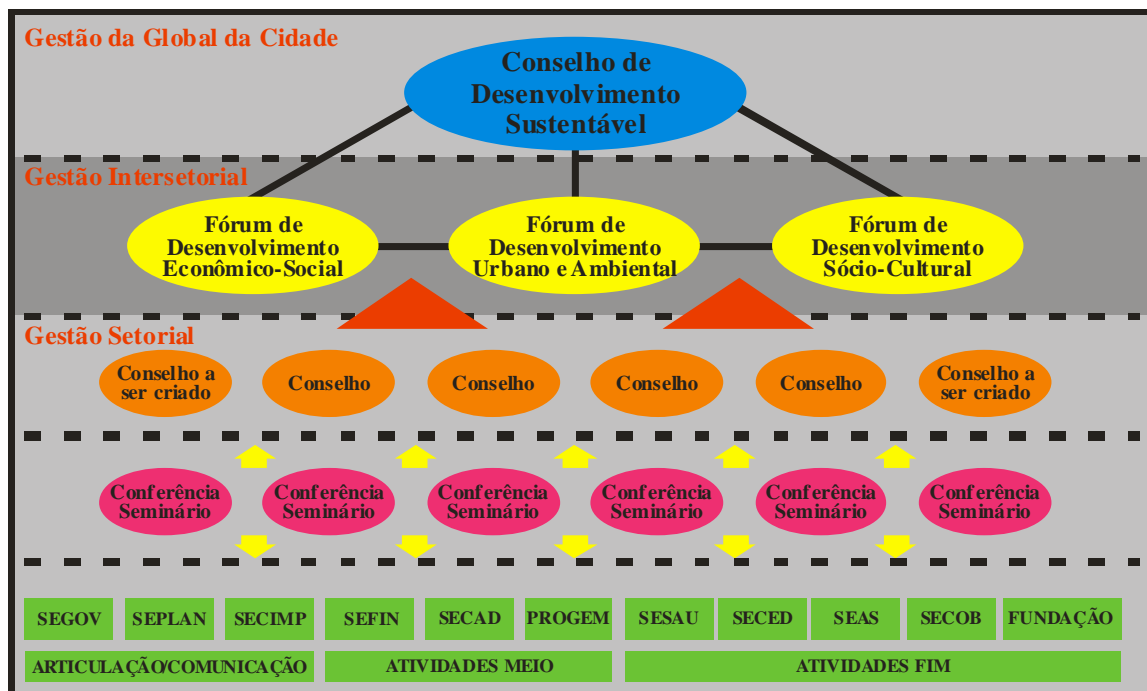
PAISAGENS DE CAMARAGIBE



4. Um modelo de gestão

No ano de 2000 foi elaborado um Plano Diretor do Município, denominado **Pacto de Camaragibe**. O Plano Diretor define os objetivos, as estratégias, as prioridades e as ações de cada uma das treze políticas do município. No Plano estão definidos o Modelo de Gestão pretendido, os objetivos e as estratégias de treze Políticas Setoriais. Mesmo que o Plano não tenha sido encaminhado à Câmara Municipal para sua oficialização pelos vereadores, é ele que orienta e organiza toda a atuação do Município. **O Pacto de Camaragibe** propõe para o município um modelo de gestão que abaixo será apresentado.

Estrutura do Modelo de Gestão



SEGOV – SECRETARIA DE GOVERNO
SEFIN – SECRETARIA DE FINANÇAS
SESAU – SECRETARIA DE SAÚDE
SECOB – SECRETARIA DE OBRAS

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECAD – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECED – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO – FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES

SECIMP – SECRETARIA DE IMPRENSA
PROGEM – PROCURADORIA GERAL
SEAS – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

FONTE: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Camaragibe/PE, 2000.

Estão aí indicados três níveis de gestão. Um nível global - o Conselho de Desenvolvimento Sustentável; um nível intersetorial - os Fóruns de Desenvolvimento Econômico-social, Desenvolvimento Urbano - Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural; um nível setorial - os diversos Conselhos setoriais.

No modelo de gestão está também definido o que se espera da administração governamental e civil, em cada instância e se explicitam as responsabilidades atribuídas aos respectivos atores.

Instâncias, Competências e Atores do Modelo de Gestão

INSTÂNCIAS	COMPETÊNCIAS	COMPOSIÇÃO	NÍVEL OPERACIONAL
<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Desenvolvimento Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Delibera sobre a formulação de políticas setorializadas 	<ul style="list-style-type: none"> O representante maior do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. 01 representante de cada um dos Conselhos Setoriais instalados. 01 representante governamental da temática objeto de discussão. 	Nível Global
<ul style="list-style-type: none"> Fórum de Desenvolvimento Econômico-social Fórum de Desenvolvimento Urbano/Ambiental Fórum de Desenvolvimento Sócio-Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> compatibiliza as deliberações das frentes de atuação setorial em função da temática em questão 	<ul style="list-style-type: none"> Representantes de todos os Conselhos Setoriais e Organizações da Sociedade 	Nível Intersetorial
<ul style="list-style-type: none"> Conselhos/Órgãos Similares 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão setorial das políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Conselheiros, representantes governamentais e não governamentais 	Nível Setorial
<ul style="list-style-type: none"> Conferências/Seminários 	<ul style="list-style-type: none"> Delibera sobre a formulação de políticas públicas setorializadas 	<ul style="list-style-type: none"> Delegados, representantes da sociedade e dos Conselhos objeto da natureza da discussão 	Nível Setorial
<ul style="list-style-type: none"> Unidades Administrativas da Prefeitura 	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalização das políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores da Administração Municipal 	Nível Setorial

FONTE: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Camaragibe/PE, 2000.

É grande, como se pode ver na Estrutura do Modelo de Gestão, a importância que, em nível de intenção, é atribuída à sociedade civil, bem como a contribuição que dela se espera.

5. Uma concepção de gestão¹³

5.1 A própria concepção de gestão

Para todos os entrevistados se tratava de um projeto político. Apenas tinham dúvida sobre o nome que melhor traduzisse a intenção. Seria governo popular? Seria proposta de gestão participativa?

A grande prioridade mesmo é a Administração Participativa que não é um programa. É o projeto da administração. É o próprio governo. É o modelo que se quer construir e que é uma proposta que deve ser de todas as Secretarias. (Secretaria de Governo, 1999).

E seria uma proposta a ser vivenciada em todas as práticas de todos os órgãos governamentais.

Nós ali na recepção somos a porta de entrada. O atendimento é um elemento da proposta participativa. Por isso que tentamos um bom atendimento a todos, por ordem de chegada. Nós ninamos a proposta da Administração Participativa, que ainda é um bebê. (Secretaria de Governo, 1999).

Admitem, entretanto, não ser um trabalho fácil.

Não é um trabalho fácil porque esse modo de atendimento não faz parte da tradição administrativa que era bem clientelista. Antes mesmo quando não se podia resolver os problemas, a gente enganava as pessoas, encaminhando-as para o Gabinete para alguma desculpa ou alguma promessa lá dentro. Hoje, damos as informações do que se pode, do que não se pode, do que não depende de nós, do que depende do Secretário ou do Prefeito. Muita gente ainda não entende esse nosso modo de atuar, mas ele é mais verdadeiro do que antes. (Secretaria de Governo, 1999).

¹³ As citações foram retiradas do relatório das pesquisas realizadas em 1999, 2000 e 2003. Serão indicados depois de cada citação, a origem e ano do depoimento.

Sobre o nome que dariam à experiência, assim se falou na reunião com todas as coordenações da Secretaria de Saúde:

É uma discussão que vem sendo realizada há mais tempo. A gente até pergunta sobre o nome que melhor se adapte ao que se pretende politicamente. É governo popular? É gestão participativa? Tem um certo entendimento de que governo popular é a perspectiva de incorporar os interesses populares. Gestão participativa seria mais o modo democrático de administrar o Município. Se perguntarmos a todo mundo aqui se fazemos parte de um governo popular, todos diremos que sim. Não nos sentimos somente como gestores e trabalhadores de saúde. Fazemos parte de um projeto político. (Secretaria de Saúde, 1999).

Por se tratar de uma proposta bastante nova os entrevistados reconhecem que ainda há uma distância entre os objetivos e os resultados alcançados e que, de fato, trata-se de um processo.

Se alguém perguntar como na prática está acontecendo o governo popular, veremos que têm pessoas e secretarias que avançaram mais do que outras. Entendemos que a realização de proposta de governo popular é um processo. (Secretaria de saúde, 1999).

A proposta de uma gestão democrática deveria também ser vivenciada na própria administração dos órgãos governamentais.

Como o nosso trabalho é mais com os servidores, tentamos vivenciar com eles a filosofia que julgamos ser a de um Governo Popular. Nós participamos das Ações Participativas e apoiamos tudo com satisfação. Nós incorporamos o Projeto do Governo Popular. É tanto que quando Camaragibe recebe prêmio de Saúde, nós cantamos “Sou de Saúde”. Quando a Guarda Municipal é elogiada, nós nos sentimos fazendo parte da mesma. (Secretaria de Administração, 1999).

A aceitação da proposta pelos servidores municipais não foi imediata, nem tão fácil.

No início da atual gestão foi bem difícil. Éramos novos em idade e no serviço público, não tínhamos nenhuma experiência de gestão compartilhada pelo governo e sociedade civil. Nós fomos puxados pelo processo. Resistimos um pouco em aceitá-lo, tínhamos

dificuldade em entendê-lo e aplicá-lo. Hoje, nossa leitura é bem mais amadurecida. Antes tínhamos dificuldades, hoje temos sentimento de culpa quando alguma coisa da gestão participativa não dá certo. (Fundação da Cultura, Turismo e Lazer, 1999).

Existia, ainda, por parte dos servidores, uma preocupação com a continuidade da proposta considerada por eles bastante importante.

A grande maioria da Secretaria acredita na proposta do Governo Popular. Mas é bom também pensar no amanhã. Tudo pode mudar. Por isso que é bom implantar bem essa proposta de transformação que vivemos aqui. Acreditamos na proposta porque sabemos que ela é boa para nós e para a comunidade. (Secretaria de Finanças, 1999).

Uma pesquisa mais recente realizada pelo atual Secretário de Planejamento do município, (Moura, 2001) e a pesquisa realizada pelo autor da tese, agora em março de 2003, confirmam a importância atribuída à proposta em 1999-2000. Confirmam também os resultados alcançados na democratização da gestão, sobretudo quando se fazem comparações com outros municípios da Região Metropolitana de Recife e com a situação de Camaragibe anterior à gestão atual. Entretanto, as pessoas entrevistadas na pesquisa de 2003, todas fazem ressalvas à própria concepção e também ao modo de implementá-la. Essas pessoas, todas elas bastante representativas, intelectual e politicamente, de diferentes grupos de Camaragibe, fizeram afirmações da seguinte ordem:

O Partido dos trabalhadores tem dificuldade em aceitar críticas. Ele é muito bom para ver os defeitos dos outros.

A administração precisa ser mais transparente com relação aos recursos.

A esquerda minou as bases das entidades populares, colocando funcionários da prefeitura dentro dos movimentos.

A gestão atual não tem mais brilho. Há atualmente um grande desencanto. Muita gente se cansou de ser conselheiro. Os ex-conselheiros se comportam como se seu esforço tivesse sido em vão. Os atuais conselheiros têm muito pouca disposição de luta. Os

funcionários municipais têm medo de dividir poderes e estão descrentes e até irritados.

O Fórum da cidade que seria um espaço de debate, se transformou em plenária deliberativa. Só que lá se discute muito pouco antes de se decidir e as deliberações dos grupos setoriais não vão à plenária para uma aprovação geral.

A máquina administrativa precisa assumir mais profundamente a proposta. Ela até vai fazendo as coisas, mas parece que é por “osmose”.

A atuação compartilhada ainda fica só no nível setorial. Não se chega ainda ao nível mais geral das regiões e do próprio município.

Numa perspectiva de construção de Hegemonia e poder real de seus moradores, chama-se, aqui, a atenção para alguns aspectos sobre os quais se pronunciaram os participantes da pesquisa.

Com relação à própria proposta, a impressão que se tem, a partir da vivência em Camaragibe e dos depoimentos recolhidos, é que, de fato, já se adota a perspectiva de Gestão Democrática, mas, ao mesmo tempo, se percebem os desafios e as dificuldades para enfrentá-los.

Parece que a proposta não é interiorizada igualmente por todos os órgãos da administração municipal e, por isso mesmo, teme-se pela sua continuidade. E alguns representantes governamentais têm dificuldade em aceitar críticas e sugestões das organizações da sociedade civil.

Chama também a atenção o fato de que nas plenárias deliberativas, como, é o caso, por exemplo, do Fórum da Cidade, não se reserva tempo suficiente para que as decisões sejam suficientemente aprofundadas por todos os representantes presentes na plenária.

5.2 A participação da sociedade civil

Para todos os entrevistados, o que define a proposta de gestão democrática ou de Governo Popular no município, e constitui a sua novidade, é a presença da sociedade civil e o modo de a considerar teórica e politicamente.

Pensamos que tudo isso tem a ver com a participação de todos os segmentos da sociedade na definição de prioridades e modo de geri-las. (Secretaria de Saúde, 1999).

Ou ainda:

Essa articulação com a sociedade civil é um dos pilares da Administração Municipal. Temos boas parcerias formais e informais. A sociedade civil, mesmo que não saiba exatamente o seu poder, sua importância e seus interesses, é bastante forte e nos cobra permanentemente. Sua presença é constante e interessada. Um exemplo é a Defesa Civil, que conta com voluntário da sociedade civil organizada e não organizada. (Secretaria de Ação Social, 1999).

Sabe-se, entretanto, que não se tem ainda no município uma tradição de participação popular na gestão da sociedade.

Sentimo-nos integrados à proposta de Governo Popular contribuindo para romper o paternalismo e o clientelismo e para uma Política de Assistência Social. Trabalhamos com programas/projetos de inclusão social e de construção coletiva. Quem está na secretaria acredita e gosta da proposta. (Secretaria de Ação Social, 1999).

Assim como a própria proposta de gestão democrática, a participação da sociedade civil é vista como um processo.

Melhorou muito a participação da sociedade. A Conferência Municipal de Educação em 1997 abriu o espaço. Temos também os convênios com as Associações, o relacionamento com o Conselho de Alimentação, com o Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, com as Unidades Executoras, com o Fórum de Jovens e Adultos, com as Cooperativas de Pais de alunos e muitas outras. Mas falta uma certa constância e até um trabalho mais paciente porque a população ainda não reivindica escola de qualidade. (Secretaria de Educação, 1999).

Os representantes da sociedade civil destacam os limites da sua própria participação na gestão do município.

Nós deliberamos, mas não fiscalizamos nem cobramos. Muita coisa mudou aqui em comparação com administrações passadas. Estamos aprendendo muito. Melhorou muito, mas nós devemos reclamar mais. Nós somos omissos. É bom lutar para não deixar o processo se fechar, porque ele está se fechando. Se a gente se respeitar como Delegados, o projeto de Governo Popular vai avançar. A gente aprendeu muito. A Prefeitura criou essa oportunidade. (Comissão Regional e Comissão de Ética do Conselho de Delegados da Administração Participativa. 2000).

Ainda sobre a participação da sociedade civil assim se expressa a diretoria da associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe, AMICAM:

O programa é muito bom, mas nós colaboramos mais do que somos ajudados. A própria Diretoria de Desenvolvimento Econômico que está mais próxima de nós não tem uma estrutura adequada de apoio aos micros e pequenos empresários. Só a partir da terceira Gestão Municipal de Camaragibe e, sobretudo, agora a partir da atual administração é que melhorou a relação com a nossa categoria. Mas é bom saber que o nosso plano vai ser posto em prática a partir de nós. Do governo queremos apoio e parceria, mas a responsabilidade vai ser nossa. (Associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe. AMICAM 2000).

Pessoas que, de ponto de vista intelectual e político, podem ser consideradas como representativas de diferentes grupos de Camaragibe, na pesquisa realizada em março de 2003, fizeram ressalvas ao processo de participação da sociedade civil na gestão do município.

As lideranças de Camaragibe se sentem frustradas porque suas decisões, talvez por falta de recursos, não saem do papel.

A sociedade civil é muito tímida porque suas lideranças são atreladas ao poder executivo.

O governo estimula pouco o poder popular.

Nem o executivo nem o legislativo estimulam a sociedade civil para usar a tribuna livre que existe na Câmara de Vereadores.

Reforça-se também que parece tranqüila, em Camaragibe, a convicção de que a sociedade civil seria a novidade e até o pilar da Gestão Democrática e que, mesmo que a própria sociedade civil não tenha consciência do fato, ela é forte pela sua própria existência.

Sabe-se que a participação é um aprendizado difícil devido à tradição autoritária de gestão e a conseqüente falta de experiência da sociedade civil e dos representantes governamentais em compartilhar poderes na gestão da sociedade.

A sociedade civil ainda se comporta mais como fiscal do governo do que como sua parceira e co-gestora das políticas sociais e, ainda, é notória a tensão entre a Democracia Representativa tradicional e o modelo tentado de Gestão Democrática.

5.3 Os formatos da gestão democrática

Ressaltam-se os limites dos órgãos cuja atuação fica só ao nível setorial.

Possivelmente a criação de um Conselho que integre a participação dos Conselhos setoriais existentes, bem como de outros segmentos ainda não formalmente representados, faça avançar a proposta política de gestão participativa dos interesses populares. (Secretaria de Saúde, 1999).

Em várias ocasiões, os participantes das reuniões de pesquisa chamaram a atenção para a pequena representatividade das pessoas que na gestão atuam oficialmente como representantes da sociedade civil, tenham elas como origem os sindicatos ou as organizações comunitárias. Especificamente na reunião dos delegados da Administração participativa, no dia 13 de janeiro de 2001, foi dito que é muito frágil e quase inexistente uma relação mais profunda dos representantes da sociedade civil com as suas supostas bases.

Nesta mesma reunião, se chama a atenção para a falta de tradição, pequena formação técnica e política dos representantes da sociedade civil para gerir políticas públicas.

As “testemunhas privilegiadas”, na pesquisa de 2003, foram mais contundentes, no que diz respeito às formas institucionalizadas de compartilhamento de poderes no município.

Parece que na questão da participação, só o Conselho de saúde está de parabéns. Não avançamos muito nos outros Conselhos.

Os Delegados da Administração Participativa (AP) estão desmotivados porque suas deliberações não são tomadas em consideração e não se explicam direito as dificuldades atuais do município.

As lideranças são muito centralizadoras. Algumas delas fazem parte de até três Conselhos. Não há rotatividade de poder. São pouquíssimas as reuniões que elas convocam e por isso decidem sem consultar suas bases.

Os delegados da Administração Participativa, atualmente, discutem mais seus interesses particulares e partidários do que políticas públicas.

Com relação aos formatos da gestão, parece ser pequena a representatividade dos dirigentes da sociedade civil com relação às suas bases sociais. Parece também que no interior dos grupos e associações da sociedade civil não é muito comum a vivência da participação entendida como exercício de poder na definição dos fins e dos meios do que, em cada momento, esteja em questão.

5. 4 O processo de capacitação técnica e política dos representantes governamentais e civis

Sente-se necessidade de capacitação em gerenciamento de políticas públicas e em questões de relações interpessoais.

Todos aqui chegamos como técnicos para realizar algumas tarefas e nos tornarmos gerentes. A nossa capacitação tem sido na prática de gerência e na busca pessoal de capacitação aqui mesmo e em outros lugares. Temos também que nos capacitar em dimensões técnicas do campo de nossa atuação. Exemplo: questões de mercado, Banco de Dados, busca e sistematização de informações, técnicas de comunicação etc. (Secretaria de Planejamento, 1999).

E também em diagnóstico de conjuntura.

Precisamos de nos capacitar em diagnóstico da conjuntura política do Município e do Estado. E também em alianças e enfrentamento de interesses. Precisamos igualmente nos capacitar em articulação política interna e externa. (Secretaria de Governo, 1999).

Enfatiza-se, entretanto, a necessidade de uma capacitação que tome em consideração as questões e dificuldades da prática que se esteja realizando.

Não temos estudos abstratos. É uma capacitação diferenciada para cada campo e tipo de atuação. Assim, além dos eventos específicos promovidos internamente, a secretaria aceita vagas em eventos oferecidos por outras entidades. Cada funcionário é liberado duas vezes por ano para atividades de capacitação. Permanentemente são distribuídos textos de leitura para todos os servidores. Talvez se cuide menos da capacitação do corpo gerencial do que dos servidores que estão na execução dos serviços. (Secretaria de Saúde, 1999).

Justificando a conveniência de se criar um ambiente em consonância com os objetivos de proposta de gestão democrática, a Secretaria de Educação assim se pronunciou, sobre o processo de capacitação dos seus funcionários:

A capacitação é efetiva com o pessoal da área pedagógica. É fraco e as vezes inexistente com relação a outras áreas: merendeiras, serviços gerais, guardas municipais etc. Houve grandes avanços. Hoje não é mais uma capacitação com conteúdos e metodologia levados pela equipe central. A capacitação se realiza atualmente a

partir das necessidades e querer dos que vão participar do processo. É bom também lembrar que há abertura para liberar quem deseje participar de eventos e processos de capacitação oferecidos por outras instituições. (Secretaria de Educação, 1999).

Que as capacitações não se reduzam a eventos, mas que sejam um processo continuado.

Trabalhamos com prazos e legislações muito precisas e que mudam muito. Precisamos de uma permanente capacitação. Seria bom que tivéssemos reciclagens permanentes no que fazemos e sobretudo tivéssemos reciclagem para sermos servidores públicos, ou seja, um modelo especial de servidor. A partir de um diagnóstico que realizamos, fizemos capacitações para as categorias que mais delas precisavam, como foi o caso dos Motoristas, Guardas Municipais, Atendentes, Serviços Gerais. Seria bom que pudéssemos programar capacitações para 600 funcionários. (Secretaria de Administração, 1999).

A equipe da Fundação da Cultura, Turismo e Lazer mostra desejo e necessidade de se capacitar nas seguintes dimensões: administrar bem o seu próprio tempo; instrumentalizar-se como administrador, dando uma racionalidade à grande paixão pelo trabalho; administrar bem, respeitando o limite dos outros, mas sendo firme nos objetivos; saber externar bem o que já está no seu interior; saber conviver com os conflitos normais de poder e de relacionamento; ter mais conhecimentos sobre os setores de atuação da Fundação. (Fundação de Cultura, Turismo e Lazer, 1999).

Afirmações de técnicos da Secretaria de Finanças sobre outras dimensões do processo de capacitação:

Seria bom que tivéssemos mais capacitação para nos relacionar com os contribuintes e clientes. E para ser mais criativos para arrecadar sempre mais. É bom ser capacitado para atuar sempre com grandeza e decência. Gostaríamos de saber o que se faz em outros lugares no campo da tributação. Vale conhecer melhor a atual Reforma Tributária. Nós temos tido oportunidade de participar de cursos fora de Camaragibe e temos assinatura de revistas técnicas. Mas a nossa capacitação ainda está longe do ideal. Por exemplo: Na área financeira ainda não houve atividades de capacitação. (Secretaria de Finanças, 1999).

Os representantes da sociedade civil têm sua capacitação específica em cada Conselho. São eventos explícitos de capacitação a que eles próprios e as secretarias que os promovem atribuem grande importância. Entre esses eventos incluem-se os Seminários anuais de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local. Destes seminários participam representantes da quase totalidade das organizações da sociedade civil. Além do aprofundamento de temas, os participantes indicam, por eleições, as prioridades das diferentes áreas que integram o conceito de Desenvolvimento Local Sustentável.

No campo da capacitação da sociedade civil, foi firmado um Protocolo de Intenções assinado conjuntamente pela Prefeitura de Camaragibe, Banco do Nordeste do Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, Centro de Estudo e Ação Social, Fundo Rotativo de Ação Comunitária, Centro Josué de Castro, Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, Visão Mundial e Senai. O Protocolo tinha o seguinte objetivo:

Firmar compromisso entre as partes, na execução e consolidação do NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, conforme as normas acordadas, visando à articulação de parcerias institucionais que viabilize o atendimento à população, em particular os micro e pequenos empreendedores do município, nas demandas de informações e acesso à capacitação, qualificação profissional, crédito e projetos específicos. A parceria visa ao desenvolvimento sustentável do município a partir da potencialização dos seus territórios de oportunidades, da geração de renda, do desenvolvimento das competências empresariais, da melhoria da qualidade de vida e da preservação ambiental.¹⁴

A pesquisa de março de 2003 oferece vários subsídios para uma avaliação do processo de capacitação dos agentes governamentais e civis de Camaragibe.

Na capacitação se passa por um momento muito difícil. Era para ter em Camaragibe uma capacitação permanente em políticas

¹⁴ Para se ter uma idéia do alcance desse Protocolo de Intenções, considere-se que durante os anos de 1997 até o início de 2000 foram realizados 54 cursos dos quais participaram 2650 moradores do município de Camaragibe.

públicas e uma capacitação permanente em questões específicas de cada Conselho e isso não existe em nenhum Conselho.

Para se capacitar no exercício de suas funções os Delegados da Administração Participativa eram para estar presentes em todas as conferências e reuniões e conhecer bem todas as secretarias. Isso não está claro nem para os delegados nem para os funcionários das secretarias.

Não existe uma capacitação sistemática. Existe, sim, uma capacitação setorial e temática. A própria Agência do Trabalho faz uma capacitação bem operacional, de acordo com os projetos.

Em 2002 quando houve renovação dos mandatos dos conselheiros, alguns Conselhos fizeram uma capacitação inicial. O que eu critico é a distância muito grande entre a teoria, objetivos e funções dos Conselhos e o que se pode fazer concretamente na prática. Depois dessa capacitação inicial o que há é uma capacitação por temas, mas juntando conselheiros e outros atores sociais.

Ninguém está preparado para uma proposta acabada de gestão democrática. Todos estamos aprendendo. O movimento popular e o poder executivo estão mais adiantados do que o poder legislativo. É bom também não fantasiar a sociedade civil, como se ela fosse perfeita, e muito menos, a máquina administrativa.

Para o grande desafio da Gestão Democrática, a capacitação tem sido, sobretudo, a própria atuação. É notório, entretanto, que tanto os representantes governamentais como os civis desejam uma capacitação mais sistemática e sempre ligada aos desafios concretos por eles encontrados em suas funções técnicas e políticas.

5. 5 Relações entre as diferentes formas institucionais de gestão

Da pesquisa realizada nos fins de 1999 e início de 2000 pode-se extrair elementos de avaliação da relação entre as diferentes formas institucionais de poder no município.

Fala-se, por exemplo, das relações entre as várias secretarias municipais, do lugar da sociedade civil na gestão compartilhada e dos momentos em que se dá a articulação ente governo e sociedade civil.

A SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente) atualmente se articula bem melhor com a Sociedade Civil do que com as outras Secretarias. E deseja colaborar para as representações da sociedade civil se comportarem cada vez mais como parceiras e co-responsáveis da administração da cidade, não se restringindo tão somente à solução de casos e reivindicação de direitos. A SEPLAN se articula com a sociedade civil ao criar instrumentos de planejamento nos Seminários de Desenvolvimento Econômico, na elaboração conjunta do orçamento, na elaboração do Plano de Obras, na elaboração do Plano Plurianual etc. (Secretaria de Planejamento, 1999).

Diz-se do entendimento a respeito da participação da sociedade civil:

Tem quem pense, aqui dentro da Prefeitura e também nas comunidades, que só a SEPLAN (Secretaria de Planejamento) e a SEGOV (Secretaria de Governo) têm compromisso com a participação e que as outras Secretarias estão dispensadas da Administração Participativa. (Secretaria de Governo, 1999).

Chama-se a atenção para o modo específico de relação de cada órgão governamental com a sociedade civil.

Temos contato direto com seus representantes, fazemos assessoria jurídica e estamos presentes nas ações participativas. O nosso problema é saber compatibilizar boa vontade política e legalidade. Somos parte da Administração Participativa. É o próprio modo de administrar da Prefeitura. É um compromisso político. É a gestão participativa. (Procuradoria Geral, 1999).

Institucionalmente não temos um relacionamento sistemático com a sociedade civil. Temos, entretanto, relações muito boas com os Delegados de Administração Participativa e com todos os Conselhos existentes. (Administração, 1999).

A nossa relação com a sociedade civil é através do contribuinte e do cliente. Como não existe uma cultura favorável ao pagamento de impostos, é importante fazer uma educação do contribuinte sobre a necessidade e importância de sua contribuição para uma boa administração da cidade. Felizmente aqui em Camaragibe já se dá satisfação quando não se está podendo pagar os impostos. Já está

havendo uma troca de informações entre o governo e os contribuintes. Eles estão sabendo que quando se paga, se exige. O investimento que se tem feito na área de arrecadação satisfaz a todos, e por isso hoje temos credibilidade. Hoje se tem um ambiente agradável de recepção de contribuintes. E nós temos ouvido para as reclamações. A nossa grande preocupação é a orientação do contribuinte. Nas Ações Participativas ajudamos na montagem das ações. (Secretaria de Finanças, 1999).

Há pronunciamentos sobre o entendimento que tem a sociedade civil a respeito da perspectiva de co-gestão.

Achamos que o próprio Conselho ainda não se considera um gestor, co-responsável da atuação. Ainda se comporta como fiscal ou reivindicando serviços para a comunidade. Todos os conselheiros ainda não se sentem com os co-responsáveis pela implementação das deliberações das comunidades nas conferências. Sobre as parcerias com a sociedade civil sempre foi fácil uma articulação com organizações não-governamentais nacionais e internacionais, mas sempre tivemos dificuldades em fazer parceiros com a iniciativa privada empresarial. Talvez seja porque sempre assumimos que saúde é dever do Estado, entendido como governo e que com relação à iniciativa privada deveremos fiscalizá-la e não tentar algo juntos. (Secretaria de Saúde, 1999).

Numa das reuniões chamou-se a atenção para os diferentes momentos e diferentes graus de participação da sociedade civil.

Existem algumas modalidades de articulação. Um modo é com os Delegados de Administração Participativa, outro modo é com as organizações mais explicitantes da cultura: as organizações artísticas, de esporte, de lazer, de turismo. E também o contato direto com qualquer pessoa da população. Existe também uma relação autoritária na sociedade em exigir que façamos alguma coisa mesmo quando não dispomos de meio para realizá-la. (Fundação de Cultura, Turismo e Lazer, 1999).

Duas organizações civis de bastante peso no município, Associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe e os Delegados da Administração Participativa também se pronunciam sobre sua relação com os representantes governamentais.

A AMICAM (Associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe) tem colaborado muito com o Executivo. O Legislativo

não existe. Nem conhecemos os vereadores. Eles não têm nenhuma ação. Colaboramos com a Comissão Municipal de Emprego, fazendo visitas aos microempresários para saber se eles têm condições de entrar nos programas. Pensamos em começar a participar das reuniões dos Delegados da Administração Participativa. A gente se conhece e se relaciona bem como amigos, mas não é um encontro oficial de Delegados e AMICAM. (AMICAM, 2000).

Os Delegados da Administração Participativa em número bem maior e pretendendo representar os mais variados interesses do município, têm opiniões diversificadas sobre a relação com representantes governamentais e também civis no município.

Aqui na Prefeitura ora a gente é bem recebido, ora recebe um “chega pra lá”.

No Legislativo não valemos nada. O Judiciário é aberto à comunidade e aos delegados. O Executivo deu um grande passo. Precisa melhorar. Alguns vereadores até nos acatam bem. Tem até conselheiro que é assessor de Vereador.

Na primeira gestão de Camaragibe os vereadores não se interessaram pelo desenvolvimento da cidade. Agora eles foram para a rua para aparecer. Não se pode dispensar vereadores. O Prefeito precisa da Câmara. No passado, nunca foi boa a relação da Câmara de Vereadores com o Executivo. Atualmente melhorou muito. É um processo de aperfeiçoamento.

A nossa relação com o Legislativo não melhorou muito. Só está melhorando a partir de quando os delegados começaram a ser mais representativos. Eles começaram a nos respeitar.

Juiz até pouco tempo era um Faraó do Egito. Atualmente a relação está muito melhor, mas é algo a ser conquistado. (Delegados da Administração Participativa, 2000).

Eles também se pronunciam sobre suas relações com outras organizações da sociedade civil.

Vários Delegados fazem parte dos Conselhos Setoriais. Os Delegados deveriam acompanhar todas as atividades. Como não dá para participar de todas as reuniões, é importante tentar estar informado de tudo o que se passa. Como é que fica se em algum lugar perguntam alguma coisa sobre saúde, segurança, criança e

adolescente? Deve haver uma integração entre o Conselho de Delegados e os outros Conselhos. (Conselho e Delegados da Administração Participativa, 2000).

Na pesquisa de março de 2003, pessoas de grande densidade política e intelectual em Camaragibe reconhecem a participação como um elemento fundamental da proposta de gestão democrática. Suas críticas dizem respeito ao processo de participação popular no contexto atual do município.

Com a renovação do mandato dos delegados da Administração Participativa, houve grande perda de qualidade. Nos primeiros anos os delegados pensavam mais na novidade da proposta. Agora prevalecem os interesses particulares.

No atual mandato, a pretexto de descentralizar poderes, o Prefeito não recebe mais os movimentos populares. É quase impossível falar com ele, a não ser quando alguma coisa é do seu interesse. É verdade que existe uma tradição de esperar tudo do chefe do executivo, mas não precisava sair de oito para oitenta, pois todos sabem que os secretários não têm muito poder.

Um grande erro do poder executivo em Camaragibe é não explicar o que não foi possível realizar de tudo quanto foi prometido.

Sempre foi dito que tudo o que for para a Câmara dos Vereadores para ser votado, ficará antes à disposição para consulta da comunidade, mas não é isso o que acontece. Deve-se ainda acrescentar que tudo o que vai para a Câmara passa tranqüilo, ou por bem, ou por barganha.

O governo é muito forte e deveria ajudar as organizações que são fracas, já que se sabe que na grande pobreza é fácil comprar as pessoas. Basta fazer algum bem para elas.

Ressalta-se aqui que não parece satisfatório o relacionamento entre as próprias secretarias municipais no que respeito à proposta de Gestão Democrática e é bem diversificado o nível que cada uma delas tem com as representações da sociedade civil.

Há, ainda, bastante dificuldade de relacionamento da sociedade civil com os representantes do poder legislativo e judiciário no município e há também um

certo grau de dificuldade no relacionamento entre as próprias organizações da sociedade civil.

Capítulo 2

A SOCIEDADE CIVIL REDEFINE OS CONCEITOS DE ESTADO, HEGEMONIA E DEMOCRACIA

1. Sociedade civil

Essa articulação com a sociedade civil é um dos pilares da Administração Municipal. Temos boas parcerias formais e informais. A sociedade civil, mesmo que não saiba exatamente o seu poder, sua importância e seus interesses, é bastante forte e nos cobra permanentemente. (Secretaria de Ação Social, 1999).

Quem é esse ator em quem a literatura sobre movimentos sociais, nos anos setenta, colocou tanta esperança e que, por não ter realizado a grande revolução que dele se esperava, decepcionou tanto os autores que nele depositavam tanta confiança? (GOHN, 1997). Quem é esse ator que era apresentado, ora como inimigo, ora como interlocutor, parceiro, fiscal do Estado? (DOIMO, 1995). Quem é, enfim, esse ator que agora volta como principal responsável pela democratização da sociedade (DAGNINO, 2002), elaborador das ideologias que justificam o poder das diferentes classes sociais (TEIXEIRA, 1996), cogestor de políticas públicas, braço governamental do Estado? (GRAMSCI, 1999, 2000.1, 2000.2, 2001, 2002.1, 2002.2).

O termo sociedade civil, sempre que aparece, está no contexto da discussão da relação entre governo e sociedade ou da relação entre representantes e representados, relação que sempre esteve presente em toda a história da Filosofia Política e que está na origem das mais diversas concepções de Estado e de Formas de Governo. A quem se referia? Como ele vem sendo elaborado através dos tempos? Como se passou da relação entre governo e sociedade em geral para algo mais específico, como é o caso da relação entre governo e

sociedade civil? Por que só a partir de Hegel e Marx foi possível uma reflexão sistematizada sobre sociedade civil?

Parece que por uma razão simples. Hobbes, Locke e Rousseau, por exemplo, não poderiam falar do que ainda não existia, pois a realidade é sempre anterior aos nomes que a ela se atribuem. Ilustrando essas suposições no campo da filosofia política pode-se dizer que os autores só chegam a se tornar clássicos se conseguirem expressar as relações de poder na sua época, de acordo, naturalmente, e até por causa de sua ótica política e teórica. Neste sentido, interpretações duradouras seriam as que incorporam interesses de grupos importantes ou dimensões profundas das pessoas ou de uma época.

A relação entre governo e sociedade, no que diz respeito à gestão da sociedade, era bem simples até meados do século XIX. A função de governar era específica dos governos. Foram as corporações feudais que começaram a ter pretensão de participar na gestão de seus próprios interesses. Só depois, em pleno desenvolvimento do capitalismo industrial é que foram surgindo as classes, as categorias, os grupos e suas organizações econômicas, políticas, profissionais, religiosas e, mais recentemente, os grupos organizados em função da afirmação de questões de gênero, etnia, geração, local de moradia, opção sexual, preservação do meio ambiente e de promoção e defesa de tantos outros interesses e direitos.

Neste contexto, Hegel (1997) que observava as mudanças que ocorriam na base econômica e nas lutas políticas da Alemanha e, sobretudo, na luta tão emblemática da época, a Revolução Francesa. Ele percebia que a economia ultrapassava os limites da família e que além das corporações medievais que estavam em processo de profundas transformações, muitos grupos surgiam e se organizavam para lutar por seus interesses ameaçados pelo modo capitalista de organizar a produção e a sociedade. É justamente a esses grupos intermediários,

que se situavam entre as famílias e o Estado, este ente superior que devia criar e assegurar as regras de convivências dos grupos privados, que ele dá o nome de sociedade civil. Mas ele, como Rousseau, não via com bons olhos a intromissão das corporações e outras organizações nascidas para fazer frente às injustiças do modo de produção capitalista no governo da sociedade. Diferentemente dos autores que o antecederam, que sempre contrapunham sociedade civil a um pretense Estado de Natureza, Hegel começa a definir a sociedade civil pela sua relação com o Estado.

Tendo sido pioneiro em perceber a anatomia complexa da sociedade e da política em seu tempo, Hegel tem sido ponto de partida obrigatório dos estudos teóricos sobre sociedade civil, a exemplo de Marx, Gramsci, Bobbio, Habermas.

A discordância fundamental de Marx (1953, 1976) com relação a Hegel está na importância política e teórica atribuída por ambos à sociedade civil e ao Estado, pois enquanto para Hegel tudo seria incorporado ao Estado e por ele resolvido, Marx via o Estado como criado por exigências e em função das lutas de classes. O Estado é, então, uma função que vai se modificando de acordo com as modificações da luta de classes, e se acabaria, caso se acabassem as classes. O motor da história não é o Estado e sim a sociedade civil, que para ele eram as classes sociais, tendo em vista que ainda não estavam tão desenvolvidas as atividades políticas e culturais de tantos outros atores, no interior do proletariado, da burguesia ou do campesinato. Ele conhecia bem os sindicatos, os partidos políticos e o Estado, que, naquela época era identificado e entendido por toda a tradição da filosofia política como detentor legítimo da força física e da coerção. Aliás Marx não estava interessado em apenas descrever a sociedade de seu tempo. Sua grande obsessão era mostrar como na prática do modo de produção capitalista se geram a exploração e dominação dos trabalhadores e como toda uma literatura considerada científica e de muito prestígio, tentava convencer de que se vivia, no interior da fábrica e na sociedade em geral, um

mundo de igualdade, liberdade e fraternidade. E com relação à gestão da sociedade, o principal ator não seria um ente superior e descolado da luta de classes e sim a sociedade civil, organizada em diferentes formas.

Nos tempos atuais, além das classes sociais em confronto, alianças e parcerias entre elas, atuam, no seu interior, os partidos, os sindicatos, as associações, os grupos que lutam pela defesa e promoção de seus interesses, direitos ou privilégios econômicos, políticos, culturais, religiosos, de gênero, opção sexual, defesa e preservação do meio ambiente e tantos outros grupos organizados em função de fazer valer outros tantos e variados interesses. Atuam, igualmente, na sociedade, os Conselhos e outros formatos de gestão de políticas, programas e projetos sociais, gestão compartilhada por representantes governamentais e civis. E não se pode, tampouco, esquecer a atuação das igrejas, escolas e os meios de comunicação.

É a esses atores a quem Hegel chama de teia privada do Estado e a quem Gramsci chama de aparelhos privados da Hegemonia que atualmente se dá o nome de sociedade civil, lembrando que o adjetivo privado usado por Hegel e Gramsci se refere ao caráter voluntário da adesão a esses grupos¹⁵.

Restaria se perguntar sobre as modificações que o intercâmbio e confronto recíprocos e permanentes de modos de sentir, pensar, querer, se expressar, agir e lutar desses grupos introduzem nas tradicionais concepções de Estado, na construção da Hegemonia, no poder real das diferentes classes, categorias e grupos sociais.

¹⁵ As anotações mais sistemáticas de Gramsci sobre Sociedade Civil estão no Caderno 12, Especial. (GRAMSCI, 2000.1. Vol. 2) Para um estudo mais completo da origem e função estatal da Sociedade Civil, recomenda-se ler o cuidadoso livro de Giovanni Semeraro (1999). *Gramsci e a Sociedade Civil*.

2. Sociedade Civil e Estado

Pensamos que tudo isso tem a ver com a participação de todos os segmentos da sociedade na definição de prioridades e modo de geri-las. (Secretaria de Saúde, 1999).

Estado, para clássicos como Hobbes, Locke, Hegel, Max Weber e Marx, tem a função de assegurar, pela força e coerção, se preciso for, a ordem na diversidade e antagonismos de interesses na sociedade. Estado é, pois, fundamentalmente uma função, a de gerir interesses e direitos na sociedade, cabendo ao governo, até pouco tempo, como se verá adiante, o monopólio da execução dessa função estatal.

É Gramsci que, retomando e aprofundando o conceito de sociedade civil de Hegel e Marx, vai ampliar a própria concepção e funções do Estado.

A questão da sociedade civil para Gramsci está intimamente relacionada com a questão do Estado, que, não é um ente solto num limbo social. É a gestão de interesses de indivíduos, grupos, categorias e classes sociais, gestão que, atualmente, já está sendo realizada por funcionários do Aparelho Governamental e, também, por representantes ou delegados da Sociedade Civil.

Só em contextos em que ainda não surgiram grupos e associações de defesa e implementação de interesses econômicos, políticos, culturais, religiosos e afetivos dos diferentes grupos e das diferentes categorias e classes sociais, afirma Gramsci, que a gestão da sociedade é feita quase que exclusivamente por dirigentes e funcionários do aparelho governamental. A esse tipo de gestão ele chama de **Estado Restrito**.

Sempre atento à situação objetiva e subjetiva de cada momento, Gramsci percebia a importância que vinham tendo, a partir do século XIX, na prática política, os partidos populares, os grandes sindicatos, os sovietes na Rússia, os Conselhos de fábrica em Turim, a própria massa na construção do fascismo

italiano, e ainda outras experiências de grupos da sociedade civil na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Foi a partir desta percepção que ele começou a afirmar que a gestão da sociedade estava se realizando não somente através de representantes de pretensos interesses gerais no aparelho governamental, mas também, através de representantes dos interesses de grupos, categorias e classes sociais. A esse novo tipo de gestão compartilhada por representantes governamentais e civis, Gramsci chama de **Estado Ampliado**¹⁶.

A perspectiva, então, mudou: Quando os diferentes grupos de interesses não tinham uma organização suficientemente forte, os grupos entregavam a gestão de seus interesses a um grupo político específico que monopolizou a função estatal. Era o que acontecia nos países de socialismo real onde a gestão dos interesses da sociedade era feito por um partido único. Também no ocidente capitalista liberal, os grupos econômicos cuidavam da produção e circulação de bens, serviços, dinheiro e capital, enquanto o Estado-governo cuidava das condições materiais e ideológicas de reprodução do modo capitalista de organizar a sociedade.

Atualmente, os grupos capitalistas estão exigindo gerir a economia e, também, todos os serviços economicamente rentáveis, retirando o governo de atividades que, tempos atrás, eram de exclusividade do assim chamado Estado, como é o caso das atividades de coleta de impostos, segurança, e diplomacia. A este modo de gerir atualmente a sociedade se está, talvez inadequadamente, chamando de neoliberal, ou de Estado Mínimo. Na perspectiva de Gramsci, seria mais adequado falar em Governo Mínimo e Estado Ampliado, tendo em vista que as organizações dos empresários estão fazendo, eles mesmos, a gestão direta de alguns de seus interesses e definindo o que, ainda, cabe ao governo que, nas

¹⁶ As anotações de Gramsci sobre Estado Ampliado se encontram, sobretudo, no Caderno 15, Miscelâneo. Informações mais detalhadas encontram-se no livro de Carlos Nelson Coutinho, (1998), *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. e no livro de Ivete Simionatto. (1995) *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*.

sociedades capitalistas, foi e continua sendo fundamentalmente gestor dos interesses dos empresários e da ordem capitalista.

Conviria até ressaltar que este Estado Mínimo como é pregado no Brasil não é uma tendência universal do capitalismo. Em alguns países, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coréia, ainda é bem grande a presença do governo na administração da economia e em outros campos da vida da sociedade. Macpherson, por exemplo, insiste em ver a presença e influência do governo em todas as atividades da sociedade capitalista atual (MACPHERSON, 1991, p. 7). Por isso em vez de ficar falando abstratamente em neoliberalismo como diminuição da importância do governo, convém evitar a discussão em torno da existência ou não de um modelo ou projeto neoliberal e tentar ver, em cada momento e em cada lugar qual está sendo a relação entre economia e política, ou entre o modo de produzir bens e serviços e o modo de gerir a produção e a ordem vigente na sociedade.

Estado Ampliado é um conceito quase exclusivo de Gramsci. Bobbio, por exemplo, que até escreveu uma obra considerada clássica sobre a concepção de Gramsci sobre a sociedade civil, *O conceito de sociedade civil* (BOBBIO, 1982), admite que as grandes organizações, os sindicatos e partidos políticos são grupos que se contrapõem e concorrem entre si e que têm uma certa autonomia com relação ao governo central, formando até o que ele chama de democracia alternativa. (BOBBIO, 1986, p.11). Mas ele não vai muito além na teorização da importância desse grupos na redefinição do Estado e dos regimes políticos, pois, para ele, os indivíduos singulares é que são os possuidores originários do poder. (Ibid., p.13).

Também não atribui função estatal à sociedade civil, outro autor da dimensão de Macpherson (1977, 1978, 1979, 1991), que em todas as suas obras trata da relação entre Estado e Sociedade ou entre Estado e Sociedade civil e

que, como Bobbio, reconhece a existência de partidos, grupos de pressão, poder da opinião pública, grupos trabalhistas, políticos, de gênero, enfim, a enorme variedade de grupos nas sociedades ocidentais capitalistas que, lutam pela defesa de seus interesses econômicos, políticos, sociais e humanos. Admite ele, apesar de toda a importância dos grupos de pressão, que as sociedades complexas atuais necessitam de uma boa medida de um controle central por parte do governo. (MACPHERSON, 1991, p. 7).

Autores brasileiros, que publicaram estudos sobre movimentos sociais, relações entre Estado e Sociedade civil e mais especificamente sobre participação da sociedade civil na gestão da sociedade, também não atribuem função estatal à sociedade civil¹⁷. Eder Sader (1988), por exemplo, com sua tese de doutorado intitulada *Quando Novos Personagens entram em Cena*, que é um marco no estudo e teorização sobre os movimentos sociais, é um deles. Para ele os movimentos sociais populares criam novos sujeitos políticos e novas formas de fazer política. Sader identifica, nesses novos sujeitos políticos, profunda

¹⁷O tema do compartilhamento do poder estatal pelo governo e representantes da sociedade civil no Brasil é bem recente e os principais autores além de Evelina Dagnino e Elenaldo Teixeira são os seguintes: AVRIZTER, Leonardo (1994 e 1995), COSTA, Sérgio (1994), SADER, Emir (1989), DANIEL, Celso (1994), DRAIBE, Sônia (1998), LÜCHMANN, L. H. (1997), MOREIRA, M. T. V. (1999), DOIMO, M (1955), PAOLI, Maria Célia (1955), SAULE, Nelson Júnior (1998), FERNANDES (1994), GOHN, Maria da Glória (1991, 1977 e 1999), SHERER-WARREN, Ilse (1987, 1993, 1999), BENEVIDES Maria Vitória (1991 e 1999), GENRO, Tarso (1995), o Grupo de Estudos sobre a construção democrática do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/São Paulo e SEMERARO, Giovanni (1999), que tenta uma interpretação da importância teórica e política do conceito de sociedade civil em Gramsci. Para ele o significado atribuído por Gramsci à sociedade civil nada tem a ver com a significação usual e muito frequente dada à sociedade civil pelos teóricos liberais, a começar por Norberto Bobbio. Giovanni Semeraro publicou sua tese de doutorado com o título "*Gramsci e a sociedade civil*". (1999). Nela ele pretende resgatar a novidade, o sentido e importância teórica e política da concepção de Gramsci sobre a sociedade civil. Outro estudo interessante é o que, no ano de 2000, o Banco Mundial divulgou, de autoria de John Garrison (2000). Este estudo, se não é um posicionamento oficial do banco, é um estudo por ele financiado e divulgado. O relatório tem os seguintes objetivos: oferecer um pequeno histórico da sociedade civil no Brasil, com ênfase nas ONGs; descrever como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) vêem o Banco; analisar os avanços alcançados no relacionamento entre Sociedade Civil, Governo e Banco; demonstrar as

desconfiança com as formas vigentes de institucionalização da política, valorização da própria autonomia, politização do cotidiano, afirmação da própria identidade, convicção de que só a luta consegue afirmar direitos, valorização das relações primárias e dos afetos na política, privilegiamento de ações diretas, vivência da democracia em todas as práticas sociais, alargando assim os espaços públicos e as fronteiras da política. Conclui, entretanto: “*levados precocemente aos embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas do poder no plano da representação política*”. (SADER, 1988, p.315). Não teoriza, portanto, Sader a função estatal desse novo ator que irrompia em todos os poros da sociedade na época em que ele investia tanta energia no estudo dos movimentos sociais populares.

É o caso também de outros autores brasileiros, a exemplo de Evelina Dagnino (1995, 1997, 1998, 2002) e Elenaldo Teixeira (1996, 1999, 2000, 2002), que depois de Eder Sader, inspiraram e continuam a influenciar uma enorme quantidade de estudos sobre experiências concretas de Conselhos, Orçamento Participativo e, sobretudo, sobre Poder Local. Para Dagnino, as análises teóricas, no Brasil, até 1980 trabalhavam com a suposição de que democratização diz respeito só às instituições do sistema político. Ela pensa, entretanto, que a construção da democracia passa por uma mudança das relações sociais e insiste do surgimento do direito a ter direito, ou seja, do direito a participar efetivamente no próprio sistema político. (DAGNINO, 1997).

Em 2002, Dagnino coordenou uma série de estudos sobre Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil, nos Andes, no cone Sul e no México. Em suas obras Dagnino trata de praticamente todas as questões debatidas no mundo acadêmico sobre as relações entre Estado e as organizações da sociedade civil. Trata, por exemplo, da relação da sociedade civil com os partido políticos; do

vantagens em promover uma colaboração mais estreita entre os três setores; descrever alguns dos passos ainda necessários para melhorar estas relações.

autoritarismo da sociedade e dos representantes governamentais; dos projetos políticos diferentes e até contrastantes no interior da sociedade civil e dos aparelhos governamentais; da qualificação dos representantes da sociedade civil para gerir políticas públicas; das possibilidades e limites da parceria entre governo e diferentes grupos de interesses; das possibilidades e limites dos formatos institucionais, tipo orçamento participativo e Conselhos gestores; do impacto cultural democratizante causado pelas tentativas de participação na gestão da sociedade; do caráter qualificado da atuação das organizações não-governamentais (ong's) e do risco de que elas estejam tomando o lugar das organizações representativas das classes subalternas ou de estarem sendo utilizadas pelo governo para desresponsabilizá-lo na solução dos problemas sociais; dos critérios de avaliação da participação da sociedade civil e de seus encontros e seus desencontros com o “Estado”.

Evelina Dagnino (2002, p.279 a 301) chama ainda a atenção para que se coloque a importância política da sociedade civil nos seus devidos limites, sob pena de acontecer a frustração dos críticos que, nos anos 80, esperavam demais dos movimentos sociais. Pede que se preste atenção à grande complexidade e variedade das formas, ritmos e níveis de participação e que não se tirem conclusões gerais apressadas. Coloca também a tensão entre luta institucional e mobilização social, bem como a possibilidade de se atuar, em todas as frentes, numa perspectiva de acumulação de forças para um projeto alternativo de gestão do Estado. Coloca, enfim, a questão gramsciana da possibilidade da sociedade civil realizar a guerra de posições para ocupar espaços ou da luta de movimentos para tomar, de uma vez, o poder. Mas não se posiciona sobre a função estatal da sociedade civil, considerada como possível co-gestora, com o governo, das políticas sociais.

Afirmando seguir orientações de Habermas, Elenaldo Teixeira se posiciona sobre todas essas questões colocadas por Evelina Dagnino. Seu grande objeto de

estudo, entretanto, é a origem, formato e limites da atuação dos Conselhos setoriais, para os quais ele até propõe um modelo de avaliação. Chama sempre a atenção para se evitar a febre conselhistas e sugere aos movimentos a criação de outros formatos que possam reforçar o seu poder e a sua autonomia.

Seu foco principal é o estudo da participação cidadã, definida por ele como “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações”. (TEIXEIRA, 2001, p. 30).

Partindo das categorias-chave de participação cidadã, sociedade civil e espaço público, ele acha que é possível explorar seu valor explicativo na análise de experiências de relações entre sociedade civil e poder local, articulando-as, também, ao estudo de ações coletivas globais relacionadas com o local. Para ele, entretanto, o papel decisório da sociedade civil deixa de ser prioritário. Ele segue de perto Habermas ao definir a autonomia da esfera pública, constituída pela sociedade civil e das esferas estatais e econômicas, sem, entretanto, deixar de considerar as possíveis influências recíprocas, pois, considera que se pode compatibilizar a participação cidadã com os mecanismos da Democracia Parlamentar Representativa.

Voltando a Gramsci e pensando as sociedades atuais, sob sua perspectiva, parece que os dirigentes e assessores dos grupos capitalistas (os empresários nacionais e internacionais da agricultura, indústria, comércio, serviços, finanças) intuem ou entendem e praticam melhor a concepção de Estado Ampliado de Gramsci do que os dirigentes e assessores dos grupos que vivem ou viverão do trabalho (os trabalhadores reais ou potenciais da agricultura, indústria, comércio, serviços, finanças).

É uma hipótese que se baseia na suposição de que enquanto os interesses dos grupos capitalistas estão sendo geridos por seus representantes políticos nos aparelhos governamentais do Estado (poder executivo, legislativo e judiciário) e também nos aparelhos civis do Estado (Federações de Agricultura, Indústria, Comércio e Bancos; Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial (BIRD); Organização Mundial do Comércio (OMC) e várias outras organizações internacionais), os interesses dos grupos que vivem ou viverão do trabalho, ainda, e em grande proporção, estão sendo entregues ao governo, pensado como sinônimo de Estado e pretensamente responsável pelo “Bem Comum”.

Então, enquanto os agentes do capital assumem seus destinos e governam o governo (Aparelhos Governamentais do Estado), os trabalhadores ainda entregam seus destinos a “Salvadores da Pátria” nas diferentes instâncias dos aparelhos governamentais do Estado.

Para muitas organizações de trabalhadores, infelizmente, Estado ainda se confunde com Governo, cabendo a este, com exclusividade, a responsabilidade pela gestão de todos os interesses da sociedade. Muitos representantes e ideólogos dos trabalhadores, portanto, ainda não interiorizaram a função estatal da sociedade civil, ao assumir, com o governo, a gestão dos diferentes interesses da sociedade.

Supõe-se que os capitalistas, ao entender melhor a natureza, função e modos de atuação do Estado, estão melhor fundamentados na luta de afirmação e perpetuação de seus interesses do que os trabalhadores reais ou potenciais.

Na perspectiva de Gramsci, não se poderia falar de Estado e sociedade civil como entes separados. Essa distinção, para ele, é só didática, enquanto para os liberais e neoliberais, Estado e sociedade civil são entidades autônomas. Para Gramsci, essa separação e autonomia entre Estado e sociedade civil falsificam a

relação entre dirigentes e dirigidos ou entre governo e sociedade civil, ou entre representantes e representados. É uma separação que reforça a tradicional identificação entre Estado e governo e escamoteia a função estatal da sociedade civil. E neste sentido só se consegue ver a reforma ou mudança radical do Estado como uma alternativa entre privatização e estatização, o que impele os liberais a defender as iniciativas privadas contra as interferências dos governos e, igualmente, impele os grupos que lutam pela democratização da sociedade a defender o que habitualmente se chama estatização ou extensão do poder governamental sobre todas as atividades de reprodução e infra-estrutura econômica e social da sociedade.

A alternativa colocada comumente na luta política das chamadas esquerdas entre privatização ou estatização pode induzir a pensar que o que é governamental é público e também a pensar, por exemplo, que as “estatais no Brasil são do povo, prestam sempre um serviço à toda a sociedade e nunca tenham sido, fundamentalmente, um serviço aos interesses do capital.

Na perspectiva aqui adotada, ao não instituir uma separação orgânica ente governo (ou Estado Restrito na concepção de Gramsci) e sociedade, não se deveria colocar como alternativa privatização versus estatização e sim privatização versus socialização ou democratização.

Em vez, então, de falar em Estado e sociedade civil como algo separado e com funções diferentes, seria mais adequado na perspectiva de Gramsci e aceita neste trabalho, falar em **função estatal** do governo e **função estatal** das organizações da sociedade civil. O Estado não é um ente, um substantivo, separado, fora e acima ou a serviço da sociedade. É uma função, ou seja, é a gestão de interesses e direitos, gestão que atualmente é feita por representantes governamentais e civis.

A postura teórica e política da esquerda encontra-se, por exemplo, no interessantíssimo livro *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*, organizado por MAGALHÃES Inês, BARRETO Luiz e TREVAS Vicente (1999), em que autores como Tarso Genro, José Dirceu, Aldaíza Sposati, David Capistrano e Raquel Rolnik falam em espaços públicos não estatais, em vez de espaços públicos não governamentais. Está também em Elenaldo Teixeira (2001. P. 138) quando admite que os Conselhos não são órgãos estatais.

Mais uma vez, analisando as sociedades atuais na perspectiva de Gramsci, parece que, no momento atual, as organizações civis estão com mais poder do que o próprio aparelho governamental. Considere-se, por exemplo, quando se trata da gestão dos interesses do capital, o enorme poder mundial do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial. Considere-se, igualmente, na gestão dos interesses dos países pobres e explorados pelas grandes nações capitalistas, o poder das organizações civis ambientalistas e do Fórum Social Mundial. Não seria também, no Brasil, do lado capitalista, o caso do poder da Federação dos bancos, das indústrias e do comércio e, do lado dos trabalhadores e classes subalternas, o poder do Movimento dos Trabalhadores sem Terra e das centrais sindicais? O que dizer, ainda, infelizmente, do poder das organizações internacionais e brasileiras de tráfico de drogas e produção de armas?

Está, então, em questão a significação teórica e política da sociedade civil. É simples colaboradora do governo? É fiscalizadora da execução de políticas? Suas organizações têm também poder de deliberação ou são simples órgãos consultivos? Podem ser parceiras das atuações governamentais? São somente órgãos de pressão?

Para Gramsci, e neste trabalho parece claro, as organizações da sociedade civil fazem parte do Estado. São o seu braço civil. São co-gestoras, juntamente com as organizações governamentais, de políticas públicas e estão destinadas a incorporar a sociedade política e se transformarem no próprio governo da sociedade.

3. Sociedade Civil e Hegemonia

Ninguém está preparado para uma proposta acabada de gestão democrática. Todos estamos aprendendo. O movimento popular e o poder executivo estão mais adiantados do que o poder legislativo. É bom também não fantasiar a sociedade civil, como se ela fosse perfeita, e muito menos, a máquina administrativa. (Pesquisa de março/2003).

Sobre Hegemonia, seguir-se-á de perto Gramsci que faz distinção entre Direção Cultural e Direção Política, entre Direção e Dominação, Hegemonia e Supremacia e, sobretudo, estuda a importância da sociedade civil como espaço, e também, como criadora e difusora da Hegemonia.

Vale, entretanto, advertir que Gramsci não se propõe fazer um tratado sistemático sobre hegemonia ou sobre democracia. Ele é, fundamentalmente, um militante da Hegemonia e do governo dos trabalhadores e das classes subalternas. E sua prática intelectual é uma fundamentação de sua atuação política. Toda a sua obra é, portanto, um conjunto de reflexões de caráter filosófico, político, histórico, sociológico e pedagógico para fundamentar a construção de uma Hegemonia e governo das classes populares.¹⁸

Hegemonia não é algo abstrato. São relações concretas em situações históricas concretas. Gramsci, intelectual politicamente engajado na transformação revolucionária da Itália e na preparação dos operários para

¹⁸ Cadernos 6 e 8 (Miscelâneos), 10, 13 e 19 (especiais).

assumir e manter o poder, pensa a Hegemonia a partir de reflexões sobre as estratégias utilizadas por diferentes atores políticos em diferentes momentos para conseguir sua Hegemonia e seu poder real. É neste sentido que ele analisa a atuação da burguesia italiana na unificação da Itália no fim do século XIX e da burguesia francesa no período que vai da Revolução Francesa até a época em que Gramsci estava escrevendo os Cadernos (1929-1935). Sua concepção de Hegemonia é também bastante enriquecida pelas reflexões que faz sobre as estratégias utilizadas pela burguesia americana para assegurar sua própria Hegemonia internacional.

Gramsci pensa, sobretudo, a Hegemonia a partir das tentativas dos operários na Comuna de Paris, na Revolução Russa e nas experiências dos Conselhos Operários de Turim. Ele analisará, então, como algumas burguesias realizaram sua Hegemonia ou sua dominação e como as classes subalternas tentaram e não conseguiram uma Hegemonia econômica, política e cultural, nem tampouco um poder real na sociedade.

Análise, igualmente brilhante e profética do processo de construção de Hegemonia das classes burguesas atuais, encontra-se no Caderno 22, Americanismo e Fordismo. Aí Gramsci diz que por americanismo e Fordismo se entenda capitalismo. Ele chama a atenção para o tipo de homem que a fábrica está gerando para o capital. A Hegemonia está nascendo da fábrica. É a sociedade civil capitalista assumindo sua função estatal, buscando consentimento e/ou utilizando métodos coercitivos na regulação da vida pessoal, afetiva, sexual, profissional, política e cultural dos trabalhadores. É uma estratégia que redundará na redução do número de trabalhadores nas fábricas e de funcionários nos aparelhos políticos e culturais. Ao mesmo tempo, o “americanismo” continua aprofundando as contradições do capitalismo: muitos trabalhadores serão expulsos do processo produtivo e do acesso aos meios de continuar vivos, o que pode, em contrapartida, ser um alento à sua luta para

realizar suas dimensões enquanto pessoas e trabalhadores, dimensões negadas pelo modo capitalista de organizar a sociedade.

Hegemonia é um modo bem específico de poder. É o poder de expressar, aprofundar, organizar e interpretar um querer coletivo. É um poder que se legitima pelo consentimento e não pela força. A Hegemonia se contrapõe, então, ao poder de mandar, decretar, punir, premiar. Quem exerce a Hegemonia é dirigente. Quem exerce a dominação é ditador ou algo da mesma ordem. Não se trata também de qualquer pequeno exercício de convencer ou obrigar. A Hegemonia é o processo de construção e afirmação de um modo de sentir, pensar, querer, agir em todas as dimensões da vida. É a construção de uma concepção de mundo pensada e exercitada. Tem, portanto, uma dimensão simbólica e uma dimensão prática.

Gramsci faz uma distinção clara e importante entre duas formas de exercício de poder: Domínio e Direção. O Domínio é uma imposição sem nenhuma preocupação com o consentimento de quem está ou vai estar sob o poder da classe, nação, grupos ou indivíduos que estejam exercendo ou pretendendo exercer o poder. A Direção é a tentativa que fazem classes, categorias ou grupos para conseguir o consenso nas diferenças, tentando expressar os interesses comuns das diferentes categorias de uma mesma classe ou tentando difundir os próprios interesses para outras classes ou para toda a sociedade.

Num parágrafo em que fala sobre o problema da direção política na formação e desenvolvimento da nação e do estado moderno na Itália, Gramsci explicita as diferenças entre Supremacia, Direção Intelectual ou Hegemonia e Dominação.

O critério metodológico sobre o qual fundar o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um

grupo social é dominante dos grupos adversários que ele tende a 'liquidar' ou a submeter até mesmo com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e até deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e também se já o tem fortemente nas mãos, se torna dominante, mas continua a ser também dirigente. (GRAMSCI, 2002, C. 19, Vol. 5, p.62-63, Especial).

Gramsci diz estar desenvolvendo uma concepção de Hegemonia herdada de Lenin.

O maior teórico moderno da filosofia da práxis revalorizou, no terreno da luta e da organização política, em oposição às diversas tendências "economicistas", a frente da luta cultural, e construiu a doutrina da Hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina da "revolução permanente" criada em 1848. (GRAMSCI, 1999, C. 10, vol. 1, p. 306, Especial).

Papel necessário e fundamental têm os intelectuais na construção das Hegemonias das diferentes classes.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.. (GRAMSCI, 2000, C. 12, Vol. 2, p. 15, Especial)¹⁹.

Os intelectuais são pessoas que nos aparelhos de Hegemonia econômica, política e cultural exercem funções que vão desde o apoio administrativo até à elaboração de filosofias e ideologias de fundamentação e legitimação dos interesses dos diferentes grupos da sociedade.

As classes trabalhadoras terão muito a ganhar quando seus assessores surgirem da classe trabalhadora e permanecerem junto delas, ajudando-as a

¹⁹ Parece, para Gramsci, que todos os intelectuais são orgânicos, e que mesmo os intelectuais tradicionais, que parecem não estar vinculados a nenhum grupo, são orgânicos de alguma

expressar e organizar os seus interesses. (GRAMSCI, 1999, C. 11, Vol. 1, p. 110, Especial).

Na capacitação se passa por um momento muito difícil. Era para ter em Camaragibe uma capacitação permanente em políticas públicas e uma capacitação permanente em questões específicas de cada Conselho e isso não existe em nenhum Conselho. (Pesquisa de março de 2003).

A questão do intelectual é tão importante que Gramsci atribui a enorme eficácia da Hegemonia das burguesias francesas no longo espaço de tempo que vai de 1790 até o momento em que ele escrevia os Cadernos (1929-1935) à coesão e competência dos intelectuais franceses, bem como sua sintonia com a sociedade em que viviam. Se os jacobinos franceses foram tão competentes em assegurar a Hegemonia da burguesia francesa, os intelectuais italianos do partido moderado, se não conseguiram construir uma Hegemonia, já que não eram tão sintonizados com a cultura italiana, foram, no entanto, muito competentes em assegurar a dominação burguesa no processo de unificação da Itália. O Caderno 13 do Cárcere traz longa e profunda análise dos processos francês e italiano.

É também à função intelectual que Gramsci credita a derrota dos operários e classes subalternas na unificação italiana e na experiência dos Conselhos de Turim. Seguindo uma mesma linha de raciocínio de Marx, quando este diz que nem na Comuna de Paris, nem na Revolução de 1848 na França os partidos do proletariado conseguiram fazer uma boa análise da situação e da correlação de forças na França e que, por isso mesmo, induziram os trabalhadores a uma fragorosa derrota, Gramsci constata que o descolamento de partido da ação com relação à realidade objetiva e subjetiva da Itália é responsável pela derrota dos grupos mais progressistas na unificação da Itália do mesmo modo que a divisão,

classe. O que, então, está em questão é a competência dos intelectuais ao exercer sua função orgânica.

economicismo, voluntarismo e outros limites do partido socialista da Itália foram responsáveis pela derrota dos Conselhos em Turim.⁽²⁾

O grande educador, entretanto, o intelectual coletivo da classe, seria o seu Partido, desde que esse fosse uma concepção de mundo organizada e militante e que, ao invés de dar atenção demais à sua burocracia, privilegiasse o contato com suas bases e a formação de um querer coletivo profundo, a partir das exigências das classes subalternas para ter trabalho, ter reposição das energias desgastadas no trabalho e na falta de trabalho, ter poder de definir e redefinir tudo o que diz respeito à sua vida, ter sua cultura tomada em consideração e aprofundada, ter acesso ao prazer e à beleza, enfim, para superar o capitalismo. O partido para Gramsci, seguramente, não é só um partido parlamentar.

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2000, C. 13, vol. 3, p. 16, Especial).

Está também explicitada nas anotações dos Cadernos em que Gramsci marca as diferenças entre os modos de atuação dos aparelhos governamentais e “dos aparelhos privados da hegemonia”, insistindo em que o modo específico de atuação do aparelho governamental é a coerção, enquanto as organizações da sociedade civil atuam, sobretudo, através do debate e da busca do consenso.

É possível que o fato de não se investir firmemente na formação da sociedade civil tenha a ver com o caráter estatizante das esquerdas e com a separação que os liberais fazem entre governo e sociedade, posturas de “direita”

⁽²⁾ A análise de Gramsci sobre o processo de construção de Hegemonia na França e o processo de dominação na Itália se encontram condensados no Caderno 13, Breves Notas sobre a Política de Maquiavel. As análises de Marx sobre a Revolução de 1848 e sobre a Comuna de

e de “esquerda” que levam a se perceber a sociedade civil só como colaboradora do governo, chegando quando muito, até a ser fiscal da atuação do verdadeiro órgão estatal que é o governo.

Não existe uma capacitação sistemática. Existe, sim, uma capacitação setorial e temática. A própria Agência do Trabalho faz uma capacitação bem operacional, de acordo com os projetos. (Pesquisa de março/2003).

Por ser, neste trabalho, considerada estatizante, a esquerda brasileira, no governo, enfrenta uma dificuldade que se manifesta, por exemplo, na busca desesperada dos governos municipais, estaduais e federal para repartir recursos oriundos da arrecadação de impostos para implementação das políticas sociais, justamente num momento em que a sociedade civil capitalista não vê muito sentido em pagar impostos, chamando para si as atividades que, até pouco tempo atrás, eram consideradas dever do Estado, como serviços de saúde e de educação, arrecadação de impostos, serviços de segurança pública, magistratura etc.. Essa resistência dos capitalistas em não pagar impostos se traduz no que a literatura de esquerda chama inadequadamente de neoliberalismo ou de restrição do Estado, quando talvez fosse mais adequado admitir que não se trata de uma volta ao liberalismo do laissez faire ou de desresponsabilização do Estado e sim da ampliação da função estatal da sociedade civil capitalista, que, na busca de uma gestão eficaz de seus interesses e privilégios, assume, ela mesma, a gestão de seus interesses e usa sempre muito bem o governo quando lhe convém.

E a dificuldade talvez aumente quando esses mesmos governos, percebendo que não conseguem os recursos, em vez de reforçar o poder dos representantes da sociedade civil, tentam, eles mesmos e sós, assegurar uma dimensão social e pública aos interesses de grupos capitalistas, que, na condução

de seus negócios, se julgam, e talvez sejam, tão, ou mais, fortes e competentes do que os governos e seus quadros técnicos e políticos.

A dificuldade e quase drama da gestão democrática manifesta-se, igualmente, neste momento em que a sociedade civil em geral e especificamente a sociedade civil parece não mais acreditar na Democracia Representativa Parlamentar como forma eficaz de gerir seus interesses, descrença que se manifesta na recusa de votar, nas abstenções e anulações de voto, na suposta despolitização e “apatia” do povo.

Por se admitir a função estatal da sociedade civil, deseja-se que os representantes governamentais, em Camaragibe e no Brasil, percebam que no atual Estado Ampliado a sociedade civil é parceira forte, e não só coadjuvante na gestão da sociedade. Deseja-se, igualmente, que aproveitem a confiança e os meios materiais e simbólicos de que dispõem para investir forte e firmemente na formação política e técnica da sociedade civil, para que ela interiorize sua importância e se prepare para ser co-gestora competente dos interesses da sociedade.

4. Sociedade Civil e Democracia

4.1 A Concepção de Gramsci e de Maquiavel

É uma discussão que vem sendo realizada há mais tempo. A gente até pergunta sobre o nome que melhor se adapte ao que se pretende politicamente. É governo popular? É gestão participativa? Tem um certo entendimento de que governo popular é a perspectiva de incorporar os interesses populares. Gestão participativa seria mais o modo democrático de administrar o Município. Se perguntarmos a todo mundo aqui se fazemos parte de um governo popular, todos diremos que sim. Não nos sentimos somente como gestores e trabalhadores de saúde. Fazemos parte de um projeto político. (Secretaria de Saúde, 1999).

São muitas e variadas as concepções de democracia. É uma discussão que vem desde os filósofos pré-socráticos e sempre se refere ao número ou a quem está efetivamente ou deveria estar exercendo o poder.(BOBBIO, 1993, p. 319-329).

É bem verdade que desde os filósofos sofistas da Grécia, contemporâneos de Platão e Aristóteles, e em toda a história da Filosofia Política, as formas de governo sempre foram definidos em função da distribuição do poder entre os grupos de interesse e da participação do que se poderia chamar sociedade civil no governo da sociedade. Maquiavel, por exemplo, sintetizando e contestando todas as tipologias de formas de governo inspiradas em Platão e Aristóteles, as reduz a Principado, em que todo o poder é exercido pelo Príncipe e seus emissários e representantes; República, regime em que o poder é exercido pelo povo (República Popular) ou por alguns (República Aristocrática) e Desordem, ou ausência de regras de administração de conflitos e antagonismos de interesses. Esta última situação é traduzida, por muitos autores, como Anarquia e, por outros, como licenciosidade ou desordem. (MAQUIAVEL, 1995, Capítulo IX)²⁰.

A marca da República e o que a distingue do Principado é, para Maquiavel, justamente a liberdade, ou a participação de todo o povo, ou só da aristocracia, ou só do Príncipe na solução de problemas e na definição dos destinos da sociedade. Na república, o eterno conflito entre o povo, que mesmo sem ter um projeto político bem definido, luta contra a opressão, e os “grandes” que querem sempre ter mais poder, se resolve pelo debate público e pela fixação de leis que regulamentem os conflitos.

²⁰ Original italiano: “Perché in ogni città si trovano questi dua umori diversi; e nasce da questo, che il populo desidera non essere comandato né oppresso da’ grandi, e li grandi desiderano comandare e opprimere il populo; e da questi dua appetiti diversi nasce nelle città uno de’ tre effetti, o principato o libertà o licenzia.

Entre um governo restrito, (“Governo Stretto”) como era o do Grande Conselho (“Consiglio Maggiore”), órgão governamental em que só eram consultados alguns notáveis da época e em que a hegemonia da aristocracia era bem clara e o Governo Ampliado (“Governo Largo”), em que todo o povo era consultado e decidia sobre as questões em debate, era bem clara a opção de Maquiavel pelo governo ampliado (BIGNOTTO, 1991 e LEFORT, 1972).

Atualmente a discussão mais acirrada é a respeito da própria democracia. Assim é que sempre se está discutindo sobre diferenças e relações entre democracia direta e democracia representativa; democracia liberal e democracia socialista; democracia corporativa e democracia pluralista, ou entre Democracia Representativa e Gestão Democrática, esta última sendo aqui entendida como processo de democratização da sociedade e do seu aparelho governamental.

Como se estará atento, sobretudo, às modificações que a presença da sociedade civil introduz no próprio conceito de Estado, Hegemonia e Democracia e é Gramsci quem inicia e fundamenta a discussão, vale começar tentando resgatar sua contribuição específica para o debate sobre Democracia, que para ele começa a existir quando os grupos subalternos estão saindo da condição de dirigidos e assumindo a função de dirigentes. (GRAMSCI, 2000, C. 8, vol. 3, p. 287, Miscelâneo). A democracia, então, diz respeito ao compartilhamento real, ou exercício real de poder realizado pelos diferentes grupos sociais.

Sua perspectiva, entretanto, é a construção do poder das classes subalternas. É a democracia radical ou a Sociedade Regulada, que é a absorção da Sociedade Política pela Sociedade Civil organizada. Nela, as classes e grupos sociais subalternos, conscientes de suas dimensões pessoais, profissionais e de

classe, tomariam conta de seus destinos no campo econômico, político e cultural. (GRAMSCI, 2000, C. 6, vol. 3, p. 244, Miscelâneo).²¹

Olhando para as atuais sociedades complexas com as lentes de Gramsci, valeria perguntar se um indicador dessa transferência de poder da sociedade política para a sociedade civil não seria o fato de que os representantes do poder executivo e legislativo, indicados pelos partidos e confirmados pelos eleitores, tenham o seu poder limitado pelas organizações do capital, como é o caso do enorme poder do Fundo Monetário Internacional (FMI), e também por organizações de trabalhadores, como está acontecendo com relação ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e centrais sindicais. Não seria por essa transferência de poder que membros do Congresso brasileiro já protestaram várias vezes contra a criação pelo atual governo, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, afirmando o temor de esvaziamento de seu poder, apesar das explicações do Presidente da República e de seus ministros e aliados no Parlamento, afirmando e repetindo que o dito Conselho só teria funções consultivas? Não será, por esta mesma razão, que em várias gestões estaduais e municipais no Brasil, se tenta mudar o estatuto dos Conselhos, retirando de todos eles o caráter deliberativo e os reduzindo a simples órgãos de consulta e fiscalização?²²

Não se trata, entretanto, de uma forma de liberalismo em que se exime o governo de suas responsabilidades. Trata-se aqui de se tomar em consideração a função de um agente político, a sociedade civil, que o desenvolvimento da forma capitalista de gestão fez nascer nas sociedades atuais. (GRAMSCI, 2000, C. 6, vol. 3, p. 245, Miscelâneo).

²¹ As anotações sobre a Sociedade Regulada se encontram nos Cadernos 5, 6, 7, 8, 9, Miscelâneos e no Caderno 13, Especial Elucidações importantes sobre o conceito de Sociedade Regulada encontram-se em Semeraro, (1999).

²² Em Camaragibe, tanto os vereadores como todas as outras pessoas entrevistadas falaram que os Conselhos e, sobretudo, os Delegados da Administração Participativa estão esvaziando o poder da câmara de Vereadores.

Mas a Sociedade Regulada ainda não existe. É algo que está em gestação na elaboração da hegemonia das classes trabalhadoras e subalternas e que tem condições de se efetivar se estratégias e táticas adequadas forem utilizadas na sua construção. A Comuna de Paris, Os Sovietes na Rússia, Os Conselhos de Fábrica de Turim são tentativas e antecipações da Sociedade Regulada. São uma espécie de parlamento e governo dos trabalhadores.²³

Só se poderá falar em estágio avançado da Sociedade Regulada quando as classes subalternas tiverem a hegemonia e governo da sociedade. É algo a ser construído no processo ininterrupto de construção de uma sociedade sem exploração e dominação sobre as classes subalternas. Uma sociedade, portanto, de trabalho, solidariedade, liberdade, tolerância ao nível dos encaminhamentos e firmeza ao nível dos objetivos pretendidos. A sociedade se regulará por leis que ela mesma elaborou. Na perspectiva de Gramsci, seria mais adequado se falar em democratização, pois a democracia é mais um processo do que um resultado final.

Na Sociedade Regulada o processo estatal fundamental é o consenso e não a dominação. O modo de atuação da sociedade civil absorverá e transformará em direção intelectual, moral e política, portanto em consenso, o modo específico de coerção da sociedade política. Nela acontecerá o fim da arraigada e substancializada divisão entre dirigentes e dirigidos. Todos seriam funcionários dos interesses gerais e específicos da sociedade.

²³ Marx (1953) fala dos enormes méritos e das lições da Comuna de Paris e atribui seu “fracasso” ao fato de que os partidos do proletariado não conseguiram fazer uma análise adequada da correlação de forças na França e, por isso mesmo, induziram os trabalhadores a uma fragorosa derrota. Gramsci atribui a derrota da experiência dos conselhos de Turim à posição, para ele, equivocada, dos dirigentes do Partido Socialista. Quanto à Revolução Russa são claras as alusões nos últimos escritos antes da sua prisão e as anotações nos Cadernos 4 e 13 ao centralismo burocrático instaurado pelo governo de Stalin. Em nenhum dos casos, entretanto, Marx e Gramsci esquecem as violentas reações dos grupos capitalistas contra as experiências por eles consideradas revolucionárias.

Em Gramsci, a sociedade civil não é coadjuvante do governo. Ela se tornará co-gestora da sociedade em pé de igualdade com a chamada sociedade política, até chegar, ela mesma, a assumir as atuais funções hoje atribuídas à sociedade política.

O governo na sociedade regulada terá ainda importante função, como se verá nesta tese, no momento em que for abordado o papel do governo. Esta Sociedade Regulada será um modo diferente de gerir a sociedade. Seria um modo de gestão, talvez inicialmente gerido por representantes governamentais e civis, mas somente enquanto a sociedade civil não absorver toda a sociedade política, gerindo, ela própria, a sociedade em todos os seus níveis e setores.

A novidade de Gramsci em relação aos filósofos passados e contemporâneos é que ele percebeu e teorizou a entrada das grandes massas na cena política, desde meados do século XIX, bem como o surgimento de partidos, sindicatos, associações e grupos de capitalistas e trabalhadores, todos tentando gerir a defesa e proteção de seus interesses, direitos ou privilégios. E para ele, a sociedade civil faz parte do Estado e que é sobretudo no interior dessa sociedade civil que se dará percepção de diferenças e antagonismos, a negociação de interesses e a produção dos consensos possíveis. Sociedade civil é, portando, o espaço da construção da Hegemonia e também do poder real, ou da Democracia das diferentes classes sociais.

4. 2 Outros clássicos

A concepção de Sociedade Regulada de Gramsci, ou de poder político da sociedade civil, incorporando e substituindo a atual sociedade política, é bem diferente das várias concepções atuais e clássicas de democracia.

Diferente da concepção de Claude Lefort, (1987, p. 23 a 36 e 1991, p. 15 a 36), para quem a marca da Democracia é a criação de novos direitos e o confronto com o instituído numa contínua recriação do político. A Democracia, na sua concepção, é a invenção de contra-poderes para enfrentar a onipotência do Estado e das burocracias estatais. Diz ele que o desejo de liberdade e de igualdade não pode ser destruído e só o será se aceitarmos a servidão. Numa perspectiva de democracia não se pode ter garantias quanto aos resultados da prática política. Marilena Chauí apresentando o livro de Lefort, *A Invenção Democrática* em 1983, faz a seguinte síntese:

Descoberta a criação dos direitos, invenção contínua do social e do político através das divisões e dos conflitos, a democracia não pode, escreve Lefort, ser considerada uma criação burguesa, pois, muito pelo contrário, nascida da luta de classes, dos movimentos populares e operários, sempre foi considerada pela burguesia um escândalo e “um perigo maior do que o socialismo”. Por outro lado, como instituição do social, não pode ser reduzida a mero complemento político de um socialismo concebido em termos econômicos. (CHAUÍ, 1983, p 12).

É também, no que diz respeito à Democracia Representativa, profundamente diferente das concepções de Bobbio e Macpherson. Bobbio, por exemplo, em vez de superação ou até de simples limites, prefere analisar “promessas ainda não cumpridas”, “esperanças mal respondidas”, “obstáculos imprevistos”, “inevitável contaminação depois que a teoria passa à prática” e “desenvolvimento não existente”, mesmo reconhecendo que o poder das oligarquias não foi derrotado e que nem as grandes corporações e nem a burocracia governamental mostram interesse pela democracia. (BOBBIO, 1986, p. 17 a 40).

Macpherson (1977, 1978, 1979, 1991), autor que goza de prestígio acadêmico parecido com o de Bobbio e que se define como teórico democrático liberal, considera que o elemento principal do conceito de democracia é a existência ou exigência de controle social ao nível dos fins e dos meios das

atividades que estejam sendo realizadas. Ele critica permanentemente outros liberais, para quem, no seu modo de vê-los, a democracia seria um mercado que busca equilíbrio entre as demandas dos eleitores e as ofertas dos políticos, esquecendo-se do principal, ou seja, do grande jogo de interesses, dos oligopólios e da intervenção estatal para salvaguardar os interesses do capital. E até sugere um modelo do que seria uma democracia participativa com as seguintes precondições: mudança da consciência popular a respeito dos limites e incompetência fundamental do capitalismo para realizar os direitos humanos e a respeito do seu próprio direito de participar das decisões; diminuição das atuais desigualdades sociais e econômicas; criação de mecanismos e procedimentos que garantam a participação popular na definição de seus destinos, como, por exemplo, associações de bairros e de vizinhança, lutas pela melhoria da qualidade de vida, liberdade de expressão, direitos das minorias e co-gestão de empresas. (MACPHERSON, 1978).

O seu modelo de democracia participativa seria piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base. Assim prosseguiria até ao vértice da pirâmide, que seria um Conselho nacional para assuntos de interesse nacional e Conselhos locais e regionais para setores próprios desses segmentos territoriais. (ibid., p.110).

Diferentemente de toda a tradição marxista, Bobbio e Macpherson gostariam de sair do âmbito da economia política, que relaciona e, às vezes até condiciona, as mudanças na sociedade ao modo de organizar a economia, ou seja, ao modo de organizar a produção, circulação e distribuição de bens, serviços e dinheiro. Ambos, liberais assumidos e individualistas democráticos, sustentam a autonomia do político em relação à economia e admitem, mesmo reconhecendo todos os limites e a quase impossibilidade de suas propostas, a realização dos direitos humanos por uma via que chamam democrática, que não é diferente da atual via parlamentar aperfeiçoada.

Um passeio rápido, começando no século XVI, tentando, entretanto, não descaracterizar e deturpar o pensamento de autores tão importantes, dá uma idéia de como aparecia e era tratada a sociedade. Hobbes, por exemplo, não poderia ir muito longe, já que de acordo com sua concepção, as pessoas para sair de um estado de natureza em que todos lutam contra todos, deveriam renunciar à liberdade e, para salvaguardar suas vidas e a paz social, teriam que entregar seus destinos a uma pessoa ou a uma assembléia, criando assim o Estado. Para ele, a sociedade nasce com o Estado e o poder do governante tem que ser ilimitado, sob pena de continuar a guerra geral de todos contra todos. O poder do governante só é limitado pela vida e pela paz. Não, há, portanto, em Hobbes, lugar para as pessoas, grupos ou seus representantes na gestão da sociedade e o que ele chama de sociedade civil, em contraposição à sociedade de natureza, inclui governo, sociedade e suas relações. (HOBBS, 1979). Nesta “Sociedade Civil” de Hobbes só os súditos assinam o contrato entregando seus destinos a um soberano que passa a existir a partir do contrato. E esse Leviatã não atemoriza, pois bem mais atemorizante do que ele é o Estado de Natureza.

Sobre o mesmo tema, a diferença entre Locke e Hobbes é que Locke torna bem mais complexo o aparelho governamental, criando a divisão dos poderes e fundamentando o poder nos direitos individuais e no respeito às leis. Contrapondo-se a Hobbes, defensor do totalitarismo, Locke será visto como o primeiro e ainda muito atual teórico do Estado Liberal. Ele admite que o poder é revogável, que os homens em geral, e não grupos específicos, devem instaurar a forma de governo que lhes for mais conveniente. Locke continua inspirando todos os autores, e são muitos, e quem mais conceba o Estado como uso legal da força e o indivíduo como base e destinatário do poder dos governantes. Locke é, portanto, um dos principais inspiradores do formato atual de Democracia Parlamentar Representativa. (LOCKE, 1966).

Grande diferença no que diz respeito ao poder da sociedade civil, na filosofia moderna será marcada por Rousseau (1954), que como Hobbes e Locke, teoriza sobre a passagem de um Estado de Natureza para um Estado de Sociedade e vê a origem do Estado num contrato, baseado no direito natural. Rousseau começa a fazer uma distinção entre vontade de todos ou da maioria e Vontade Geral ou Vontade Coletiva. Para ele, através do contrato, se poderia resgatar e conservar a liberdade e a igualdade vigentes no Estado de Natureza. Ele se distingue radicalmente de seus antecessores por afirmar que a soberania não está com os governantes e sim com o povo e faz uma distinção bem clara entre soberano, que é o povo, e o legislador e governo, sendo este mais um executor das decisões soberanas do povo. Rousseau é um crítico feroz do liberalismo que se apóia fundamentalmente na propriedade privada individual. Chega, na sua crítica, até a ser um defensor da completa estatização da sociedade. Entretanto, na sua teorização da soberania popular, ele fica bem mais próximo da democracia direta de Platão do que de um poder de grupos e corporações, poder que, aliás, ele vê como uma possível ameaça à soberania popular.

5. Participação política: o próprio conteúdo da Democracia

Nós deliberamos, mas não fiscalizamos nem cobramos. Muita coisa mudou aqui em comparação com administrações passadas. Estamos aprendendo muito. Melhorou muito, mas nós devemos reclamar mais. Nós somos omissos. É bom lutar para não deixar o processo se fechar, porque ele está se fechando. Se a gente se respeitar como Delegados, o projeto de Governo Popular vai avançar. A gente aprendeu muito. A Prefeitura criou essa oportunidade. (Reunião com dezesseis membros da Comissão Regional e Comissão de Ética do Conselho de Delegados da Administração Participativa, 2000).

Se for o tipo e grau de participação social que definem os regimes políticos, valeria discutir a respeito do que se está falando quando se usa esse conceito, atualmente tão utilizado para expressar até práticas antagônicas²⁴. O que em Camaragibe e em geral nos mais diferentes processos de gestão se entende por participação? Qual a concepção de participação do Partido Político, no caso o Partido dos Trabalhadores, que desde 1997 está à frente do poder executivo em Camaragibe?

A exigência em dizer o que se entende por participação torna-se ainda mais oportuna pelo fato de que a palavra participação foi utilizada por ditaduras militares, governos populistas, tecnocratas, e instituições internacionais que promovem golpes de estado em países que tentam se libertar de sua tutela. É também utilizada por organizações governamentais e civis, nacionais e internacionais, de diferentes e antagônicas orientações ideológicas, que prestam assistência técnica e financeira às organizações não governamentais de países com grande número de pessoas que não conseguem se integrar na produção de bens e serviços para a sociedade, expulsas que estão do restrito e terrível mercado capitalista de peças humanas compradas para produzir mercadorias e capital. Será que instituições e pessoas que administravam de modo tão autoritário se tornaram democratas, assim de repente? Não estará acontecendo que o discurso sobre participação esteja escondendo práticas que continuam autoritárias?

A explicitação do conceito de participação começará por tentar revelar como algumas práticas, como o incentivo à fala, a presença em reuniões,

²⁴ Fica claro para Maquiavel, criador do Príncipe e inspirador de Gramsci, que só existem três regimes, definidos em função da amplitude da participação política na solução de problemas e na definição dos destinos da sociedade: República (Popular ou Aristocrática) definidas pela liberdade e participação de todo o povo ou só da aristocracia na gestão da sociedade; Principado, regime em que todo o poder é exercido só pelo Príncipe e a Desordem ou Licenciosidade, situação em que não existem regras para administrar os conflitos de interesses.

eleições e os Conselhos setoriais podem ser estratégias de negação ou afirmação da participação.²⁵

5.1 A fala e as reuniões como instrumentos e ocasiões de negação/afirmação da participação

Em alguns depoimentos orais e relatórios escritos de encontros e projetos, se diz que houve participação, já que todos falaram. Quando, entretanto, se observa a prática a que se está referindo, descobre-se que os participantes foram obrigados a falar, ou a se expressar, seja através de trabalho em pequenos grupos, com tarefas bem determinadas e coordenadores para estimular a fala das pessoas tímidas e das pessoas que no momento preferem ficar caladas, seja através de dinâmicas de grupo, encenações, jogos e brincadeiras. Neste caso, vale antecipar uma primeira observação: admite-se aqui que desde que haja obrigação ou chantagem em qualquer situação não há participação. Obrigar a falar é uma prática autoritária. É negação da participação.

Seguramente a fala é indispensável no processo participativo, mas para diminuir sua importância e até banalizá-la, usam-se técnicas de integração grupal, dinâmicas de grupo, dramatizações, desenhos e ainda várias técnicas sofisticadas que induzem as pessoas a dizerem, não o que pretendem ou deveriam dizer, mas o que os responsáveis ou coordenadores do processo em questão querem que seja dito, ou silenciado. Na concepção desta tese, o silêncio deliberado está mais próximo da participação do que a fala que não se quis fazer, mesmo admitindo-se a grande importância da fala, sobretudo em situações de silêncio e medo em que o resgate da voz já pode ser uma estratégia de se fazer valer.

²⁵ Trata-se, aqui, de uma reflexão sobre o conceito e práticas de participação que não se referem a uma prática determinada. São reflexões que vêm sendo elaboradas durante um longo processo de assessoria a sindicatos e movimentos sociais populares.

Por sua vez, relatos e relatórios, também, afirmam a vivência da participação, baseados tão somente no número de pessoas presentes em reuniões promovidas pelos responsáveis pelos diversos programas e projetos. Muitas vezes, entretanto, a presença nessas reuniões é uma condição para que as pessoas ou grupos possam se inscrever ou continuar nos programas ou projetos. E não são raras as chantagens, ao se insinuar prêmios ou possíveis prejuízos, caso não se aceite o “convite”, ou não se queira, ou não se possa estar presente às reuniões do programa ou projeto.

Acrescente-se a essa estratégia de desmoralizar algo tão importante, como são as reuniões para se aprofundar os objetivos e estratégias de uma atuação, o fato de que a avaliação dos agentes responsáveis pela implementação desses programas e projetos, é, muitas vezes, baseada no número de grupos que eles conseguiram formar ou no número de reuniões que conseguiram promover. Não é raro, portanto, encontrar alguns desses agentes tentando seduzir candidatos para os programas e reuniões que eles devem executar.

Vale, também, antecipar que não se pode pensar nem vivenciar a participação, se as pessoas e grupos não se reúnem para definir conjuntamente o que pretendem conseguir e definir também o modo de implementação dos objetivos pretendidos. Supõe-se, portanto, que as reuniões podem ser uma estratégia de participação, se estiverem sendo um momento de reflexão e decisão e são estratégias de negação da participação, quando passam a ser algo imposto, ou um pretexto para chantagem institucional.

5. 2 Em que as consultas comunitárias, planejamentos participativos e estratégicos podem afirmar ou negar a participação?

Os Delegados da Administração Participativa (AP) estão desmotivados porque suas deliberações não são tomadas em consideração e não se explicam direito as dificuldades atuais dos municípios. (Pesquisa de março/2003).

Um primeiro momento de negação da participação nas consultas comunitárias e planejamentos participativos é quando, a pretexto de assegurar a participação em algumas ações, os responsáveis pelos programas ou consultores contratados para assessorar a consulta ou o planejamento começam perguntando aos grupos ou representantes das comunidades quais são as suas necessidades e problemas. Por que não se pergunta quais são os direitos negados?

Com as perguntas sobre problemas e necessidades as pessoas e grupos interpelados são tratados como necessitados, carentes, clientela, população-alvo, população-meta, ou nomes semelhantes que não permitem revelar a importância econômica, política e cultural desses grupos e pessoas, podendo afetar sua auto-estima e conseqüentemente, sua disposição para a luta pela afirmação de seus interesses de grupos, categoria e, sobretudo, de classe social. A avalanche de “problemas” e “necessidades” que aparecem depois das consultas, não seriam mais adequadamente tratados se fossem considerados como direitos negados, abrandados sob a denominação inocente de carências e necessidades? Não deve ser desprovido de conseqüências, ao nível da prática e da consciência, o fato de alguém ser tratado como pedinte, que deve ficar agradecido a pessoas ou instituições que se passam por magnânimas.

Outro momento considerado como negação da participação é quando na consulta comunitária se pede que, em consideração aos limites de recursos financeiros, os representantes de grupos ou comunidades priorizem duas ou três dessas “necessidades” Que mal poderia ter esse simples exercício de

“planejamento participativo?” Supõe-se que toda a gravidade está em que em nome de uma pretensa participação se pede às pessoas e grupos para renunciar a direitos fundamentais.

As consultas comunitárias carregam em si ainda outro tipo de gravidade: os agentes dos projetos e programas, às vezes, já sabem em que os recursos podem ou não podem ser aplicados, mas escondem a informação na hora da consulta, ficando, assim, a participação bem próxima da adivinhação. Se os grupos consultados, por acaso, ou por algum conhecimento dos objetivos das organizações, acertarem nos critérios pré-definidos, sua “decisão” será implementada, mas se não acertarem, paciência, terão que esperar uma próxima oportunidade. Esse tipo de comportamento não seria uma estratégia de negação da participação²⁶? Não se pode, entretanto, em nome, desse modo engenhoso de negar a participação, diminuir a importância das consultas como uma dimensão constitutiva da concepção de participação, concepção que será explicitada nas próximas páginas deste trabalho.

É participação, por acaso, ter treinamentos e cursos de preparação muito movimentados, discutindo, entretanto, só o que as coordenações trouxeram como pauta e, depois, na atuação para a qual o treinamento foi uma preparação, ter que implementar objetivos e modos de gestão inquestionáveis?

²⁶ Tudo isso faz lembrar um filósofo agricultor, presidente de um sindicato de trabalhadores rurais de Belo Jardim em Pernambuco, Sr. André Alexandre da Costa, quando numa reunião em que se discutia sobre os projetos governamentais para a agricultura familiar. Ele dizia: “*se esses projetos chegam depois de nossas decisões para reforçá-las, todos são bons, mas se vêm antes de nossas decisões para a gente correr atrás das miragens dos dinheiros deles, todos são ruins*” E acrescentava: “*Eles entretêm a gente, tomando o tempo que a gente tem de pensar os problemas da comunidade*”. (Anotações de uma reunião em 1987).

5.3 O voto como estratégia de afirmação/negação da participação

As lideranças de Camaragibe se sentem frustradas porque suas decisões, talvez por falta de recursos, não saem do papel. (Pesquisa de março/2003).

Se é impossível pensar a participação sem eleições para escolher candidatos ou ações ou pessoas responsáveis para desempenhar tarefas, é possível constatar como as eleições, assim como a fala, as reuniões, as consultas comunitárias e os planejamentos ditos participativos podem se tornar estratégias de negação da participação.²⁷ O que pensar, por exemplo, do voto obrigatório?

Às vezes, também, as votações servem para acabar uma discussão que está ficando calorosa. Outras vezes, as eleições são encaminhadas antes de um amadurecimento das questões discutidas, causando uma aflição em quem não sabe exatamente em que se está votando.

Uma crítica mais radical não é nem tanto à eleição. É, sobretudo, ao fato de que, às vezes, numa votação se tem uma maioria simples, ou de 75% dos que estão habilitados a votar, ou mesmo a unanimidade, mas não se criam, os mecanismos de implementação das decisões tomadas, ou seja, a plenária que votou não define quem vai ficar responsável pela efetivação das decisões tomadas, que, por isso mesmo, se evaporam.

Ora, se é verdade, como aqui se admite, que todas as práticas são educativas no sentido de formar pessoas mais sábias e mais fortes ou no sentido

²⁷ Numa reunião em 1978, eu perguntei a um senhor idoso e que era tratado com muita consideração no Morro da Mangueira no Rio de Janeiro, Senhor José Ramos, como andava a Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira. Sua resposta: “A Escola ia bem até que apareceram essas eleições para a diretoria”. Como estávamos em plena ditadura militar e lutando pela criação de partidos e eleições livres, eu disse que não estava entendendo o que ele estava querendo dizer. Sua explicação foi a seguinte: “Antes a gente conversava muito entre nós e depois votava. A diretoria eleita era a diretoria da Mangueira. Agora, não. Tem muito dinheiro, muito carro de som, muita gente rica do Rio. Não se tem mais a diretoria da Mangueira, temos agora a diretoria dos vencedores que ficam fazendo tudo, eles e os vencidos, para vencer as próximas eleições”.

de formar pessoas mais imbecilizadas e de querer fraco, supõe-se que a desmoralização de decisões desmoraliza quem decidiu. É até de se perguntar se um querer fraco, “do tanto faz”, “do faz de conta”, de não valorizar suas próprias decisões, de entregar os destinos a “salvadores da pátria”, de não pedir contas, nem exigir cumprimento de promessas feitas por candidatos durante as campanhas eleitorais, se tudo isso não tem também a ver com a prática de decidir sem definir os mecanismos de efetivação das deliberações. Também aqui se está em sintonia com Gramsci sobre a concepção de educação.

... relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “Hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 1999, C. 10, vol. 1, p. 399, Especial).

5.4. A participação, enfim

Melhorou muito a participação da sociedade. Mas falta uma certa constância e até um trabalho mais paciente porque a população ainda não reivindica escola de qualidade. (Equipe de coordenação da Secretaria de Educação, 1999).

Depois de dizer que a fala, as reuniões, as consultas comunitárias e as eleições podem negar a participação ou dela se tornarem momentos e caminhos, chegou a hora de explicitar a que práticas e posturas se está aqui referindo quando se fala em participação política ou social.

Participar é ter poder de definir os fins e os meios de uma prática social, poder que pode ser exercido diretamente ou através de mandatos, delegações ou representações. Como, entretanto, no Brasil não se tem muita tradição de vivência democrática nas diferentes instâncias (famílias, repartições, igrejas, cooperativas, partidos, cidade, utilização e preservação do meio ambiente), a participação seria mais bem traduzida como uma estratégia/pedagogia de aprender a ter poder, a se fazer tomar em consideração, a fazer valer a importância econômica, política e cultural, das pessoas, categorias ou classe que estejam participando de um determinado processo social. Neste sentido, a participação é ir definindo e redefinindo permanentemente os fins e os meios das práticas que estejam sendo desenvolvidas.

Participação, portanto, é a aprendizagem do poder em todos os momentos e lugares em que se esteja vivendo e atuando. E é fundamentalmente uma postura, para a qual não está preparado quem é submisso a pais, chefes, maridos, mulheres, filhos, partidos, políticos, ou seja, quem aguenta todas as imposições cujo enfrentamento pareceria incômodo, difícil, impossível ou até catastrófico.

A insistência em afirmar que a participação é o poder de definir fins e meios é para dizer que a colaboração limitada à implementação de objetivos que alguém, não se sabe quem, definiu como sendo bom e adequado para determinados grupos em determinadas situações, em vez de uma estratégia de participação, se torna em mais um instrumento de sua negação.

Contrariamente ao que, por vezes se pensa, participação tem muito a ver com disciplina, definição de responsabilidade e criação de mecanismos para garantir a realização das decisões tomadas, bem como com sanções para quem, preocupado por aquelas decisões, não as toma em consideração, ou as infringe. Disciplina, responsabilidade, criação de mecanismos, sanções ou algo do gênero só se opõem à participação quando são impostas, ou seja, quando não são

definidas coletivamente por quem as julgou importantes para efetivação das suas próprias decisões.

Convém ainda dizer que o exercício do poder pode se basear na força física, em decretos, em leis, em forças armadas, ou em outros tipos de coação. É o poder de quem não tem base social. É o poder que Gramsci chama de dominação, em contraposição ao poder que ele chama de direção intelectual e moral, e que se exerce pelo consenso, pelo esforço em expressar os interesses, reivindicações e direitos das bases sociais. O tema da dominação é amplamente discutido por Max Weber (1992), enquanto a diferença entre dominação e direção intelectual e moral é um tema central de Gramsci no interior de sua teoria de construção da hegemonia das classes subalternas²⁸.

²⁸ São muitas as questões comuns a Weber e a Gramsci, tratadas, entretanto, de perspectivas diferentes, pois, enquanto Gramsci pode ser considerado um continuador de Marx, Weber enfrenta Marx, praticamente, em todas as questões. Assim como Marx e Gramsci, Weber tem muito a dizer sobre os seguintes temas: origem, desenvolvimento e perspectivas do Capitalismo e do Socialismo; regimes políticos, função do intelectual e dos partidos políticos; parlamento; necessidade e perigos da burocracia; importância da economia e da dimensão subjetiva na transformação da sociedade; condições para implantar e incrementar uma nova concepção de mundo; métodos de pesquisa social e histórica. Aliás, é impressionante a atenção que Weber dá a Marx e aos marxistas, sobretudo, a partir da tentativa de revolução socialista na Alemanha, em 1918, e da influência que nela exerceram Rosa Luxemburgo e

Capítulo 3

A SOCIEDADE CIVIL CRIA UMA TENSÃO ENTRE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA²⁹

A AMICAM (Associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe) tem colaborado muito com o Executivo. O Legislativo não existe. Nem conhecemos os vereadores. Eles não têm nenhuma ação. (AMICAM, 2000).

1. Surgimento e crise da Democracia Representativa

A Democracia Representativa é aqui entendida como forma de governo em que as deliberações coletivas não são tomadas diretamente pelos diferentes grupos de interesses na sociedade, mas por pessoas eleitas para representar os eleitores ou a sociedade, nos parlamentos e na esfera dos poderes executivos. Para esta forma de governo se prega uma divisão ideal de poderes, que se controlariam reciprocamente, evitando, assim, uma concentração de poderes e uma conseqüente ameaça à própria “democracia”. Trata-se do célebre tríptico poder: o que elabora as leis, o que executa as decisões da sociedade e o que cuida da legalidade de toda a atuação social. Na democracia representativa, os eleitos têm mandatos gerais e, por isso mesmo, não estão vinculados aos desejos e deliberações imediatas dos seus eleitores. Legislam, decidem, executam e fiscalizam o que, em geral, é apresentado pelo poder executivo³⁰.

Karl Leibknecht. (Ver a esse respeito, Gerth e Wright Mills, 1979, p.15 a 94) e Diggins, 1999).

²⁹ Gestão Democrática, neste trabalho, tem o mesmo sentido que Gramsci dá à Democracia Radical ou Sociedade Regulada e é entendida como processo de democratização da sociedade e de sua gestão.

³⁰ Autores clássicos defensores da Democracia Representativa: Bobbio, (1982, 1986, 1994), Macpherson, (1977, 1978 1979), Hirst, (1992).

Trata-se de uma forma possibilitada e até exigida pela generalização do modo capitalista de produção que criou, ao mesmo tempo, o indivíduo trabalhador, proprietário e vendedor de sua própria força individual de trabalho e o capitalista, comprador da força de trabalho do trabalhador. Essa forma de governo se opõe ao poder particular e disperso dos príncipes e senhores feudais, criando um poder central mais adequado ao capital mercantil que surgia e se expandia. E se foi adequada ao mercantilismo, se tornaria ainda mais adequada à fase do capitalismo industrial. (GRAMSCI, 2000, C. 14, vol. 3, p. 310, Miscelâneo).

Quando, entretanto, a partir dos meados do século XIX, a classe trabalhadora, as classes subalternas e até as classes médias e capitalistas começaram a se organizar em associações, sindicatos e partidos e quando as massas começaram a irromper na cena política como nas revoluções sociais por quase toda a Europa Ocidental, a Democracia Representativa começou a ser atacada e defendida por todos os lados. Alguns marxistas consideravam o Estado e as formas de governo só como comitê executivo da burguesia e que, para implantar também o poder dos trabalhadores, dever-se-ia destruir todas as suas instituições e criar instituições de natureza totalmente diferente. Seria uma sociedade sem Estado? Seriam as Comunas do tipo da Comuna de Paris? Seriam os Sovietes ou Conselhos do tipo dos criados na Alemanha, Hungria, Iugoslávia, Polônia e Estados Unidos? Não seriam os Conselhos de cidadãos dos Estados Unidos da América do Norte?

A burguesia, por sua vez, começou a temer a presença das massas e dos trabalhadores organizados, que começaram a falar e exigir a igualdade, a justiça e a participação prometidas pela democracia criada pela própria burguesia para gerir a ordem Capitalista. No seu livro *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, (MARX, 1977, p. 93 a 110) Marx diz que depois de instaurada a ordem burguesa, tudo o que a burguesia reivindicava do regime feudal ficou perigosa para ela,

justamente porque era também reivindicação dos trabalhadores. Daí toda a defesa que Engels faz na Introdução de 1895 ao livro de Marx *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850* (MARX e ENGELS, 1977), ao sufrágio universal e à via parlamentar para caminhar para o socialismo. Vale transcrever a famosa e lapidar frase de Engels:

A ironia da história mundial põe tudo de pernas para o ar. Nós, os “revolucionários”, os “subversivos”, florescemos muito melhor pelos meios legais que pelos ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como se denominam eles, perecem em virtude da legalidade que eles próprios criaram. Com Odilon Barrot gritam desesperados: “a legalidade nos mata”, enquanto nós, nesta legalidade, ganhamos músculos rijos, faces coradas e respiramos a eterna juventude. E se não formos tão insensatos que nos deixemos arrastar ao combate nas ruas para ser-lhes agradáveis, não lhes restará, afinal, outra coisa a fazer que romperem eles mesmos esta legalidade que lhes é tão fatal. (MARX e ENGELS, 1977 p. 108).

Está, então, instaurada uma crise na Democracia Representativa, cujo desenvolvimento gerou elementos de sua superação e uma tensão entre ela e outro modo emergente de gerir a sociedade. Autores liberais contemporâneos, e são muitos, quase todos inspirados em Norberto Bobbio e Macpherson, reconhecem os limites da Democracia Parlamentar Representativa, admitindo, entretanto, que esta é a democracia e que precisa de retoques para se tornar cada vez mais representativa.

No Legislativo não valemos nada. O Judiciário é aberto à comunidade e aos delegados. O Executivo deu um grande passo. Precisa melhorar. Alguns vereadores até nos acatam bem. Tem até conselheiro que é assessor de Vereador. (Pesquisa de março/2003).

A tensão entre Democracia Representativa Parlamentar e a Democracia Regulada parece estar fundada na importância atribuída à sociedade civil em cada um dos dois modelos, e presente, por exemplo, em Bobbio (1986) que admite não se tratar de substituir a Democracia Representativa, mas de torná-la mais representativa. O caminho seria a passagem de uma democracia política para uma democracia social. Democratização do Estado passa pela

democratização da sociedade. A questão, para ele, não é saber quem vota, mas saber onde se vota, ou seja, saber quanta coisa na sociedade está sendo decidida pelos eleitores, respeitando sempre as regras do jogo democrático, no regime parlamentar.

2. Os atuais Conselhos de Gestão: um exemplo de tensão entre Democracia Representativa e Gestão Democrática

Possivelmente a criação de um Conselho que integre a participação dos Conselhos setoriais existentes, bem como de outros segmentos ainda não formalmente representados, faça avançar a proposta política de gestão participativa dos interesses populares. (Secretaria de Saúde, 1999).

A participação das organizações da sociedade civil, em forma de Conselhos, no governo da sociedade, tem uma longa história que pode ser resgatada, sobretudo nas considerações de Marx e Lenin sobre a experiência da Comuna de Paris em 1871; nas discussões de Rosa Luxemburgo com Lenin sobre os sovietes na Rússia e, por fim, nas discussões de Gramsci e seus contemporâneos, Amadeo Bordiga e Angelo Tasca sobre a experiência dos Conselhos de Fábrica de Turim nos inícios da década de 1920.³¹

Tanto Marx como Lênin analisam a conjuntura europeia nos anos 1870-1871, época da guerra franco-alemã e de agudização das contradições e antagonismos de classe. Eles vêem este momento como o início do domínio do capital financeiro e até, por isso mesmo, o início da queda da burguesia. Começa, então, segundo eles, o período de transição do capitalismo para o socialismo. Neste período, 1871 foi criado em Paris, pela primeira vez na

³¹ Sobre os Conselhos de Fábrica de Turim, sua importância, perspectiva, relações com os sindicatos de trabalhadores, partido socialista, grupos capitalistas e governo italiano, dispõe-se de farto material nos escritos de Gramsci, anteriores à sua prisão, no jornal *Ordine Nuovo*, nos anos de 1919 e 1920 e também nos ensaios de autores italianos e franceses na coletânea organizada por Valentino Gerratana (Gerratana, 1972).

história, um Estado Proletário, protótipo do futuro estado socialista. Ambos ressaltam a importância da organização da produção em moldes radicalmente diferentes da forma capitalista de produzir e fazer circular bens e serviços, e a destruição, na prática, da máquina estatal burocrática e militar da burguesia. Insistem em que a Comuna, forma de Conselho, não deve ter a forma parlamentar de governo, visto que esta é uma forma burguesa e que qualquer forma de estado burguês é burguesa. Pode-se, entretanto, segundo eles, utilizar o parlamentarismo e as liberdades em favor da revolução. E sobre o modo violento ou pacífico de destruição das antigas formas, eles admitem não se tratar de um princípio teórico universal, mas de algo que depende das circunstâncias históricas concretas³².

Sobre a experiência dos soviets não há como deixar de tomar em consideração as observações de Rosa Luxemburg, em suas discordâncias com Lênin sobre o papel das massas, do partido único e dos sindicatos. Ela fazia profundas críticas à teoria leninista do partido e à política autoritária dos bolcheviques. Para ela, a tática é resultante de grandes atos criadores da luta de classes, muitas vezes espontâneas, e via grande perigo de controle do partido, por parte de intelectuais, formando uma burocracia centralizada. Acreditava que as massas fariam brotar a semente da liberdade contida na história. Não admitia

³² No que diz respeito à Comuna de Paris convém estudar atentamente *A Guerra Civil na França* de Marx (1953) e o capítulo 3 de *O Estado e a Revolução de Lênin* (1978), capítulo intitulado *O Estado e a Revolução. A Experiência da Comuna de Paris (1871). Análise de Marx*. Ainda a respeito da Comuna de Paris, é muito interessante o debate dos historiadores franceses Jacques Rougerie, Ernest Labrousse, Albert Soboul, M. Moissonnier, J. Gaillard, R. Gossez, D. Lekivic e M. Johnstone e D. Johnaon para saber se a Comuna é a continuação da Revolução Burguesa ou o primeiro capítulo da Revolução Operária e Socialista. Este debate está no número 13 da Revista Crítica Marxista (Outubro de 2001). Sobre os Conselhos de Fábrica de Turim, sua importância, perspectiva, relações com os sindicatos de trabalhadores, partido socialista, grupos capitalistas e governo italiano, dispõe-se de farto material nos escritos de Gramsci, anteriores à sua prisão, no jornal *Ordine Nuovo*, nos anos de 1919 e 1920. Dias Fernandes (DIAS, 2000, p. 163 a 192) traz abundantes informações sobre a Democracia Operária, sindicatos e partidos políticos na Itália no período de vida dos Conselhos de Fábrica em Turim (DIAS, 2000, 163 a 192). Outra importante fonte de

que os bolcheviques fizessem de sua via para o socialismo o modelo para todos os partidos de esquerda. E afirmava que um único partido necessariamente levaria à burocratização e ao isolamento.

Uma de suas grandes questões era a seguinte: o poder deveria ficar nas mãos dos Conselhos ou devia se eleger uma Assembleia constituinte? Para ela o socialismo é obra dos próprios trabalhadores e não de um partido. O modelo concreto seriam os Conselhos, que seriam o único poder público. Rosa era, portanto, a favor dos Conselhos e contra a constituinte, mas em consideração à situação alemã, achava que se devia, como tática e perspectiva educacional, participar das eleições para a constituição. (LUXEMBURG, 1991.1 e 1991.2)³³.

Amadeo Bordiga e Angelo Tasca, companheiros de Gramsci no jornal *Ordine Nuovo* tinham profundas discordâncias sobre o caráter revolucionário dos Conselhos e sua generalização como válida para outros contextos sócio-políticos. (BORDIGA, 1919) e (TASCA, 1919)³⁴. Bordiga afirma que enquanto a burguesia estiver no poder, a revolução socialista só poderá ser realizada por um partido político que esteja acima das classes e comandando as diferenças corporativas dos Conselhos e sindicatos.

De sua parte, Gramsci dirá da importância do partido em dar sentido e direção de classe aos sindicatos e Conselhos, mas reconhece que os sindicatos e o partido trabalhista em Turim, naquela época, confundiam suas funções e eram fundamentalmente um serviço à ordem burguesa e, por isso mesmo, Gramsci decidiu investir na fundação do Partido Comunista na Itália. São longas e

informações sobre os Conselhos em Turim se encontra nos ensaios de autores italianos e franceses na coletânea organizada por Valentino Gerratana (1972).

³³ Críticas muito fortes ao modo de gestão dos países socialistas são feitas pelo alemão R. Bahro (1981) e pelos húngaros Agnes Heller e F. Ferrer (1981), todos insistindo no seu caráter burocrático e autoritário.

³⁴ Sobre as diferenças de concepção entre Gramsci e Bordiga ver a coletânea comentada por Carlos Nelson Coutinho, Maurício Tratenberg e Alfonso Leonetti (GRAMSCI/BORDIGA, 1981).

profundas as considerações de Gramsci no *Ordine Nuovo* sobre as relações recíprocas entre partido, sindicato e Conselhos, sindicato lutando por direitos dos trabalhadores, Conselhos já vivendo a lógica socialista nos locais de trabalho e de moradia e o partido sendo o educador das organizações numa perspectiva de criação de uma nova sociedade. Gramsci, portanto, admitia relação, mas não subordinação entre partido, sindicatos e Conselhos. Na sua concepção, os conselheiros tinham mandato bem específico de suas bases e poderiam ser substituídos a qualquer momento, ou quando cumpriam a missão que lhes fora confiada, ou quando perdiam a confiança de quem os elegeu. Convém lembrar que, em 1930, Gramsci reafirmava a justeza da direção que se imprimia aos Conselhos de Turim. (GRAMSCI, 2000, C. 3, vol. 3, p. 196, Miscelâneo).

A história e concepção de Conselhos no Brasil são bem diferentes em relação aos Conselhos da Comuna de Paris, dos soviets e dos Conselhos de fábrica de Turim. Em Paris, na Rússia e em Turim, os Conselhos nasceram como antecipação e estratégia de um modo de participação direta dos trabalhadores na produção, na política e na vida em geral. No Brasil os Conselhos tiveram várias origens e vários significados políticos.

Desde 1911, existia no Brasil um Conselho Superior de Educação que teve seus avanços e recuos sintonizados com os avanços e recuos do processo democrático no país. É bem verdade que o Conselho Federal, bem como os Conselhos estaduais e alguns raros municipais de educação sempre tiveram, através dos tempos, uma função de interpretar leis federais e estaduais e legislar em casos omissos nas leis vigentes. Foram sempre compostos por representantes governamentais e pessoas de “notório saber”, nomeadas pelo governo central, ou pelos governos estaduais e, em alguns casos onde existiu Conselho municipal, pelos prefeitos municipais.

Já nos fins da década de 70 e início da de 80 do século passado alguns governos como em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo criaram o que se chamou de Conselhos comunitários, Conselho popular, que eram Conselhos de diferentes categorias e grupos sociais para com eles negociar as intensas reivindicações dos diferentes grupos sociais e de moradores das periferias das grandes cidades. Neste mesmo período vários movimentos sociais criaram os Conselhos Populares, autônomos com relação ao governo com objetivo de pressionar os órgãos governamentais com vistas à realização de suas reivindicações. (TATAGIBA, 2002).

As experiências de ações coletivas e de movimentos sociais mais estruturados, em todas as partes do Brasil, desembocaram com grande força na Constituinte, conseguindo oficializar na Constituição o princípio da Gestão Democrática (Artigo, 194, VI) e em decorrência dela, as leis que criaram o Sistema Único de Saúde (1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica da assistência Social (1993) prescrevem a criação dos Conselhos de saúde, os Conselhos de direito das crianças e adolescentes e o Conselho de assistência social. Acresça-se ao grande número destes Conselhos exigidos pelas leis federais, acima citadas, a grande quantidade de Conselhos exigidos ou previstos nas Leis Orgânicas dos Municípios. E, ainda, os Conselhos exigidos por tudo o que é de programa dos governos federal e estaduais e das agências internacionais governamentais e privadas de apoio financeiro a órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. É a esses Conselhos formados por representantes governamentais e civis, em proporções definidas em seus estatutos, que, aqui, se dá o nome de Conselhos de gestão.

Várias, e bastante convergentes, são as avaliações atuais realizadas por parte de pesquisadores sobre a natureza dos Conselhos, sua composição, representatividade dos conselheiros da sociedade civil, experiência dos representantes governamentais em compartilhar poder na gestão de políticas

públicas, conhecimento técnico dos representantes civis em questões de administração pública, sua relação com o poder legislativo, a limitação da participação na gestão da sociedade somente a quem está vinculado a alguma organização e sua vinculação oficial obrigatória com o poder executivo. (CAMURÇA, 1994; DANIEL, 1994; SILVA, 1996; TEIXEIRA, 1996; CARVALHO, 1997; LÜCHMANN, 1997; STANISCI, 1997; COHN, 1998; MORAES, 1998; RAICHELIS, 1998; MOREIRA, 1999; OLIOSA, 1999. apud TATAGIBA, 2002).

O que parece estar acontecendo no Brasil é que os Conselhos, que na sua origem pretendiam substituir a democracia parlamentar representativa por uma democracia mais ampliada, ao ser implantados no Brasil, passaram a ser um dos instrumentos da democracia representativa, sem deixar, entretanto, de ser uma tentativa de democracia mais ampliada. Supõe-se, então, estar instaurada no Brasil uma tensão entre a Democracia Representativa, com sinais de crise bastante profunda, mas tentando sobreviver, e a Gestão Democrática da Sociedade, um tipo de Democracia que parece estar emergindo do “desejo” dos diferentes grupos sociais em ter o que dizer sobre o seu destino e o modo de gerir os seus interesses.

Convivem, no caso brasileiro de gestão compartilhada por representantes governamentais e civis, dois tipos de mandato: o dos representantes do poder executivo, legislativo e judiciário que é um mandato geral para, durante tempo determinado, representar os interesses mais gerais da sociedade, e o dos representantes da sociedade civil que têm mandato específico, para defender e realizar interesses específicos.

Por ter um mandato geral, os atuais representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário se sentem mais representativos e mais legítimos do que os representantes da sociedade civil, o que, aliás, faz parte de uma cultura que

identifica Democracia com a atual forma de Democracia Representativa Parlamentar.

Além do aspecto legal, há ainda outras dificuldades para o exercício de uma democracia mais participativa do que a democracia parlamentar representativa. É que enquanto os representantes governamentais nos Conselhos detêm mais informações e já têm o hábito de gerir políticas públicas, os representantes da sociedade civil não se dedicam exclusivamente ao serviço público como os representantes governamentais, já que devem cuidar também de sua sobrevivência em outras atividades, não têm tradição de gestão de serviços públicos e, por isso mesmo, estão bem menos preparados para serem gestores do que os representantes governamentais. Falta, portanto, uma firme e sistemática capacitação dos conselheiros civis sobre sua função estatal e sobre especificamente gestão de políticas públicas. E para os conselheiros, herdeiros de uma tradição centralizadora e de desconfiança com relação à capacidade e honradez da sociedade civil, falta seguramente uma formação em compartilhamento de poder.

Acrescente-se a todas essas dificuldades o enorme poder que ainda tem o Poder Executivo de influir na eleição dos representantes das organizações da sociedade civil.

Parece, entretanto, que a maior dificuldade de exercício de poder por parte dos representantes da sociedade civil está, sobretudo, na pequena representatividade dos seus representantes, ou seja, no descolamento que ainda existe dos dirigentes em relação a suas bases. Em muitos lugares ainda acontece que se o poder executivo desmoralizar as decisões dos Conselhos, a base social dos dirigentes da sociedade civil nem chega a tomar conhecimento dessa desmoralização, tão longe ela está da atuação de seus dirigentes, ou tão longe estão os dirigentes com relação às suas bases.

As lideranças são muito centralizadoras. Algumas delas fazem parte de até três Conselhos. Não há rotatividade de poder. São pouquíssimas as reuniões que elas convocam e por isso decidem sem consultar suas bases. (Pesquisa de março/2003).

Pensando na função dos Conselhos na construção de uma democracia mais ampliada do que a democracia representativa, supõe-se que a instância máxima de deliberação e de definição de políticas não seriam as conferências e plenárias deliberativas. É nelas que representantes de todos os interesses da sociedade definem as prioridades de toda uma administração. Acontece que há uma certa tradição no Brasil de desmoralizar as conferências municipais, estaduais e nacionais, ao não tomar em consideração suas deliberações e recomendações. Muitas vezes parece que se brinca de preparar e realizar conferências.

O Fórum da cidade, que seria um espaço de debate, se transformou em plenária deliberativa. Só que lá se discute muito pouco antes de se decidir e as deliberações dos grupos setoriais não vão à plenária para uma aprovação geral. (Pesquisa de março/2003).

Admite-se, então, que os Conselhos nesta concepção mais ampliada de democracia não deveriam definir diretrizes de políticas. Eles encaminhariam as deliberações das conferências para os órgãos que devem executá-las e fiscalizariam a sua implementação. O poder deliberativo dos Conselhos não estaria, então, ao nível da definição de prioridades, mas ao nível do planejamento e fiscalização das atividades que garantiriam a eficácia das deliberações das conferências e plenárias.

É até também de se perguntar se o fato de ainda se dar tanta importância à função normativa dos Conselhos é uma concessão e uma vitória da democracia representativa sobre a democracia mais ampliada. Se as conferências e plenárias deliberativas fossem mesmo para valer, os representantes das organizações governamentais e das organizações da sociedade civil já estariam juntos na definição das diretrizes da política, durante as conferências e plenárias. Estariam

juntos no planejamento, normatização e fiscalização das decisões, no trabalho dos Conselhos. Estariam também juntos na implementação das decisões, nos trabalhos das unidades administrativas das secretarias municipais.

Como instância de decisões ao nível dos meios e instrumentos de implementação das decisões das conferências e plenárias deliberativas, os Conselhos não poderiam deixar de batalhar para ter poder de gerir os recursos financeiros, pois não é possível pensar em participação quando não se tem o que dizer sobre captação e uso de recursos, sobretudo dos recursos financeiros.

Para tudo, políticas, programas e projetos se criam Conselhos, alguns criados em até vinte e quatro horas para atender a exigências puramente burocráticas. Em pequenos municípios, as mesmas pessoas, às vezes, fazem parte de vários Conselhos, sem conhecer o significado dos Conselhos, sem ter uma preparação em gestão de políticas públicas, sem ter sido indicado pelas bases sociais das organizações. A esses representantes se diz que os Conselhos são muito importantes e que, pela lei, dispõem de muito poder. Como, na prática, não existem os mecanismos para realizar tudo o que prega o discurso conselhistas, esta vulgarização dos Conselhos está causando um certo desengano de conselheiros e uma espécie de desmoralização dos Conselhos.

Os Delegados da Administração Participativa (AP) estão desmotivados porque suas deliberações não são tomadas em consideração e não se explicam direito às dificuldades atuais dos municípios. (Pesquisa de março/2003).

Tendo sempre em vista a importância da sociedade civil e, em contrapartida, o poder que ainda detêm os representantes dos aparelhos governamentais e a falta de preparação dos representantes da sociedade civil para a gestão da sociedade, vale relativizar o atual formato de gestão democrática, centrado nos Conselhos, sem deixar de reconhecer, que a questão da responsabilidade da sociedade civil está colocada e que, com todos os limites,

existem, nos municípios, as tentativas de descentralização de poderes na sociedade e nos aparelhos administrativos da função estatal.

Aceitando que organização não é imposição de formas e sim criação de formas para discutir e deliberar coletivamente os interesses de direitos das diferentes classes, categorias e grupos sociais e que, por isso mesmo, estão existindo muitas outras formas de exercício do poder, além dos Conselhos Gestores, indaga-se, entretanto, se na passagem de uma democracia representativa para uma sociedade em que a sociedade civil incorpora as funções da atual sociedade política, não valeria inserir nos atuais modelos de gestão o maior número possível de representações da sociedade civil em cada município.

3. Democracia Representativa e Gestão Democrática: convivência ou rompimento imediato?

Gramsci sai dessa lógica da Democracia Representativa e, sobretudo, da eterna comparação entre Democracia Representativa e Democracia Direta, em que o grande argumento para desmoralizar a democracia direta é dizer que as sociedades atuais são mais complexas e os homens e mulheres que a habitam são menos virtuosos do que os habitantes de Atenas, no século V antes de Cristo.

A lógica de Gramsci é outra. É a do Estado Ampliado e da Democracia Radical, ou simplesmente Democracia, em que as atuais classes subalternas tenham participação, ou poder efetivo nos destinos da sociedade. O Estado é ampliado justamente porque o poder está, de fato, distribuído entre os vários grupos de interesses dos quais esses grupos são detentores.

Seguramente para Gramsci não se trata de aperfeiçoamentos ou retoques no atual formato da Democracia Representativa. Trata-se da construção de uma

nova hegemonia e de uma real democracia, considerando o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo e de suas crises e as estratégias de sua reprodução ou de sua superação. Aliás, Gramsci considera que não é possível modificar profundamente a Democracia Representativa, sem alterar o modo de organizar a base econômica do capitalismo. Não é isto que ele está dizendo ao fazer a seguinte afirmação?

É evidente que não se pode abolir uma “pura” forma, como é o parlamentarismo, sem abolir radicalmente seu conteúdo, o individualismo, e isto em seu preciso significado de “apropriação individual” do lucro e de iniciativa econômica tendo em vista o lucro capitalista individual. (GRAMSCI, 2000, C. 14, vol 3, p.320. Miscelâneo).

A construção da Hegemonia e da democracia das classes subalternas evoca necessariamente a questão da transição da Hegemonia e do domínio capitalista para a Hegemonia e governo das classes subalternas, o que, por sua vez, coloca a clássica questão: devem ser destruídos ou transformados os aparelhos de exploração e dominação capitalistas? Como seria o formato de gestão da Hegemonia e poder das classes subalternas?

Aqui se coloca uma enorme discussão a respeito da transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade em que a produção sendo social, seja também social o consumo, o poder e o saber.

Está aqui colocada sem rodeios a questão da relação entre estrutura e superestrutura, ou entre base econômica e as instâncias jurídicas, políticas, ideológicas, culturais, afetivas etc. É a relação entre objetivo e subjetivo, entre o acontecido e modo de pensá-lo e o administrar.

Sobre a superação do que os marxistas chamam de democracia burguesa ou aperfeiçoamento, do que os liberais chamam simplesmente de democracia, encontram-se as múltiplas e diversas respostas de autores marxistas e liberais. Eis algumas das respostas que sempre voltam ao debate: na transição acontecerá

a destruição dos aparelhos da sociedade capitalista e criação de novos aparelhos? Seria a ocupação dos espaços existentes? Seria a criação de espaços de poder, fora dos aparelhos governamentais ou seria talvez um governo compartilhado por representantes do governo e da sociedade civil em busca da manutenção ou do fim da exploração das pessoas e todos os outros elementos da natureza?

Os caminhos da transição são vários e as razões apresentadas por seus defensores são muitas e de diferentes ordens. Há, por exemplo, os que se dizendo marxistas, afirmam que o governo é e não pode deixar de ser um serviço exclusivo dos grupos economicamente dominantes. Para quem pensa assim, só existe a alternativa de destruição dos aparelhos de dominação do Estado capitalista.

Outra tendência, que também se considera herdeira de Marx e Engels, baseada na suposta prevalência das forças produtivas sobre as relações de produção, vê pouca influência da vontade ou da dimensão subjetiva nas mudanças sociais.

Carlos Nelson Coutinho (1998, p. 13 a 70) considera ser a tradição marxista até meados do século XIX predominantemente golpista e conspiratória, quando se tratava da transição para o socialismo e comunismo. Havia, claro, exceções como o Cartismo que em 1840 defendia o sufrágio universal e a diminuição da jornada de trabalho. Ainda segundo Carlos Nelson Coutinho, até Gramsci, o Estado era visto essencialmente como coerção. Segundo ele, a tradição marxista assegurava a idéia de um duplo poder, com objetivos e meios próprios, até a vitória final do governo socialista e a destruição completa da sociedade capitalista e de seus aparelhos.

A virada mais clara, para ele, está na introdução de 1895 que Engels fez ao livro de Marx, *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* (MARX e

ENGELS, 1977), tecendo elogios ao sufrágio universal e à via parlamentar para caminhar para o socialismo. Na continuação de seu estudo, Carlos Nelson Coutinho, diz que depois de Engels, Rosa Luxemburgo mostrou que a participação popular pode modificar a atuação do parlamento.

Para os dois notáveis liberais sempre lembrados nesta tese, Bobbio e Macpherson, nem de longe, se trata de superação ou substituição da Democracia Representativa, que para eles é a democracia sem adjetivos.

Seria talvez o momento de se perguntar sobre a posição do Partido dos Trabalhadores ³⁵ que, em nível nacional, sustenta a necessidade de se tentar realizar uma mudança estrutural da sociedade, mudança baseada na convicção de que o modo capitalista de organizar a produção e a vida em geral é incapaz de realizar os interesses dos trabalhadores e das classes exploradas e dominadas.

Parece, em tese, afastada do programa do Partido dos Trabalhadores alguma crença de que reformas e aperfeiçoamentos ao sistema capitalista poderiam levar à justiça social e a uma democratização do aparelho governamental e da própria sociedade. Está, pois, em questão o próprio modo capitalista de organizar a produção e a sociedade.

A literatura do partido insiste na construção de um modelo de sociedade baseado na cooperação e na solidariedade em todas as práticas sociais, especialmente no mundo da produção, circulação e distribuição de bens e serviços. Insiste também na democracia como objetivo e como prática na vida partidária e na relação com os grupos aliados. O programa do Partido não deixa

³⁵ Para mais detalhes do que se afirma aqui sobre os princípios e estratégia do Partido dos trabalhadores, ver o que escrevem governadores, prefeitos, parlamentares e assessores do PT sobre significado e caráter do modo petista de governar, sobre o próprio modo petista de governar e também sobre a construção de uma agenda para os governos locais do partido na publicação organizada por Inês Magalhães, Luiz Barreto e Vicente Trevas. (1999) *Governo e Cidadania - Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

dúvida em que se deva dar prioridade aos interesses e direitos dos grupos explorados e marginalizados, iniciativa esta a que se dá o nome de inversão de prioridades. Mas é, sobretudo, clara a insistência na participação popular na definição das políticas e no modo de realizá-las, sem, contudo, deixar de pensar na eficácia da atuação, ou seja, na realização do que for definido pelas diversas instâncias de poder.

O grande desafio, que gera discordâncias no interior da organização partidária, diz respeito à convivência com o atual modelo capitalista e ao processo de transição para um sistema radicalmente democrático na produção, circulação e distribuição de bens, serviços e dinheiro, bem como, na gestão dos municípios, estados e da própria nação. Aqui, se coloca a questão da governabilidade. Para alguns, as mudanças devem ser feitas com a maior urgência possível, sem fazer alianças e muito menos parcerias com representantes do capital. Para a tendência, que parece hegemônica dentro do partido, essa mudança deve considerar a atual relação de forças internacionais e nacionais, ainda bastante desfavorável a uma organização democrática e socialista da sociedade. Para o grupo que pensa assim, há que se ter calma, buscar as possíveis alianças, fazer algumas parcerias no que pode ainda ser aceito por interesses antagônicos e, sobretudo, aprofundar a base social e investir fortemente na mudança de cultura individualista e concorrencial que é gerada pelo capitalismo e o sustenta ideologicamente. Parece, entretanto, que tanto os ditos radicais como os ditos moderados esperam que as soluções para os problemas do Brasil estejam nas reformas, e não na substituição da Democracia Parlamentar Representativa.

Gramsci demarca bem seu objeto de preocupação: É o Moderno Príncipe. É o governo das classes subalternas. É o Partido que no seu interior já deve viver a democracia e que deve elaborar um querer coletivo coerente e profundo das classes que ele expressa, preparando-as para o exercício do poder na sociedade.

E ele se preocupa em deixar claro que, ao pensar a socialização do poder, não está pensando em Estado Mínimo, nem muito menos em uma forma neoliberal de ver a gestão da sociedade, forma em que se exime o governo de suas responsabilidades. Trata-se, aqui, de tomar em consideração a função de um agente político que o desenvolvimento da forma capitalista de gestão fez nascer nas sociedades atuais. (GRAMSCI, 2000, C. 6, vol. 3, p. 245, Miscelâneo).

Reconhece Gramsci o caráter progressista da Democracia Representativa, que oficializa o poder da burguesia, uma classe avançada em relação à aristocracia e nobreza feudais. Mas ele não mais está pensando numa democracia formal do voto, do mandato geral, das eleições periódicas. Ele pensa em outro tipo de representatividade. O que ele considera possível, por ser uma exigência dos tempos atuais, é a criação de mecanismos de exercício de poder de grupos subalternos que já exercem ou estão tentando exercer algum poder dentro de formas inadequadas, como o são as atuais formas da Democracia Representativa. Assim, a Democracia Representativa estará sendo superada, quando os diferentes grupos da sociedade civil deixarem de entregar seus destinos a representantes escolhidos pelas burocracias partidárias e eleitos graças à propaganda nos meios de comunicação, ou pela pregação sobre “o dever sagrado de votar”, tão conveniente para assegurar a “apatia” política.

É algo impossível, uma pretensão ridícula, uma quimera inadequada para as atuais sociedades complexas? Não é algo que os grupos capitalistas já fazem tão bem, a exemplo do FMI e Banco Mundial que definem os interesses do capital e os impõem ao mundo todo? Não é o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que define e executa suas políticas e exigem do governo o que lhe é devido? Será que com tantos canais de televisão dentro das Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais, Congresso Nacional e tanta comunicação imediata entre as pessoas e organizações, não estaremos parecidos

com a República de Atenas em que quem era considerado cidadão, discutia e decidia os destinos da cidade?

Essa tensão entre Democracia Representativa e Gestão Democrática coloca questões teóricas e políticas imediatas do seguinte tipo: o que fará Camaragibe e toda a esquerda brasileira, herdeira que é do socialismo estatizante e nostálgica com relação ao estado intervencionista? Como Camaragibe, outros municípios que têm a mesma proposta política e, atualmente, o Brasil viverão e resolverão a enorme tensão que se acirra entre os poderes da democracia representativa e os poderes emergentes das organizações da sociedade civil?

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA/GESTÃO DEMOCRÁTICA



A SOCIEDADE CIVIL REDEFINE INSTRUMENTOS, ESTRATÉGIAS E PEDAGOGIA DA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA E DA DEMOCRACIA

1. O lugar da economia

Toda a preocupação com o desenvolvimento econômico vem da convicção de que, apesar de todas as dificuldades e da falta de experiência dos municípios, cabe também aos agentes governamentais e civis a nível local, pensar e encaminhar a solução de problemas econômicos decorrentes do desemprego estrutural gerado pelo estágio atual de desenvolvimento do modo de produção capitalista e da retirada de muitas das funções dos governos centrais nas atuais democracias representativas. (Síntese de uma entrevista com o Secretário de Planejamento e Meio ambiente, março/2003).

Não parece interpretar fielmente, o pensamento de Gramsci quem o define como teórico das superestruturas, sem preocupação com a ordem econômica, ou seja, com as práticas de produção e circulação de bens, serviços e dinheiro, transformados em mercadorias e capital, pelo modo capitalista de organizar a produção e a sociedade. Para ele, o Príncipe Moderno, ou o Partido que se proponha a construir uma nova concepção de mundo, não pode deixar de pensar e começar a realizar uma reforma econômica.

Uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (GRAMSCI, 2000, C. 13, vol. 3, p. 19, Especial).

Se Gramsci não desenvolve uma crítica mais sistematizada do modo de produção capitalista e dos caminhos de sua superação, a sua atuação política e teórica tinha como perspectiva a de resgatar o produtor, aprisionado que está pela forma capitalista de organizar a sociedade, e se baseava teoricamente nos

pressupostos metodológicos de Marx (1977, p. 25), bem como nos vários capítulos do *Capital* em que Marx faz a distinção entre o processo de trabalho e o processo de produzir mais valia, especialmente nos capítulos VII *La production des valeurs d'usage et la production de la plus-value* e no capítulo XVI *La Plus-value absolue et de la Plus- Value Relative* (p.136 a 151 e 362 a 370), ou capítulos V e XIV. (p.209 a 233 e 575 a 589)³⁶.

Em quase todas as suas obras, Marx tenta desvendar a exploração e dominação exercidas sobre a classe trabalhadora. E a tão imensa tarefa ele não está se dedicando por um prazer estético ou boemia intelectual. Sua principal preocupação é a transformação da realidade, transformação para a qual o conhecimento é um instrumento. A tal ponto ele dá importância à dimensão de transformação da realidade que numa carta de 17 de abril de 1867 a Becker, seu amigo e organizador da seção da Internacional dos Trabalhadores na Suíça, diz que o livro *O Capital* é, certamente, o mais temível míssil que já foi lançado na cabeça de burgueses, incluindo aí, também, os proprietários de terra. (MARX e ENGELS, 1964 p. 156).

Para Gramsci, em consonância com Marx, durante o tempo em que está obrigado a prestar um serviço a quem o comprou, o trabalhador produz um valor maior do o que recebeu pela venda de sua força de trabalho. Aí está a fonte da exploração, a apropriação privada do trabalho excedente não pago por quem pode comprar força de trabalho de pessoas humanas e meios de produção para colocá-las em funcionamento³⁷. Ele aceita também que o contrato assinado entre o capitalista, ou a classe capitalista, e o trabalhador, ou com a classe trabalhadora, autoriza o comprador a definir o processo de trabalho e o destino da produção e que aí está a gênese da dominação capitalista.

³⁶ A tradução francesa de *O Capital* foi realizada e é recomendada pelo próprio Marx.

³⁷ “Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível da

Ao atribuir tanta importância à Economia e, também, ao fator subjetivo na prática política, Gramsci continua bem próximo de Marx, que encerrando o primeiro capítulo de O Capital, assim se expressa:

Suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns, e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social. (...) Em nossa associação, o produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizado como novo meio de produção. Continua sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade. (...) A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que por vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 2002, p. 100 - 101).

Tanta importância atribui Gramsci ao processo econômico que, em desacordo com os representantes da velha e da nova ordem, que lamentavam e criticavam o que chamavam de apatia e indiferença das massas em relação à política, ele afirmava que se alguém pretende conquistar a adesão do povo, que tente acertar nos seus interesses. E acerta nos interesses das massas quem propõe ações econômicas concretas capazes de assegurar sua sobrevivência. (GRAMSCI, C. 7, vol. 3, p. 260-261, Miscelâneo).

Se ele dá tanta importância à ordem econômica é por saber, seguindo Marx, que, no capitalismo, é na produção que se dá o dilaceramento entre as pessoas como trabalhadoras e como força de trabalho. (MARX, 1976, p.136 a 150). Ele sabe que a sociedade capitalista tem como grande objetivo a obtenção do lucro e a acumulação do capital, lucro e acumulação que são conseguidos através das diferentes formas de apropriação do trabalho gratuito que os trabalhadores fornecem a quem comprou e utilizou sua força de trabalho. Nela tudo é, ou pode

mais valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho”. (MARX, 2002, p. 384).

ser, mercadoria, ou seja, algo produzido para ser trocado. E algumas mercadorias se transformam em capital, ou seja, algo utilizado no processo de produção para continuar produzindo mercadoria e capital, graças ao trabalho gratuito fornecido pelo trabalhador. No modo de produção capitalista tudo se compra e tudo se vende: a força de trabalho, o pão, a honra, a roupa, Deus, crianças e adolescentes, armas, venenos, lazer, meio ambiente etc. E tudo só tem importância se estiver sendo útil no processo de aumentar o lucro e a acumulação do capital. É por isso que os aposentados são considerados inativos, inúteis. Os desempregados não têm nenhum direito e são considerados “peso social”. As crianças e adolescentes de quem o capital não vai precisar morrerão pelas ruas, pelos assassinatos e pelo consumo de drogas. E, ainda, serão culpabilizados pela própria morte. Quem os mandou traficar ou consumir drogas!

É, entretanto, das desigualdades e injustiças decorrentes na busca de realização e aumento do lucro e da acumulação que grupos nascem e se organizam para fazer valer seus interesses e direitos esquecidos e negados no modo capitalista de organizar a sociedade. Supõe-se assim que o desenvolvimento do capitalismo gera, ao mesmo tempo, a desgraça e a luta para sua superação. Gera o desemprego estrutural, a eliminação de algumas profissões, a marginalização de regiões e países, o envenenamento do ar, das águas, da atmosfera, a devastação da fauna, da flora, e outras desgraças. Mas pelo seu caráter social em que tudo é resultado da cooperação, o desenvolvimento do capitalismo permite que as pessoas percebam e lutem para ter aproveitadas suas energias físicas, biológicas, intelectuais, afetivas e artísticas na produção e circulação de bens e serviços materiais e simbólicos para a sociedade; para conseguir reposição das energias desgastadas no trabalho, na busca de trabalho, na falta de perspectiva, na insegurança do futuro, reposição realizada pelos serviços de saúde, educação, lazer, segurança,

transportes coletivos etc.; para ter seus conhecimentos e experiências tomados em consideração e aprofundados; para ter poder de definir os objetivos e o modo de implementar tudo o que lhes diz respeito; para serem desejadas, cuidadas, bem acolhidas. Não parecem ser esses os interesses e direitos por que se luta atualmente?

Qualquer tentativa democrática como a que Gramsci tentou em Turim e sobre a qual reflete em todos os seus escritos, que não leve em consideração a realidade objetiva da dilaceração ente trabalhador e força de trabalho, se situa num vácuo social. Não se pode, portanto, negar, nem esquecer, nem ocultar, nem escamotear determinação tão importante do trabalhador. Ele diz que é puro reformismo não considerar as condições de exploração e da dominação. Afirma, ao mesmo tempo, que a origem e também as possibilidades de mudança da situação atual não podem deixar de considerar o modo de organizar a produção e a gestão da sociedade, pois é aí que se realizam a exploração e as condições da própria exploração e da dominação sociais. Em todo o Caderno 22, *Americanismo e Fordismo*, Gramsci argumenta sobre a importância da organização da produção nos tempos atuais para a construção de pessoas para o capital ou para outro estilo de organização da produção e da vida em geral. “A Hegemonia nasce da fábrica”. É uma das teses do Caderno.

É, também, por conta do esquecimento ou ocultação da inserção do trabalhador em relações capitalistas de trabalho que Gramsci, se baseando em Marx, critica o formalismo das concepções burguesas, cristãs, humanistas e outras que tenham semelhante enfoque. Para ele, é impossível pensar em qualquer proposta emancipatória, sem se tentar resgatar o trabalhador que está aprisionado na forma de assalariamento. Impossível, portanto, pensar hegemonia e democracia das classes subalternas dentro do modo de produção capitalista, investindo quase toda a energia do país e de seus governantes em dólares, bolsa de valores, humores de mercado e tantas coisas diárias do mesmo gênero.

Parece, então, urgente sair da lógica do capital e tentar vivenciar a cooperação, solidariedade e gestão coletiva na produção e distribuição, não de mercadoria e capital, mas de utilidades para a sociedade, tomando em consideração a vocação e potencialidades das pessoas e de todos os elementos da natureza.

2. A função do governo, braço governamental do Estado

O programa é muito bom, mas nós colaboramos mais do que somos ajudados. A própria Diretoria de Desenvolvimento Econômico que está mais próxima de nós não tem uma estrutura adequada de apoio aos micros e pequenos empresários. Só a partir da terceira Gestão Municipal de Camaragibe e, sobretudo, agora a partir da atual administração é que melhorou a relação com a nossa categoria. Mas é bom saber que o nosso plano vai ser posto em prática a partir de nós. Do governo queremos apoio e parceria, mas a responsabilidade vai ser nossa. (Reunião com a diretoria da Associação de Micros e Pequenos Empresários de Camaragibe. AMICAM, 2000).

Quase toda a literatura política atual identifica Estado com Governo e Governo com Estado. Chama equivocadamente organizações governamentais de organizações públicas e as políticas Governamentais, de políticas públicas. Essa identificação de Estado com Governo e Governo com Estado vem de um tempo que talvez já tenha passado. Era um tempo em que a gestão da produção e de todos os serviços, no mundo dito socialista, era feita pelo governo do partido único. Vem também do tempo em que, nas sociedades capitalistas, o governo fazia a gestão dos serviços de reprodução social (saúde, habitação, segurança, lazer...) bem como a gestão da infra-estrutura produtiva (energia, transportes, comunicação).

No socialismo real, o governo usurpou e monopolizou toda a função de gestão. No ocidente capitalista, o capital entregou ao governo a gestão das condições dispendiosas do lucro e de tudo o que não desse lucro imediatamente.

Era o tempo do Estado Restrito identificado com o governo, principalmente com o Poder Executivo do Governo. E isso de dizer que governo é da esfera pública, que é responsável pelo bem comum, teve a função ideológica de esconder uma relação clara do governo com as classes sociais, algo criado para que não se perceba e não se saiba que o governo é fundamentalmente um serviço aos grupos dominantes. E para que não se preste atenção aos principais agentes da sociedade: os trabalhadores e os empresários.

Parece que os empresários, atualmente, estão bem mais avançados do que as classes subalternas na percepção e vivência da transformação da realidade. Eles definem muito bem o que pretendem gerir através de suas organizações civis e o que deve ainda ser gerido pelo governo. Eles usam bem e até governam o governo, enquanto os trabalhadores e as classes subalternas em geral parecem ainda acreditar pouco em si mesmos e em suas organizações. Ainda se entregam muito a "salvadores da pátria". Desejam muito que a Constituição e as leis funcionem e que o governo ainda seja o grande responsável pelo bem comum. Bem que eles poderiam fazer como os grupos capitalistas, que de fato, se comportam como co-gestores de seus destinos.

O grande desafio atual é a criação de espaços públicos governamentais e espaços públicos civis, e também, como é o caso dos Conselhos, espaços públicos geridos por representantes governamentais e por representantes da sociedade civil. Público não seria o que está no campo governamental. É o que se discute e se decide coletivamente, bem como os recursos e equipamentos adquiridos com recursos de todos para utilização coletiva.

O que, então, esperar do governo, na fase de convivência e tensão entre Democracia Representativa e Gestão democrática? A questão se fundamenta na suposição de que os espaços governamentais são espaços adversos aos interesses populares. Os seus dirigentes, mesmo sendo aliados dos trabalhadores, não

podem deixar de ser um serviço aos grupos capitalistas, que às vezes concedem muito, desde que forçados pela luta dos trabalhadores e desde que seus interesses fundamentais não sejam ameaçados. É neste momento que se deve estar atento ao difícil desafio da governabilidade: Como conviver com interesses antagônicos, como ceder algumas vezes, contanto que se saiba que recuos e perdas são táticas para fazer avançar, em momentos apropriados, a perspectiva de um projeto de real democracia para a sociedade.

Neste momento de transição, o Moderno Príncipe ou o Partido que esteja na direção do aparelho governamental do Estado, tem grande importância como organizador, incentivador e educador. Gramsci admite que antes de chegar à Sociedade Regulada, um período de resquílios de “estatolatria”, em que os aliados dos trabalhadores nos aparelhos governamentais poderão ser incentivadores e educadores da sociedade civil na sua marcha para esta democracia radical. Os aliados dos trabalhadores aproveitarão todo o seu poder nos aparelhos governamentais do Estado para fortalecer a sociedade civil e preparar o fim do Estado como aparelho coercitivo.

Dá-se o nome de “estatolatria” a uma determinada atitude em relação ao “governo dos funcionários” ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado.

Continua Gramsci:

(...) esta “estatolatria” é apenas a forma normal de “vida estatal”, de iniciação, pelo menos, à vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente. Todavia, tal “estatolatria” não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como “perpétua”: deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja “estatal”...(fazer com que a vida estatal se torne “espontânea. GRAMSCI, 2000, C. 8, vol. 3, p.279-280, Miscelâneo).

Enquanto não temos uma sociedade administrada pelas organizações da sociedade civil é de toda conveniência que os trabalhadores tenham aliados no executivo, legislativo e judiciário, por várias razões: para que fiquem bem claras a existência e confronto de interesses e se desmanche a idéia de que o governo cuida do bem comum; para que se tenham informações do campo do adversário; para que também aí se estabeleça uma luta. Mas, os aliados dos trabalhadores não deveriam achar que a solução vem do governo ou da via parlamentar.

O governo é muito forte e deveria ajudar as organizações que são fracas, já que se sabe que na grande pobreza é fácil comprar as pessoas. Basta fazer algum bem para elas. (Pesquisa de março/2003).

As organizações dos trabalhadores e das classes subalternas poderiam imitar os empresários e seus grupos funcionais: assumir a gestão de seus interesses e limitar e definir bem as funções e atribuições do governo. Isto não é privatização é assumir a função estatal que foi usurpada pelo governo.

Os trabalhadores e o povo em geral se iludem em esperar muito do governo e entregar seus destinos a grupos funcionais do capital. Esperam, em vão, que o governo pense no Bem Comum.

E os aliados dos trabalhadores e das classes subalternas que estão no aparelho governamental em cargos de direção ou em função técnica e também os aliados que estão em organizações civis de apoio técnico, como as ditas organizações não-governamentais, bem que poderiam investir muito na capacitação política e gerencial dos representantes das organizações da sociedade civil para que eles, a exemplo dos representantes dos grupos capitalistas, possam exercer sua função estatal de gestão de interesses e direitos dos diferentes grupos por eles representados.

3. Tomar o poder ou exercer poderes?

A atuação compartilhada fica só no nível setorial. Não se chega ainda ao nível mais geral das regiões e do próprio município. (Pesquisa de março/2003).

A construção da Hegemonia e do poder real das classes subalternas já está em processo através da atuação de suas inúmeras organizações e da atuação de pessoas que, nos aparelhos governamentais e em outras organizações da sociedade civil, pretendem exercer a função intelectual de organizar e viabilizar os seus interesses.

Muitas das anotações e reflexões de Gramsci nos Cadernos 1, 2, 6, 7, 10, 13 e 15 são dedicadas às estratégias da “arte da Guerra” adequadas à luta política pela supremacia nos tempos atuais³⁸. Nestas anotações ele admite que em lugares e momentos em que ainda não existiam organizações da sociedade civil, a estratégia utilizada tinha sido a Guerra de Movimento, ou seja, as classes dominantes tomam o poder utilizando os seus aparelhos militares. A guerra de movimento corresponde também ao que no campo marxista foi chamado de Revolução Permanente que muito sumariamente pode ser definida como batalha pela tomada de poder por uma pequena vanguarda esclarecida do operariado ou das classes subalternas. Para Gramsci a Revolução Permanente era uma estratégia adequada até a Revolução de 1848 quando as massas começaram a aparecer na cena pública e a criar suas organizações profissionais e políticas como os sindicatos, partidos, associações, etc. A partir de então, a estratégia para a Hegemonia não mais deveria ser a Guerra de Movimentos e sim a Guerra de Posições, ou ocupação de espaços existentes. (GRAMSCI, 2000, C. 13, vol. 3, p. 95, Especial).

³⁸ Um grupo, para Gramsci, tem supremacia quando, ao mesmo tempo é hegemônico e está no governo.

Diz Gramsci que não se pode escolher a forma de guerra que se queira abstratamente, pois é a relação de forças em confronto que deve definir as estratégias e táticas mais adequadas. Pondera, entretanto, que a existência atual dos inúmeros aparelhos de Hegemonia dificulta muito a eficácia de guerra de movimentos. Um outro forte argumento contra a aplicação de uma guerra de movimento se baseia na convicção que tenha uma força militar, mesmo que seja bem pouco numerosa, diante de outra grande força que não tenha a mesma convicção³⁹. Gramsci chama a atenção para as mudanças na arte da guerra que acontecem a partir da guerra mundial de 1914-1918:

Até a guerra mundial, a técnica militar era uma simples aplicação especializada de técnica geral e, portanto, a potência militar de um Estado ou de um grupo de Estados (aliados para se complementarem reciprocamente) podia ser calculada com exatidão quase matemática, com base no poderio econômico (industrial, agrícola, financeiro, técnico-cultural). A partir da guerra mundial, esse cálculo não é mais possível, pelo menos com igual exatidão ou aproximação, e isto constitui a mais forte incógnita da atual situação político-militar. Como ponto de partida, basta mencionar alguns elementos: o submarino, o avião de bombardeio, o gás e os meios químicos e bacteriológicos aplicados à guerra. Formulando a questão em termos extremos, pode-se, por absurdo, dizer que Andorra é capaz de produzir meios bélicos, sob a forma de gases e de bactérias, capazes de exterminar toda a França. (GRAMSCI, 2000-1, C. 13. V. 3, p 80. Especial) (Iraque!)

Convém não esquecer que Gramsci está falando da arte da guerra aplicada à arte política, problematizando a perspectiva economicista, que dava papel decisivo só ao fator econômico em detrimento da força da organização e da vontade na atuação política, e também para insinuar que enquanto na luta teórica a boa estratégia é atacar os grandes autores que expressam bem os interesses das classes cujos interesses eles defendem, na luta política, convém ir atacando as forças menores para desestabilizar o poder maior.

³⁹ Estaria Gramsci pensando nos vietcongs e iraquianos, que respondendo a uma Guerra de Movimentos, iniciada pelos Estados Unidos da América do Norte, baseados em sua enorme superioridade em tropas, saíram vitoriosos no Vietnã e amedrontam tanto os americanos e seus aliados, atualmente, no Iraque?

Partindo, então, de uma análise das estruturas e das forças sociais do mundo atual, (o que, aliás, o Moderno Príncipe deve sempre fazer), Gramsci, dialogando com a tradição socialista diz que a estratégia adequada às sociedades complexas do ponto de vista da existência de muitos atores políticos representantes da sociedade civil não pode mais ser a Revolução Permanente ou da tomada de poder por um pequeno grupo iluminado em nome das massas desorganizadas, ou algo fulminante e criador de novos céus e novas terras. Em vez da Revolução Permanente ou o assalto à sede do poder central, dever-se-ia elaborar uma estratégia de reforçar e ampliar a nova ordem que veio sendo criada pelos agentes sociais insatisfeitos com a antiga ordem.

A mudança para uma ocupação dos espaços existentes na sociedade pela “guerra de posições” só ficou clara depois que Gramsci entendendo bem os processos sociais dos países capitalistas ocidentais, neles captou a importância da sociedade civil e os processos fundamentais e simultâneos de atuação estatal: hegemonia e dominação. (GRAMSCI, 2000, C. 13, vol. 3, p. 95, Especial).

São bem diferentes, na perspectiva de Gramsci, as estratégias utilizadas pelos grupos e classes dominantes e pelas classes subalternas para conseguir ou manter a sua supremacia, pois enquanto as classes dominantes dispõem de enorme arsenal, as classes subalternas contam fundamentalmente com suas organizações civis e com aliados sem muito poder nos aparelhos governamentais do Estado. (Ibid., p. 95).

Algo, entretanto, com relação às estratégias das classes dominantes, parece ter mudado atualmente. É que, além do uso do aparelho governamental, sua supremacia se realiza através de várias outras estratégias, privilegiando sempre a atuação junto à sociedade civil. Destacam-se entre essas estratégias: o fortalecimento de suas organizações (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Federações e Sindicatos de banqueiros,

industriais, latifundiários etc.); o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores, através de diferentes formas, entre as quais se destacaria, pelo seu apelo atual, algo a que se chama de parceria, que, na prática, é bem mais um modo de colaboração com iniciativas governamentais e empresariais nacionais e internacionais do que uma definição de fins e meios compartilhada pelo governo e pelas organizações da sociedade civil; a massificação ideológica realizada por alguns meios de comunicação de massa e por algumas igrejas; o suborno, chantagem e punição nas fábricas, repartições governamentais e movimentos sociais populares; o processo de sedução de intelectuais e dirigentes das classes populares, processo para o qual Gramsci, em função da importância dos intelectuais na construção da Hegemonia, chama bastante a atenção e ao qual dá o nome de “transformismo”. (GRAMSCI, Q. 19, p. 2042, Miscelâneo).

Quais seriam, neste contexto, as estratégias de construção da Supremacia das classes subalternas? Certamente não seriam diferentes das estratégias utilizadas pelos grupos dominantes. Não haveria lugar, por exemplo, para a tomada da sede do poder, numa Guerra de Movimento, mas para a ocupação dos espaços, numa Guerra de Posições. Nesta ocupação, a revolução estará sendo feita até que as classes subalternas se tornem governo, sem, de modo nenhum esquecer de que é fundamental continuar construindo e aprofundando sua Hegemonia, já que é possível uma classe ou um conjunto de classes ser dirigente e, mesmo assim, não ser governo, como é igualmente possível que um grupo chegue ao poder político e deixe de ser dirigente, se estabelecendo na pobreza do domínio sem Hegemonia. (GRAMSCI, 2000, C.13, vol. 3, p. 24, Especial).

Achamos, entretanto, que o próprio Conselho ainda não se considera um gestor, co-responsável da atuação. Ainda se comporta como fiscal ou reivindicando serviços para a comunidade. Todos os conselheiros ainda não se sentem com os co-responsáveis pela implementação das deliberações das comunidades nas conferências. (Equipe de Saúde, 1999).

Ao dar indicações de como conseguir e manter o poder e, ao definir sua predileção pela República Popular em Florença, Maquiavel dá alguns conselhos ao Príncipe, conselhos que poderiam valer para um Moderno Príncipe que pensa fundar uma democracia num contexto de enfrentamento de interesses. Eis algumas de suas observações no capítulo IX de *O Príncipe*, capítulo considerado por Claude Lefort como metodológico e que contém afirmações universais de Maquiavel:

... em todas as cidades, se encontram estes dois humores diversos: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes e estes desejam governar e oprimir o povo. Destes dois apetites diferentes nasce nas cidades um destes três efeitos: principado ou liberdade ou licenciosidade;

... percebendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a dar reputação a um entre eles mesmos e o fazem príncipe, para poder, sob sua sombra, satisfazer seus apetites. O povo também, vendo que não pode resistir aos grandes, dá reputação a um cidadão e o elege príncipe para estar defendido com a sua autoridade;

... quem chega ao principado com a ajuda dos grandes, se mantém com mais dificuldade do que quem chega ao poder com a ajuda do povo. Quem chega ao poder com a ajuda dos grandes, é um príncipe em meio a outros que lhe parecem iguais e que, por esta razão, não pode comandar nem manobrar à vontade. Ao contrário quem chega ao poder com a ajuda do povo se encontra só e não tem em torno de si ninguém ou quase ninguém que não esteja disposto a obedecer. Além do mais, não se pode honestamente prestar satisfação aos grandes sem injuriar os outros grandes, o que é possível fazer em relação ao povo porque seu objetivo é mais honesto do que o dos grandes: estes querem oprimir e o povo não quer ser oprimido. (MACHIAVEL, 1995).

Não parece que Maquiavel está autorizando a levantar hipóteses sobre as armadilhas em que pode entrar um governo que tenha como objetivo o de construir a Hegemonia e o poder real das classes subalternas, ao fazer alianças com interesses tão antagônicos, como, por exemplo, parece fazer o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil?

Na busca da realização da hegemonia pode-se, talvez, identificar algumas estratégias, de gestão da sociedade. Uma delas é aquela em que o governo monopoliza toda gestão da sociedade. É o modo em que a sociedade entrega seus destinos a uma pessoa ou a um partido político. É uma forma de ação estatal que foi exercitada em vários países ditos socialistas e nas ditaduras asiáticas, africanas e latino-americanas.

Um outro modo é a oficialização da privatização, chamada inadequadamente de Estado Mínimo. É a privatização ou ampliação da função estatal dos grupos capitalistas. É a gestão direta do empresariado sobre amplos setores de atividades, ficando fora do poder direto dos empresários somente os setores que eles consideram convenientes deixar ainda com o governo.

Uma outra modalidade de ação estatal no Brasil é aquela pela qual grupos comprometidos com a afirmação dos interesses da maioria da sociedade batalhavam muito desde a época da constituinte (1985-1988). É o governo dos Conselhos nacionais, estaduais e municipais. É a gestão que deveria ser compartilhada pelo governo e por representantes da sociedade civil organizada. Acontece, entretanto, que os Conselhos são uma experiência muito jovem no Brasil e os grupos que os propõem e pelos quais lutam têm muito pouca experiência em gestão democrática. Por seu lado, os governos municipais, estaduais e federal criam toda a sorte de dificuldades para implementação dos Conselhos e tentam cooptar, comprar, dividir os representantes da sociedade civil nos Conselhos já instalados. É de se perguntar até se o grande investimento em atrelar os Conselhos ao poder executivo e em submetê-los a uma legislação tão detalhada dentro dos moldes da Democracia Representativa não sugere que pouco se deva esperar dos atuais Conselhos.

Trata-se de uma suposição que foi reforçada quando na pesquisa de março de 2003, em Camaragibe, quando uma das pessoas entrevistadas disse “que as

organizações mais atuantes no município eram justamente as que mantinham uma autonomia frente aos representantes governamentais em nível federal, estadual e municipal”. É talvez por esta razão que as cinco organizações pesquisadas em Camaragibe dizem que seus bons resultados alcançados se devem, sobretudo, a seu esforço, organização, entusiasmo, e também ao apoio e, só apoio, da administração municipal, com quem todos dizem manter boas relações⁴⁰.

Sabendo que o monopólio ou quase monopólio do governo sobre as atividades da sociedade estão chegando ao fim, pressentindo o perigo da privatização de toda a gestão da sociedade e ao mesmo tempo percebendo que a força emergente da sociedade são as classes e suas organizações, não será o momento de investir na formação e capacitação dos representantes do governo e da sociedade civil que compõem os Conselhos e outras formas de organização? Quem vencerá? A longo prazo, vencerá, provavelmente, quem conseguir se identificar e organizar o querer coletivo de uma sociedade.

E a saída? O grande drama é que vivemos sob a hegemonia do capital e o capitalismo é um sistema que, sobretudo atualmente, gera desemprego, exclui regiões, degenera culturas, depreda e envenena o solo, as águas, o ar, a flora, a fauna. É um sistema baseado na concorrência, no salve-se quem puder, no império dos fortes. Dentro do capitalismo pode-se até ter renda maior, melhores serviços, mas sempre como força de trabalho, como assalariado, alugado,

⁴⁰ Poder-se-ia, nesta perspectiva, atribuir o espírito de luta e eficácia prática do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) à sua independência com relação aos governos? Não se poderia, igualmente, supor que os bons resultados econômicos, políticos e educativos alcançados no Programa de Capacitação para o Desenvolvimento, realizado pela Articulação do Semi-Árido Paraibano em 2001 e 2002, parecem confirmar a suposição de que as organizações da sociedade civil são bem mais eficazes na gestão de seus interesses do que quando a deixam por conta de órgão governamentais? Neste programa, os representantes da sociedade civil decidiram que só fariam aliança e parceria com as instâncias governamentais somente onde elas tivessem os mesmos objetivos que eles, os grupos da sociedade civil, perseguiram. (Articulação do Semi-árido Paraibano, 2001) Eu tive o privilégio de participar

escravo. Pode-se então ser bem alimentado, mas tendo muito ou pouco a dizer sobre seu destino pessoal e social. Parece necessário um engajamento na construção de um outro modelo de produção de bens e de gestão da sociedade, modelo em que a cooperação que no modo de produção capitalista é utilizada como estratégia de produção de excedente não pago à classe trabalhadora pelos capitalistas, se torne, na esfera econômica, um instrumento para aumentar a produtividade na criação de utilidades para a sociedade, e na gestão da sociedade, se torne instrumento de aumento de poder dos atuais grupos e classes que estão lutando para fazer valer seus interesses e direitos.

Tendo sempre em vista a superação do modo de produção capitalista, a partir das desgraças que ele gera, um caminho que as classes subalternas poderiam trilhar seria o de assegurar a sintonia dos dirigentes das organizações da sociedade civil com suas bases e também assegurar a sua participação na definição, encaminhamento, execução, acompanhamento e avaliação de tudo que esteja sendo proposto como solução para os seus próprios problemas e os problemas da sociedade.

Antes de sua prisão, Gramsci investiu muito nas Comissões de Fábrica, nos Sindicatos e nos Conselhos. Durante a elaboração dos Cadernos no cárcere, ele insiste na função de um Partido que seja o educador político da classe e que já vivencie em sua organização e atuação a democracia das classes subalternas, democracia que não parece ser a parlamentar representativa.

Mas se as classes subalternas continuam firmes na busca de sua hegemonia e de seu poder real, não têm porque rejeitar a convivência com a Democracia Parlamentar. É no seu interior, no confronto e intercâmbio de diferentes e antagônicos modos de sentir, pensar e querer que se construirá um outro tipo de

representatividade mais vinculado à defesa, proteção e efetivação dos interesses e direitos dos diferentes grupos e classes sociais.

4. Uma Pedagogia para a Hegemonia e para a Democracia

Precisamos nos capacitar em diagnóstico da conjuntura política do Município e do Estado. E também em alianças e enfrentamento de interesses. Precisamos igualmente nos capacitar em articulação política interna e externa. (Secretaria de Governo, 1999).

Gramsci faz uma ruptura com toda a história da filosofia e com as mais variadas teorias da educação. Para ele, todas as pessoas, ao pensar sobre a vida, sobre o mundo, sobre seus próprios problemas, são filósofas. A diferença está em que algumas pessoas são profissionais da filosofia enquanto se dedicam a estudar a filosofia ou a sistematizar a fundamentação de problemas de cada época. Já que todas as pessoas são filósofas, a grande questão da educação é a de promover o confronto e aprofundamento das diversas filosofias: a do senso comum e a dos filósofos e de outros profissionais. O resultado não poderia ser melhor: enriquecimento do senso comum, e vida para a filosofia dos filósofos e a de outros profissionais.

E Gramsci acrescenta que as classes subalternas terão muito a ganhar quando seus assessores surgirem das próprias classes subalternas e permanecerem junto a elas, ajudando-as a expressar e organizar os seus interesses. (GRAMSCI, 1999, C. 11, vol. 1, p. 93 a 114. Especial). O senso comum enriquecido e as teorias impregnadas de vida podem se tornar bom senso ou sabedoria, e até ter caráter revolucionário. De várias formas nos Cadernos, Gramsci lança a seguinte idéia:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-

las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (Ibid., p. 95).

A Hegemonia das classes subalternas seria uma nova concepção de mundo pensada e vivenciada em todas as dimensões da vida. Como, entretanto, pode existir uma distância entre a concepção falada e o que concretamente se pratica, convém tentar construir uma concepção mais unitária, unindo o vivido e o pensado, o estrutural e o superestrutural, de um modo mais profundo. (Ibid., p. 97). É a partir dessa sintonia entre o vivido e o pensado, entre o objetivo e o subjetivo, ou seja, entre estrutura e superestrutura e, mais especificamente entre economia e política, que Gramsci elabora o conceito de Bloco Histórico Homogêneo, ou desarticulado.

A construção da Hegemonia é uma pedagogia que se efetiva no próprio modo de atuar das instituições econômicas, políticas e culturais, pois todas as práticas sociais formam pessoas para perpetuar, aperfeiçoar ou superar a ordem vigente, utilizando uma pedagogia de consenso ou repressão, ou uma combinação de consenso e repressão. (Ibid., p. 97).

Entre as questões de interesse dos trabalhadores não poderia deixar de constar a questão da produção, circulação e distribuição de bens e serviços. (GRAMSCI, 2000, C. 13, vol. 3, p. 19, Especial).

As classes subalternas estão precisando aprofundar a sua pedagogia. Seria uma pedagogia de Educação Popular. Seria o aprofundamento de um modo de sentir/pensar/querer/agir profundo e coerente na busca de realização de seus interesses em suas práticas econômicas, políticas, culturais e afetivas. Vale, aqui, ressaltar e até citar a dimensão afetiva da pedagogia da Hegemonia, já que

é uma dimensão não muito lembrada pelos estudiosos do pensamento de Gramsci.

“O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação”. (GRAMSCI, 1999, C. 11, vol. 1, p. 221-222, Especial).

Seria uma pedagogia que não imporia temas, lógica, ritmo, objetivos, palavras de ordem, verdades, metodologia, modelo de gestão, etc. Uma pedagogia que, num confronto de modos de sentir/pensar/querer/agir, aprofundaria o que concretamente estiver interessando aos grupos, categorias e classes cuja Hegemonia se esteja pretendendo construir. Uma pedagogia de transformação do senso comum que é algo necessariamente pouco sistematizado e também incoerente por conta de sua origem tão heterogênea, em bom senso, ou seja, em algo mais profundo, mais sistematizado, mais coerente. O bom senso seria a sabedoria.

Hoje não é mais uma capacitação com conteúdos e metodologia levados pela equipe central. A capacitação se realiza atualmente a partir das necessidades e querer dos que vão participar do processo. É bom também lembrar que há abertura para liberar quem deseje participar de eventos e processos de capacitação oferecidos por outras instituições. (Secretaria de Educação, 1999).

A construção da Hegemonia é um confronto de concepções de mundo em que se tenta aprofundar a crise existente na Hegemonia dos adversários e, ao mesmo tempo, se aprofunda o seu próprio modo de sentir/pensar/querer/agir e o de seus aliados e afins na sociedade.

No confronto de Hegemonias, convém estar atento à diferença que Gramsci faz entre crise orgânica e crise de conjuntura. A crise orgânica aponta para algo mais profundo, para a falta de legitimidade de uma situação e para a possibilidade de afirmação de outra Hegemonia.

Em um certo momento de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais (...) E o conteúdo é a crise de Hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. (GRAMSCI, 2000-1, vol. 3, p.60-61. Especial).

Nesta situação, admite Gramsci, quando nem os grupos conservadores, nem os progressistas dispõem de força necessária para vencer, os grupos conservadores podem, como diz Marx, no *18 Brumário de Luis Bonaparte*, renunciar a coroa, passando o poder para um ditador ou promovendo uma outra situação autoritária, para salvar o seu bolso. (Ibid., p 60-61. Especial).

Que na pedagogia da hegemonia e governo das classes subalternas se evitem as posturas mecanicistas, segundo as quais bastariam as condições materiais para que as mudanças aconteçam e, igualmente, para que se evitem as posturas voluntaristas segundo as quais o que conta mesmo para realização das mudanças é uma vontade firme e decidida. Para Gramsci, entretanto, as condições objetivas indicam o que é possível querer em cada momento da conjuntura. É a famosa relação entre estrutura e superestrutura, entre a realidade objetiva e a sua subjetivação.

Outras exigências da pedagogia da Hegemonia: que os objetivos político-educativos estejam claramente definidos; que as pessoas ou organizações que estejam propondo a nova concepção estejam merecendo respeito e consideração dos grupos ou classes cuja concepção de mundo se queira aprofundar; que o

partido ou grupo que propõe algo não fique em seus gabinetes e longe de quem deveria realizar a proposta; que não se proponha o que as pessoas, grupos ou classes sociais não estejam querendo ou podendo realizar, ou seja, que se tomem em permanente consideração as possibilidades objetivas e subjetivas daqueles com quem se esteja engajado na construção de uma Hegemonia e poder das classes exploradas e dominadas da sociedade. (GRAMSCI, 1999, C. 11, vol. 1, p. 108 a 114, Especial).

CONCLUSÕES

Retenho de Camaragibe, neste momento, sua enorme densidade demográfica, o pequeno porte e o alto grau de informalidade dos estabelecimentos de produção e comercialização, o grande esforço para implantar um modelo participativo de gestão municipal e os enormes desafios de um município para definir e implementar uma política de desenvolvimento econômico.

Com relação à implantação do modelo de gestão, recordo o entusiasmo, vibração e também temores e inseguranças iniciais dos representantes governamentais e civis, em 1997. Retenho, igualmente as ponderações sobre as dificuldades para implantação de uma concepção de gestão tão diferente e até antagônica com um modelo de gestão mais centralizado nos governos, em nível nacional, regional, estadual e municipal.

Camaragibe é um município jovem, emancipado, em 1982, de São Lourenço da Mata, município governado por duas famílias que se revezavam no poder. Uma abertura para a participação da sociedade civil se iniciou em 1992, numa administração do Partido Democrático Brasileiro (PDT). A vitória do Partido dos Trabalhadores, em aliança com o Partido Socialista Brasileiro, em 1966, oficializa a estratégia de participação da sociedade civil na gestão do município.

As pesquisas realizadas em 1999, 2000 e 2003 não deixam dúvidas de que se tratava de um projeto político a ser vivenciado em todas as práticas de todos os órgãos governamentais do município. Todos admitiam, entretanto, não se tratar de uma tarefa fácil, dada a pouca experiência em Gestão Democrática e as dificuldades políticas, econômicas e financeiras que um município enfrenta na atual estrutura federativa do país.

Preocupavam-se também as pessoas entrevistadas com o ritmo de incorporação da proposta por alguns dos setores governamentais e também com a continuidade da proposta, caso não chegasse a ser bem implantada.

Com relação à participação da sociedade civil na gestão do município, todos reconhecem que aí estão o significado e novidade da proposta e até se aceita que, mesmo que a sociedade civil não tenha disso consciência, ela é forte pela sua própria existência. Aceita-se, entretanto, que ela ainda se comporta como fiscal do governo e não como co-gestora das políticas sociais.

Admitem todos os entrevistados ser pequena a representatividade dos dirigentes da sociedade civil e que não é comum, no interior dos grupos, entidades e associações do município, a vivência de uma gestão democrática.

Admite-se que para superar os desafios de uma Gestão Democrática, nem os representantes governamentais e, muito menos, os representantes da sociedade civil estão preparados para uma proposta da Gestão Democrática. Por isso, há um grande anseio por uma capacitação técnica e política sistemática, e se lamenta que a capacitação se restrinja, às vezes, ao próprio exercício diferente das atividades, ou que seja feita de um modo quase eventual. Reconhecem-se, entretanto, as dificuldades financeiras do município em assegurar um processo contínuo e sistematizado de capacitação, dificuldades que não chegam a impedir muitos eventos de capacitação. Agora mesmo, no final de novembro, o Governo Municipal em parceria com a Fundação Konrad Adenauer e a Escola de Formação Quilombo dos Palmares, promoveram, para todos os conselheiros do município, um seminário sobre possibilidades e limites da Democracia Participativa no Poder Local.

No que diz respeito às relações entre as diferentes formas institucionais de gestão no município, admite-se que ainda não é satisfatório o relacionamento entre as próprias secretarias municipais e que é bastante problemática a relação

da sociedade civil com os poderes legislativo e judiciário. Admitem que também não é ainda satisfatório o relacionamento entre as próprias organizações da sociedade civil.

Pergunta-se se uma falta de vibração, e até um certo desengano, em relação ao projeto político e às promessas não cumpridas, têm a ver só com as dificuldades financeiras dos municípios ou se também não podem ser atribuídas à falta de comunicação e à concepção que os representantes governamentais têm sobre a função da sociedade civil na gestão do município.

Mesmo reconhecendo todos os limites e restrições apresentadas durante as pesquisas, não se pode desconhecer um clima de participação e um grande avanço em relação a muitas outras administrações municipais no nordeste e no Brasil. Em Camaragibe, há reuniões de Conselhos, Pré-conferências, Conferências, Plenárias da Cidade, elaboração do Plano de Obras, discussão do Orçamento Municipal, Seminários de Desenvolvimento Sustentável, Jornal e Rádio publicando notícias da administração. E muitas outras oportunidades de discussão coletiva em busca de solução para os problemas do município. Existe, portanto, um ambiente de participação. E não se pode esquecer que no Brasil, pelo longo período de escravidão, pelas numerosas interrupções de processos de democratização, por toda uma cultura autoritária e pelo caráter recente das tentativas de gestão democrática, não se pode exigir de Camaragibe, o que a própria experiência política do país ainda não permitiu solidificar.

O que se questiona, do ponto de vista defendido nesta tese, é a concepção a respeito da função estatal da sociedade civil e da relação entre Democracia Representativa e Gestão Democrática. Parece-me que, em Camaragibe, a sociedade civil nem se comporta e nem, de um ponto de vista teórico e político, é considerada pelos mentores governamentais da proposta, como co-gestora de todas as políticas. Os representantes governamentais, invocando o mandato geral

conferido pelos eleitores em eleições gerais, ainda se sentem como os principais responsáveis pela gestão do município, e, neste caso, a sociedade civil parece ser tratada como coadjuvante dos representantes governamentais. O termo gestor em Camaragibe, como aliás, em toda a literatura consultada nesta tese, ainda é reservado para os representantes governamentais e especificamente para as direções dos órgãos do Poder Executivo.

Levanto, nesta tese, a suposição de que a esquerda brasileira, herdeira da tradição soviética, continua estatizante, reservando para o aparelho governamental o que os representantes das organizações capitalistas já fazem bastante bem. Levanto, igualmente, a hipótese de que, infelizmente, os representantes das organizações das classes subalternas ainda entregam seus destinos ao governo, concebido, ainda, como responsável pelo bem comum, esquecendo-se de que o processo fundamental da sociedade continua sendo a convivência e confronto de interesses iguais, semelhantes, contrários e antagônicos.

Admito que quando a Sociedade Civil assume a gestão de seus interesses e consegue definir bem, em cada situação, suas relações de parceria, aliança, negociação, oposição e até confronto com os representantes governamentais, como parecem saber fazer o MST e a Articulação do Semi-árido do Nordeste, no Projeto Capacitação para o Desenvolvimento mencionado no capítulo 4, nota 40 desta tese, são enormes e imediatos os resultados econômicos, políticos e educativos.

Atualmente, levanto a hipótese de que as esquerdas, ao não investir, decididamente, na organização e capacitação da sociedade civil e, ao se refugiar no interior de aparelhos governamentais da Democracia Representativa, criada pela burguesia, e agora estando por ela sendo abandonada, está assumindo uma

postura anacrônica, no sentido de querer usar, para os tempos atuais, instrumentos de tempos que já passaram.

Tentei, a partir do estudo da gestão compartilhada por representantes governamentais e civis em Camaragibe, fazer algumas reflexões, à luz de Gramsci, Maquiavel e Marx, sobre a importância teórica e política dos infinitos grupos de interesses econômicos, políticos, culturais, afetivos, religiosos e de tantos outros interesses, neste momento de Camaragibe, do Brasil e talvez das sociedades capitalistas, tendo em perspectiva a construção da Hegemonia e do poder real das classes subalternas.

Tentei mostrar como a própria presença em cena da sociedade civil redefine o conceito de Estado, entendido, agora, como gestão de interesses e não como um ente separado e acima da sociedade. Estado, que não mais se identifica com o Governo, se bem que o Governo ainda tem uma função estatal de gerir interesses na sociedade, função que está se reduzindo à tentativa de coordenar ou talvez intermediar os diferentes grupos de interesses na sociedade, no que aliás está encontrando muitas dificuldades.

Tentei também mostrar que a participação desses infinitos grupos, na gestão de seus próprios interesses, define os regimes políticos: Desordem, Tirania, Despotismo, República Oligárquica, República Popular, Sociedade Regulada. Maquiavel bem que chamava frequentemente a atenção para o fato de que são os humores dos grandes, tentando dominar o povo e o humor do povo em não querer ser dominado, que dão o tom à sociedade e ao seu modelo de gestão.

Fazendo uma pequena digressão: o que pretende hoje em dia uma certa grande imprensa brasileira ao substituir esse humor dos grandes e dos pequenos por “humor” e “nervoso” de uma coisa “abstrata”, chamada mercado?

Continuei tentando explicitar como as relações no interior dos grupos da sociedade civil e suas relações recíprocas de parcerias, alianças, pressões e antagonismos, quando comparadas com as relações internas e externas dos aparelhos governamentais, marcadas que são pelo signo das leis e da coerção, se constituem um espaço privilegiado de construção da hegemonia e da democracia e, portanto, de criação de espaços públicos não governamentais e de alargamento do campo da política.

Na minha perspectiva, entretanto, só um poder vale a pena e o prazer. É o poder de expressar os modos de sentir, sonhar, pensar, querer, lutar, se expressar. Um poder de quem tem base social, de quem interpreta dimensões coletivas e que se baseia na discussão, na busca do consenso possível e não em decretos, leis, prêmios, castigos, chantagem, dominação ideológica e, se preciso, em forças armadas. É a esse poder de expressar que se deu nesta tese o nome de hegemonia, em contraposição ao poder exercido pela força real ou simbólica, aqui chamado de dominação.

Assim como pode existir um processo de fetichização da mercadoria, do capital, do professor, do médico e de todos os produtos da ação humana, ao não se considerar e, portanto, esconder as relações das quais esses produtos são os resultados, pode estar acontecendo um processo de fetichização da democracia. Em vez, portanto, de se pensar em democracia como um fato, um produto sem história, seria mais adequado pensar no processo de democratização ou de socialização do poder. Exemplo muito claro de fetichização da democracia como fazem alguns liberais de todos os matizes, quando identificam o atual modo de gerir as sociedades capitalistas com Democracia, erigida ainda como parâmetro para todos os outros modos de gerir as sociedades. Para eles, as sociedades são mais democráticas ou menos democráticas na medida em que se aproximam ou se afastam do modo de gerir as atuais sociedades capitalistas,

sobretudo do modo de gerir a sociedade dos Estados Unidos da América do Norte.

A gestão compartilhada por representantes governamentais e civis ou então a absorção da sociedade política pela sociedade civil como fazem o Fundo Monetário Internacional e outros órgãos civis representantes do capital, em nível nacional e transacional, o MST e a Articulação do Semi-árido do Nordeste, podem estar sugerindo, ou renunciando, um modo de democratização da sociedade. modo que se realizará se representantes de outros interesses e de outras dimensões não capitalistas também assumirem a gestão de seus interesses e se despedirem definitivamente dos “Salvadores da Pátria”. Em vez, então, de Democracia representativa ou democracia parlamentar, em vez de democracia direta ou pluralista, em vez de parceria ou oposição entre governo e sociedade civil, trata-se aqui de um outro formato e de um outro modo de gestão. Seria um processo de democratização em que a política e a gestão da sociedade seriam atribuição de todos e não somente dos profissionais da política ou de quem estiver atuando no que se convencionou, por conveniências políticas e ideológicas, chamar de instância política da sociedade.

Como o processo de democratização coincide com o processo de ampliação da participação, admite-se aqui que o resgate da fala, sobretudo numa sociedade de silêncio e medo, as reuniões em que se aprofundam as origens e possíveis soluções para os problemas, as mais diversas técnicas e dinâmicas de integração grupal, relaxamento e descontração, bem como as votações para definir maiorias, minorias, consensos e unanimidade, são instrumentos e ocasiões de participação quando utilizados numa perspectiva de aprendizagem da capacidade de expressar, fazer valer e viabilizar interesses; tomar gosto em ser dono do próprio destino; se fazer tomar em consideração; querer ser governo em vez de querer ter governo.

Se, na busca de eficácia das ações não dá para dispensar o uso de meios adequados à consecução dos fins perseguidos, convém, entretanto, não absolutizar e perenizar meios que já não conseguem garantir os resultados que seu uso pretendia alcançar. É o caso, por exemplo, das formas institucionais de gestão de políticas públicas compartilhadas por representantes governamentais e civis. É o caso, mais exatamente, dos Conselhos setoriais que se tornaram, na Constituição brasileira de 1988, meios obrigatórios da gestão de políticas sociais, quando se sabe que os Conselhos que, na Comuna de Paris, na Hungria, Iugoslávia, Alemanha e em Turim da época da militância política de Gramsci, nasceram para ser o embrião e antecipação de um modo de gestão, modo que reuniria em si as funções legislativas, executivas e judiciárias e que substituiriam os governos despóticos e as diferentes formas de democracias representativas, tornaram-se, no Brasil, um braço e, às vezes, apêndice do poder executivo, atados por uma legislação minuciosa.

A criação dos Conselhos, feita muitas vezes apressadamente só para cumprir prazos institucionais, a atribuição para eles de objetivos ambiciosos e inacessíveis na situação concreta, os limites técnicos e políticos dos representantes governamentais e civis, e ainda outros aspectos, levaram, muitas vezes, à banalização deste formato institucional e ao que considero também bastante grave, ou seja, a não se perceber, valorizar e potencializar outras formas de organização existentes nos municípios. A organização, que seria uma forma para discussão e maturação de decisões, pode se tornar uma fôrma para moldar a realidade a objetivos que não são o querer de um grupo ou categoria social com quem ou para quem se esteja trabalhando.

Gramsci adverte que a hegemonia e democracia já acontecem no modo de gerir a produção. Parece ser este o sentido de sua famosa frase “a hegemonia nasce da fábrica”, em seu Caderno 22, Americanismo e Fordismo, caderno de apontamentos sobre o Estado Ampliado da nossa atualidade. Ele, como Marx,

no que eu também estou de pleno acordo, acha estranho falar em cidadania e democracia numa situação em que as pessoas foram reduzidas a mercadorias, à força de trabalho e que, por força do contrato que, só formalmente são livres em assinar, nada têm a dizer sobre o valor e o destino do que produzem. Para Gramsci e Marx, desconectar a questão da liberdade e da participação e, portanto de cidadania, do modo de organizar a produção é uma forma liberal de justificar o modo capitalista de produção.

Parece mesmo muito difícil batalhar pela hegemonia das classes subalternas e democracia na sociedade no interior de um modo de produção que tem como objetivos fundamentais o lucro e a acumulação e que utiliza como estratégias a exploração e dominação de todos os elementos da natureza. Seria, portanto, necessário sair da lógica do capital tendo, entretanto, que com ela conviver, gerando permanentemente sua substituição. Reformas, bolsas de valores, câmbio, nervoso e humores do “mercado” têm sua importância, mas a questão parece ser outra. Qualquer projeto pedagógico que não leve em conta o modo de produzir e de viver é abstrato e cai num vácuo social, ou seja, em algo sem correspondência na realidade.

Se a Sociedade Regulada, ou Democracia Radical ainda não existe, suas condições objetivas e subjetivas já estão criadas. É algo que está precisando ser incentivado e fortalecido pelos próprios interessados e por seus parceiros e aliados na sociedade civil e nos aparelhos governamentais do Estado.

Nesta transição ou metamorfose entre Democracia Representativa e Sociedade Regulada ainda têm importante função os parceiros e aliados que estão nos aparelhos governamentais do Estado, contanto que estes parceiros e aliados estejam conscientes de que estão num campo minado, criado que foi para gerir os interesses da burguesia, classe vitoriosa na derrubada do modo de produção feudal. Convém também que estejam conscientes de que a Democracia

Representativa Parlamentar talvez não mais esteja sendo tão útil à gestão dos interesses atuais das burguesia financeira, industriais, comerciais e agrícolas internacionais e nacionais. Dos interesses dos trabalhadores e das classes subalternas, a Democracia Representativa Parlamentar, certamente, nunca foi uma boa gestora. Quem, portanto, pensar em construir uma hegemonia e democracia das classes subalternas através de um formato de democracia representativa parlamentar, se arrisca a estar utilizando armas erradas e superadas para enfrentamento dos desafios atuais. Mesmo assim, os parceiros e aliados dos trabalhadores e classes subalternas que estão nos aparelhos governamentais do Estado, pelo poder que ainda têm, pelas informações que detêm, pelos recursos materiais e financeiros que ainda administram, estão muito bem situados para prestar apoio técnico, financeiro, organizacional e político a quem na sociedade ainda não dispõe de suficientes meios materiais e de comunicação. Estão, sobretudo, bem situados para informar sobre o jogo de forças na sociedade e sobre o poder e limitações atuais do aparelho governamental que dirigem ou nos quais trabalham.

O que aconteceria no Brasil, na França, ou nos Estados Unidos, por exemplo, se acontecesse um golpe de Estado e se uma força militar derrubasse o atual Poder Executivo, Legislativo e Judiciário? Provavelmente as Igrejas, as Escolas, os meios de comunicação de massa, as instituições e empresas todas continuariam a funcionar e a criar e reforçar os valores da sociedade. Esta hipótese autoriza uma outra: provavelmente, também, em vez de derrubada do governo central, convém, nas sociedades complexas do ponto de vista da enorme variedade de instituições e grupos de interesses, ir tentando vivenciar relações parecidas com os objetivos que estejam sendo perseguidos e reforçando todas as experiências que, na nova perspectiva buscada, estejam se desenvolvendo na sociedade.

Por ser uma prática educativa, o processo de construção da hegemonia e da democracia tem como matéria prima a ser transformada e apurada, a cultura, ou o modo de sentir, pensar, sonhar, querer, agir, lutar, se expressar. E tem também uma pedagogia que deveria ser orgânica, participativa, prazerosa, útil e possível. **Orgânica** porque tomará em consideração, para apurar e transformar, num processo de intercâmbio e confronto de culturas, a realidade objetiva e subjetiva das pessoas ou grupos com quem se estiver trabalhando. **Participativa**, se os objetivos, estratégias, metodologia e modelo de gestão forem definidos e redefinidos conjuntamente pelos participantes do processo. **Prazerosa**, se além da vivência das outras dimensões, houver um cuidado com a leveza e beleza do processo. **Útil**, se tiver uma ligação com os objetivos pretendidos e **possíveis**, se os objetivos e ações estiverem adequados aos meios disponíveis.

Ao pensar no processo de mudança de uma concepção de mundo, Gramsci ainda sugere que os objetivos da ação estejam claramente definidos; que quem esteja propondo ou querendo implantar uma nova concepção de mundo tenha bastante prestígio e credibilidade junto aos grupos cuja concepção se deseja mudar; que se acompanhe de perto a incorporação da nova concepção e, sobretudo, que não peça às pessoas, grupos, categorias sociais ou classes o que elas não estão querendo e podendo fazer. Com este último conselho, Gramsci tenta evitar a tentação mecanicista que não considera a vontade das pessoas no processo de intervenção social e também para evitar a postura voluntarista que não dá a devida importância às possibilidades reais de uma situação. A liberdade da ação, para ele, estaria, então, em tomar na devida consideração os limites e possibilidades das pessoas e da própria realidade sobre a qual se esteja atuando.

Considerando a difícil situação econômica e política da Itália e a relação de forças bem desfavorável para os trabalhadores, ele aconselhava “*pessimismo da razão e otimismo da vontade*”. E como não alimentava utopias, dizia que as previsões só são válidas quando se analisa bem o jogo de forças e quando há um

engajamento em fazer ver o futuro acontecer.(GRAMSCI, Caderno 11, vol. 1, p.122. Especial).

Uma última lembrança de Gramsci, neste final de tese: Convém, na atuação educativo-política de cada dia, ser bastante intransigente no que se refere a princípios e bastante tolerante na utilização dos meios, sob pena de se conceder aos inimigos o que não seria permitido e, ao mesmo tempo, nada perdoar de amigos, aliados e parceiros, mesmo quando o que esteja em questão sejam simples modos diferentes de atuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond (1969). In: NICOLAU MAQUIAVEL, (1998). **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes. Apêndice.

AVRITZER, Leonardo. (1994). Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. “In: AVRITZER, L. (org). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey Editora.

_____. (1995). Cultura política, atores sociais e democratização. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, nº 28.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. (1991). **Cidadania Ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática.

BIGNOTTO, Newton (1991). **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Edições Loyola.

BOBBIO, Norberto. (1986). **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1982). **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

_____. (1994). **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense.

BORDIGA, Amadeo. (1919). **IL SOVIET**, 14/09/1919.

BUKHARIN N (1927). **La théorie du matérialisme historique** – Manuel populaire de sociologie marxiste. Paris: Editions Sociales Internationales.

CAMURÇA, M. (1994). **Conselho Estadual de defesa da criança e do adolescente RJ**. Rio de Janeiro: Fundação Fé e Alegria.

CARVALHO, A. I. (1997). **Os Conselhos de saúde**, participação social e reforma do Estado. In: REVISTA CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA, vol. III, n° 1.

CHAUÍ, Marilena, (1995). **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática S. A.

_____. (1983). In: Lefort, Claude. (1991). **Pensando o Político**, edição original, 1986. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. (1993) **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**, Rio de Janeiro: Editora Agir.

COHN, A. (1998). Os governos municipais e as políticas de saúde. In: SOARES, J. A e CACCIA-BAVA, S. (orgs). **Os desafios da gestão municipal democrática**, São Paulo: Cortez.

COSTA, Sérgio. (1994). **Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais**. In: NOVOS ESTUDOS, n. 38.

COUTINHO, Carlos Nelson (1984). **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2ª Edição Ampliada. São Paulo: Salamandra.

_____. (1994). **Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez.

_____. (1998). **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus.

CRÍTICA MARXISTA (Outubro de 2001). São Paulo: Boitempo Editorial.

DAGNINO, Evellina e ALVAREZ, Sônia. (1995). **Para além da democracia socialmente existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos**. XIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (GT Cultura e Política). Caxambú (MG): out. 1995.

DAGNINO, Evelina. (1997). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1998). “Citizenship and democracy: changing discourses and practices of the Latin American left. In: SÔNIA ALVAREZ, EVELINA DAGNINO e ARTURO ESCOBAR (orgs.) **Cultures of politics/politics of cultures-re-visioning Latin American social movements**. Boulder/Colorado: Westview Press. Publicado no Brasil em 2000 como **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

_____. (2002). Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra.

DANIEL, Celso. (1994). “Gestão local e participação da comunidade”. In: PÓLIS, n.14.

DIAS, Edmundo Fernandes. (2000). **Gramsci em Turim** – a construção do conceito de hegemonia, 1ª edição, São Paulo: Editora Xamã.

DIAS ET AL. (1996). **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã.

DIGGINS, John Patrick. (1999). **Max Weber – A política e o espírito da tragédia**. Rio de Janeiro: Editora Record.

DOIMO, A M. (1995) **A vez e a voz do popular** – movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DRAIBE, Sônia. (1998). **A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os Conselhos nacionais de políticas setoriais**. NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NEPP), Cadernos de Pesquisa, n. 35.

FERNANDES, Rubem César. (1994). **Privado, porém público**. O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

GARRISON, John. W. (2000). **Do Confronto à Colaboração. Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil**. BANCO MUNDIAL.

GENRO, Tarso. (1995). Reforma do Estado e democratização do poder local. In: VILLAS BOAS, R. & TELLES, V. S. (orgs.). **Poder Local, participação popular e construção da cidadania**. Revista do Fórum Nacional de Participação Popular, ano I, n. 1.

GERRATANA, V. et al. (1972). **Consejos obreros y democracia socialista**. Cordoba: Pasado y Presente

GERTH, H. H. e WRIGHT MILLS, (1979). O homem e sua obra in: WEBER, Max, (1979). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.

GOHN, Maria da Glória. (1991). **As relações sociedade civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação**. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, nº 36.

_____. (1997). **Teoria dos movimentos sociais**. Paradíguas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

_____. (1999) Orçamento público e participação popular. In: **Balço das experiências de orçamento participativo nos governos locais**. FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS.

GRAMSCI, Antonio. (1975). **Scritti Giovanilli**. Turim: Giulio Einaudi Editore.

_____. (1999). **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson COUTINHO com Marco Aurélio NOGUEIRA e Luiz Sérgio HENRIQUES. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 1.

_____. (2000.1). **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson COUTINHO com Marco Aurélio NOGUEIRA e Luiz Sérgio HENRIQUES. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 2.

_____. (2000.2). **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson COUTINHO com Marco Aurélio NOGUEIRA e Luiz Sérgio HENRIQUES. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 3.

_____. (2001). **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson COUTINHO com Marco Aurélio NOGUEIRA e Luiz Sérgio HENRIQUES. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 4.

_____. (2002.1). **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson COUTINHO com Marco Aurélio NOGUEIRA e Luiz Sérgio HENRIQUES. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 5.

_____. (2002.2). **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson COUTINHO com Marco Aurélio NOGUEIRA e Luiz Sérgio HENRIQUES. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 6.

_____. (1977). **Quaderni Del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura de VALENTINO GERRATANA. Torino: Giulio Einaudi Editore.

GRAMSCI, Antônio e BORDIGA, Amadeo. (1981). **Coselhos de Fábrica**. São Paulo: Brasiliense.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. (1999). **Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa**. Idéias, IFCH, UNICAMP.

HEGEL (1997). **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes.

HIRST, Paul. (1992). **A Democracia Representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** (1979). São Paulo: Abril Cultural

IDÉIAS. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Ano 5 (2)/6(1). 199/1999. Campinas: UNICAMP

LEFORT, Claude. (1987). **A Invenção Democrática**, 2ª edição, edição original, 1981. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____. (1991). **Pensando o Político**, edição original , 1986. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

_____. (1972). **Le travail de l'oeuvre**. Maquiavel, Paris: Gallimard.

LÊNIN, V. I. (O 1978). **Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec.

LOCKE, John. (1966). **Two treatises of civil government**. London: Everyman's Library.

LÜCHMANN, L. H. (1997). **Sociedade civil e políticas públicas**: análise preliminar junto aos Conselhos Municipais de Florianópolis. Florianópolis: UFSC. Relatório de pesquisa.

LUXEMBURG, Rosa. (1991). **A Revolução Russa**. Introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro. Petrópolis/RJ: Vozes.

MACHIAVEL, (1995). **Il Principe**, Paris: Editions Gallimard.

MACPHERSON, C. B. (1977). **The Life and Times of Liberal Democracy**. Oxford: Oxford University Press.

MACPHERSON C. B. (1978). **A democracia liberal**. São Paulo: Zahar.

_____. (1979). **A teoria política do liberalismo possessivo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra

_____. (1991). **Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios**. O papel do Estado, das classes e da propriedade na democracia do século XX. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MAGALHÃES; Inês, BARRETO; Luiz e TREVAS, Vicente. (1999) **Governo e Cidadania** - Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MAQUIAVEL, Nicolau. (1952). **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Pensadores italianos. Tradução de Antônio Piccarolo e Leonor de Aguiar. Rio de Janeiro: W. M. Jackson.

_____. **O Príncipe**. (1998). Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, Karl. (1953). **La guerre civile en France**. Paris: Editions sociales.

_____. (1976). **Le Capital**, Paris: Editions Sociales.

_____. (1977). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1977, 2). **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edições Sociais.

_____. (2002). **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1964). *Lettres sur le Capital*. Paris: Editons Sociales.

_____. (1977). **As lutas de classe na França**. São Paulo: Edições Sociais.

MORAES, C. V. (1998). **A participação popular na gestão das políticas para a Infância e Adolescência em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: UFSC.

MOREIRA, M. T. V. (1999). **Instâncias deliberativas dos sistemas descentralizados e participativos das políticas públicas de cunho social: contorno jurídico dos Conselhos**. In: INFORMATIVO CEPAM. São Paulo.

MOURA, José Eduardo de. (2001) **Democratização**: Uma possibilidade de requalificação da gestão pública local. Reflexões sobre a experiência de Camaragibe. Recife: Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Administração de Empresas da Universidade Autônoma de Madri e Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco.

NICHEL, Simonela. (2001). **Os infortúnios da virtude**: desafios para a implementação dos princípios da LOAS no município de Camaragibe – PE. Dissertação de Mestrado. UFPE. CCSA. Serviço social

OLIOSA, D. M. S. (1999). **Municipalização da saúde em Vitória – ES**: uma experiência participativa. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. (2003). **Cidadania e Cultura Política no Poder Local**: o Conselho da Administração Participativa de Camaragibe – PE. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE.

PAOLI, M. C. (1995). **Movimentos Sociais no Brasil**: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN. M. (org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**: sem a gente não tem jeito. São Paulo: Marco Zero.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE. (20001) **Memória do Programa de Administração Participativa**. Camaragibe: Programa de Administração Participativa.

_____. (2000-2). **Proposta do Plano Diretor de Camaragibe**. Camaragibe: Secretaria de Planejamento e Meio ambiente.

_____. (2000-3) **Súmula de Dados**. Camaragibe: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

_____. (2001). **Processo de avaliação da Administração Participativa**. Camaragibe: Programa de Administração Participativa.

RAICHELIS, R. (1998). **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**, caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez.

REVISTA ARTICULAÇÃO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. (2001). Campina Grande: PATAC.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1954). **Discours sur l'origine de l'inégalité**. Paris: Pléiade.

_____. Jean-Jacques. (1955). **Du contrat social**. Paris: Pléiade.

SADER, Eder. (1988). **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. São Paulo: Paz e Terra.

SAULE, N. J. (1998). **A participação dos cidadãos no controle da administração pública**. São Paulo: Pólis.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1987). **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC.

_____. (1993). **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola.

_____. (1999). **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec.

SEMERARO, Giovanni. (1999). **Gramsci e a Sociedade Civil**, Petrópolis/RJ: Editora Vozes.

SILVA, I. M. F. **A democratização da política de saúde em Cuiabá**: estudo do Conselho municipal de saúde; gestão 93/95. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

SIMIONATTO, Ivete. (1995). **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis. Ed. da UFSC. São Paulo: Cortez.

STANISCI, S.A. (1997). **Gestão Pública Democrática**. Perspectivas apontadas pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

TASCA, Angelo, (1919). **Il Soviet**, 21/09/1919.

TATAGIBA, Luciana, (2002). Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (organizadora) ,(2002). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. (1996). Movimentos sociais e Conselhos. **CADERNOS DA ABONG**, nº 15, julho, 1996.

_____. (1999). Participação cidadã na sociedade civil global”. São Paulo: LUA NOVA, nº 46.

_____. (2001). **O Local e o Global**: Limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez Editora.

VIANA, Valdineide Pereira. (1995). **Democratização e participação**: O controle social na política municipal de Saúde. .Dissertação de Mestrado. UFPE. CCSA. SERVIÇO SOCIAL

VIEIRA, Liszt, (2001). **Os Argonautas da Cidadania**. Rio de Janeiro: Record.

WEBER, Max. (1999). **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, São Paulo. Editora Pioneira, 13ª Edição.